18 de Abril de 1997
Nº 29
Mensal
100$00
Director: João L. Queirós
Produzido pela Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra
Rua Pe. António Vieira, nº 1
3000 Coimbra
Telefone: (039) 38934
Fax: (039) 23505

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE — JORNAIS — COIMBRA

A Cabra

Jornal Universitário de Coimbra



Com as Propinas em cima...

Poucos dias depois de ser eleito, Tó Silva enfrenta uma luta quase impossível: derrotar uma propina que parece maioritariamente aceite pela opinião pública. "A Cabra" entrevista o novo líder da AAC e dá a conhecer a nova Lei do Financiamento do Ensino Superior.

páginas 12 a 17

Roteiro Cultural

"A Cabra" apresenta um dossier sobre espaços culturais de Coimbra. Lugares onde a imagem, o movimento e o drama tentam dinamizar uma cidade onde muito fica ainda por fazer.

pág. 3 a 8

Secção de Fado

Acompamos a Estudantina na sua viagem ao Festival de Tunas do Instituto Superior Técnico. Mais uma vez, a tuna coimbrã averbou os maiores prémios

pág. 23

Queima Livre

Não foi ainda desta que tivemos uma preparação da maior festa de estudantes do País sem polémica. Este ano, com uma Comissão Centra cada vez mais independente da DG/AAC, foram as Secções Desportivas que quase se recusavam a participar na Queima. Só a mediação da DG, com apelos à credibilização do evento, acabou por resolver o problema. E a Queima sempre se vai realizar no Parque Dr. Manuel Braga, apesar da inicial oposição da Câmara Municipal.

pág. 10 e 11



O Festim

Temos DG eleita, é um facto. Temos presidente empossado, é outro facto. E no passado dia nove, o dia D-Da tomada de posse- tivemos um almoço, oferecido pelos Serviços Sociais da nossa Universidade onde compareceram os novos empossados e não só. Omnipresente, como já é costume, A CABRA esteve lá e viu tudo: as pessoas, os hábitos, os comes e os bebes. Após apurada análise dos factos a que se seguiram intensíssimos estudos, concluímos que:

a)Pareciam lobos famintos.

b) A nossa ideia da invasão dos restaurantes de Roma pelos Bárbaros é mais ou menos assim.

c)Até os ossos do Leitão foram raspados.

d)Os Bárbaros não levaram as flores.

e)De boca cheia, todos parecem falar uma mistura de russo com servo-croata.

PIB/CM

Vazio Oficial

Coimbra é uma cidade de estudantes. Ninguém se atreverá a dizer o contrário. Além dos estudantes, nesta cidade apenas existem serviços de apoio à comunidade estudantil. Quem parece querer negar o inegável é a Câmara Municipal da cidade. Que nada faz em prol dos estudantes, chegando por vezes a desfazer. Assim acontece com a cultura, com a Queima... assim acontece com muitas coisas que deviam acontecer e não acontecem.

M.P.

Desculpa!? Importas-te de repetir?

JLQ

O Truque

O novo filme, "Os Olhos da Ásia", de João Mário Grilo, promete revolucionar o cinema português. Não pela história do filme, já que o realizador, apesar do excelente tema escolhido, necessita por vezes de forçar cenas para transmitir a mensagem que quer fazer passar... Mas o truque de "Olhos da Ásia" é ser quase todo falado em línguas estrangeiras e, por isso, legendado. Finalmente um filme português em que se entende o que os actores dizem! É pena uma ou outra cena em português, de facto totalmente incompreensíveis. Mas se os filmes portugueses começarem todos a ser falados em japonês, russo, malaio... é a salvação do cinema nacional. Avisem o Paulo Branco e o IPACA.

JLQ

Sim, "A Cabra" também se engana...

Na última edição, "A Cabra" referia que Gilberto Pires tinha estado à frente das Manif's anti-Lei de Bases em Lisboa.

Gilberto Pires não só não esteve à frente das Manif's, como nem se deslocou a Lisboa, por discordâncias com a forma de protesto.

Pedimos desculpa pelo erro.

Eduardo Brito

Globo de Ouro "O Mais Original"

Os cartazes da Queima têm vindo a melhorar de ano para ano. A qualidade artística tem subido em flecha... Quanto ao deste ano, nem se fala! Apetece mesmo perguntar onde se arranjou tanta originalidade... A novidade, a irreverência, o desafio criador, foram coisas que não faltaram ao ilustre autor do novo cartaz. Porque não acompanhar cada cartaz com uma pequena nota explicativa do artista, uma pequena sinopse de todo o longo período e do esforço desumano que esteve na base de tão original obra? Não se compreende como é que alguns se atrevem a descortinar, no cartaz desta Queima, traços já um bocado pró velhos... Mentes retrógradas, com certeza! E pró cartaz, não vai nada, nada, nada?!...

J.S./C.M.

O Riso Vicentino

O Dia Mundial de Teatro teve este ano em Coimbra uma comemoração bastante especial. A verdade é que por todo o país se celebrava o evento com sessões especiais, descontos nos bilhetes, entradas gratuitas, discursos e abraços oficiais, o Teatro Académico Gil Vicente exibia o filme "Um Fantasma no Coração", de Anthony Mighella, o realizador de "English Pacient", vencedor de 9 Óscares. O escritor e dramaturgo Gil Vicente escrevia peças para a corte e era frequente provocar a gargalhada geral. O teatro coimbrão com o mesmo nome também...

Fernando Nunes

Lavar as Mãos

Nenhuma das casas de banho dos homens do edifício da AAC tem sabonete. É louvável que a DG não queira lavar as mãos das muitas promessas que fez. Mas, acreditem, os seccionistas e os frequentadores da casa precisam de, de vez em quando, usar sabonete. Pelo que, providenciem, se faz favor.

JLQ

Ficha Técnica

Director: João L. Queirós; **Editores**: *Cultura:* André Correia, *Política:* César Marques; **Redacção:** Adeodato Valente Pinto, Ana Drago, Carla Paião, Cristina Gomes, David Bastos, Eduardo Brito, Elsa Fernandes, Fernando Nunes, Filipa Rodrigues, Joana Ribeiro, Justino Strecht, Manuel Pereira, Maria Borges, Maria Luís Marinho, Nádia Esteves, Nuno Brandão, Paulo Antunes, Paulo Barbosa, Rosário Salvado, Rui Ferreira, Susana Cerqueira, Zilda Monteiro. **Colaboradores:** Carlos Picassinos, Miguel Oliveira, Nuno Freitas. **Fotografia**: Carlos Loureiro, José Luís Artur, Eduardo Brito, Licínio Oliveira, Paulo Antunes, Tiago Maranhão. **Grafismo:** Direcção: Nuno Curado; João L. Queirós. **Revisão:** André Correia, João L. Queirós, Nádia Esteves, Rosário Salvado. **Impressão**: Coraze, SA **Tiragem**: 2000 exemplares. **Publicidade:** Nádia Esteves, Tiago Maranhão. **Administração:** Direcção da Secção de Jornalismo da AAC: **Presidente:** João Luís Queirós. **Tesoureiro:** Tiago Maranhão. **Secretária:** Nádia Esteves. **Vogais:** Nuno Curado, Justino Ribeiro, Rui Ferreira. **Produção:** Secção de Jornalismo da AAC. **Propriedade:** Associação Académica de Coimbra. **Agradecimentos:** Reitoria da Universidade de Coimbra, DG/AAC, Serviços de Acção Social da UC, Secretaria Geral da UC. **Sede:** Rua Padre António Vieira. **Telefone:** (039)38934. **Fax:** (039) 23505.

Manutenção e Não Só

Projectos novos, outros nem tanto, alguma inovação mas sobretudo muita manutenção. Porque é preciso procurar apoios; porque o tempo é pouco e as pessoas não se conhecem ainda muito bem - talvez porque preferem trabalhar a fazer política que não leva a lado nenhum. São as naturais dificuldades iniciais quando quase tudo está por fazer. É este o ponto da situação no pelouro da cultura da DG.

A Agenda Cultural, a iniciativa "Vem Conhecer a Academia" (ainda que reformulada) e o lançamento de um livro da autoria dos alunos da UC serão algumas das actividades que continuarão a fazer parte dos planos do pelouro da cultura. Na mesma linha de continuidade, prosseguirá a animação do jardim da AAC e será organizado um festival de música moderna (em Outubro) em colaboração com a RUC.

Novidade será um conjunto de iniciativas no campo da dança moderna visando incentivar a criação de uma secção de dança na AAC. Estas actividades, desde um Workshop a vários espectáculos de dança, concentrar–se–ão em duas semanas do mês Novembro.

Acentuando a apetência do actual pelouro pelas artes mais vanguardistas, está em estudo a organização de diversos espectáculos de teatro 'menos convencional'.

Outra ideia é a organização de uma exposição sobre as actividades das diversas secções que integram a AAC e que circulará pelas faculdades e pólos constituintes da Universidade, tentando assim incentivar os alunos a participar mais activamente no associativismo académico.

Outros projectos ainda pouco delineados, essencialmente por falta de tempo, fazem parte dos planos do pelouro.

Maria Ana Judas, é a nova directora do Pelouro da Cultura da AAC. Pedimos–lhe para falar do passado, presente e futuro daquele organismo.

Cabra: Como avalia o trabalho do pelouro da cultura anterior?

Maria Ana: É assim, houve várias coisas que falharam... Por causa das pessoas que ficaram à frente o grupo da cultura acabou por se dispersar um bocado, e as pessoas não assumiram as responsabilidades. As Lusófonas, que têm de ser preparadas atempadamente, acabaram por ficar sem coordenador. E as pessoas que se envolveram também estavam envolvidas noutras actividades. A Agenda Cultural falhou, deixou de sair em Novembro, porque a equipa não funcionou, porque o grafista se dimitiu da DG, e mais ninguém sabia fazer o trabalho. O livro vai sair no próximo mês. Faltaram mais iniciativas pontuais. Houve a animação do jardim da AAC, mas faltou outro tipo de iniciativas. O trabalho é muito; e muitas vezes as pessoas não estão preparadas para entrar numa coisa destas.

C: Em relação à equipa que agora entra em funções...

M. Ana: Dá–me a sensação de que elas (as pessoas) estão com vontade de trabalhar. Ainda não dá bem para ver, são apenas os primeiros dias, mas estão cheias de ideias, toda a gente dá palpites sobre tudo e isso é porreiro. Estamos a organizar grupos, a decidir quem vai fazer isto, quem vai fazer aquilo a longo prazo, para que as coisas não falhem. Eu, por enquanto, acho que as pessoas estão, se calhar seria melhor não dizer, entusiasmadas.

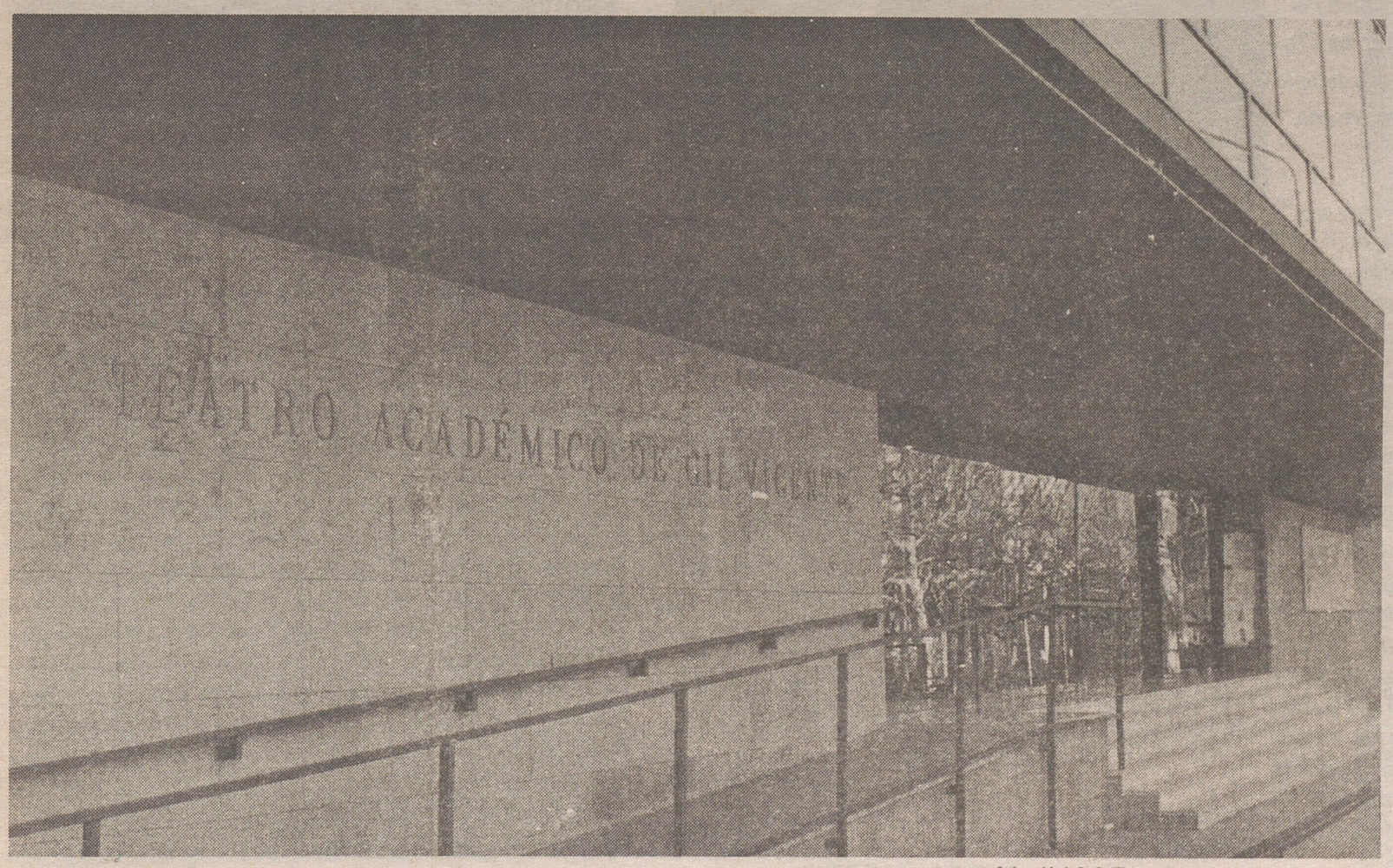
C: Porque é que te meteste numa coisa destas, à frente do pelouro da cultura...

M. Ana: ... Não sei... Eu até preferia ser um elemento qualquer do pelouro a estar à frente. Porque isso dá–nos menos oportunidades para termos o nosso próprio projecto. Eu ainda não tive tempo, desde que isto começou, para me organizar a mim e a eles (os restantes elementos do pelouro)... Porque é que me meti nisto? Não sei, eu gosto destas coisas, a gente vai entrando e depois vê que isto também é aliciante.

C: Que pensas da política cultural do governo, Câmara Municipal, TAGV...

M. Ana: Eu só posso bater na Câmara e no TAGV... Critico o Gil Vicente, primeiro porque não tem um programa cultural de jeito, depois pelos preços que fazem, que não são nada para estudante. O que eu sinto é que eles (a direcção do TAGV) não têm sensibilidade nenhuma para a programação dos estudantes e aquilo que eles querem ver. As iniciativas estão praticamente vazias de teatro, dança... O Gil vicente quase não tem público. Só em situações especiais, normalmente quando cá vem alguma coisa de fora, é que aquilo enche. Critico também a forma como eles se 'apoderam' das iniciativas organizadas pela DG ou as Secções, quando o único apoio que eles dão é disponibilizar a sala. Acho que eles não têm muita confiança em nós, porque somos jovens, porque se calhar somos desorganizados... Acabam por bloquear as iniciativas que lhes são propostas. Eu penso que eles agora têm uma filosofia que não tem nada a ver com a política do Gil Vicente antigo, que era um bocado o "nosso teatro"... A Câmara diz que já há espaços culturais a mais. Mas a verdade é que há falta de salas em Coimbra. Se houvesse outra sala, além do TAGV, a programação cultural seria muito mais diversa. Assim, como há pouca coisa, as pessoas acabam por perder o hábito de ir aos espectáculos. Se há mais coisas elas começam a ir e a gostar. A Câmara devia ter um teatro, onde as associações pudessem fazer alguma coisa.

Manuel Pereira





Editorial

André de Brito Correia

Cultura em Coimbra: ausências e presenças

Apesar de todo o seu capital simbólico como cidade universitária, Coimbra não apresenta uma dinâmica cultural de alta intensidade. De facto, face ao seu prestígio, ao número dos seus habitantes e às sucessivas vagas de alunos do ensino superior que por aqui circulam, seria de esperar que fosse um local sempre a fervilhar de eventos artísticos e de interesse humanístico. O discurso desculpabilizante de alguns é dizer que esta cidade não embarca em actividades muito espampanantes e que cultiva uma certa discrição. No entanto, isso não serve para explicar uma série de ausências. Exemplos. Onde está a dança em Coimbra? Pode um coreográfo ou um bailarino fazer por aqui carreira? A resposta é negativa. Podemos ver cinco ou seis peças teatrais por mês? É quase impossível. Mesmo a nível cinematográfico, a oferta não é muito grande. O número de salas é menor face ao que existe, por exemplo, em Braga e, além disso, é com frequência que vemos que um mesmo filme está em exibição em dois lugares diferentes. Os espaços citadinos continuam subaproveitados. Veja–se o caso da Praça da República. Este ponto nevrálgico da urbe, atravessado diariamente por centenas de pessoas, só é dinamizado de quando em vez (por exemplo, por alturas da feira do livro). A acrescentar a este quadro não muito animador há ainda que referir que o mecenato cultural não funcionou. Foi sempre mais fácil arranjar apoios através de amigos e de conhecidos do que através simplesmente de um projecto com qualidade.

Apesar de todas as limitações e carências apontadas, não podemos esquecer os esforços feitos em termos culturais por diversos organismos e colectividades. Ignorar a sua acção e as oportunidades que oferecem aos cidadãos e jovens universitários seria cair num hábito pouco produtivo desta cidade: criticar sem fazer nada em alternativa. Deste modo, o jornal "A Cabra" resolveu fazer um pequeno dossier onde se apresentam diversos espaços artístico–culturais desta cidade em que a imagem e o teatro assumem destaque. Os lugares ligados essencialmente à música merecerão um lugar à parte.

CITAC : Inquietudes e Gog

O Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC), apesar dos seus 41 anos de existência, não perde o ritmo. Em Fevereiro, apresentou "Inquietudes", exercício final do curso de formação iniciado em 1996. Prepara–se agora para levar à cena "Gog" que tem estreia prevista para dia 30 de Maio. Para trás deste espectáculo, que se prevê apocalíptico, fica um conjunto imenso de actividades como sejam as temporadas no Teatro da Trindade e n´A Barraca, participações em festivais de teatro no estrangeiro e poesia marcada para as noites de lua cheia. Parece que o CITAC está mesmo a "dar–lhe gás"!

Como seria de esperar, o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra efectua cursos de iniciação - de 2 em 2 anos - com inscrições abertas a todos os membros da Academia. Se quiserem integrar o grupo, têm de passar por uma entrevista onde serão avaliados os seus conhecimentos teatrais, a sua sensibilidade (através de testes de tacto e olfacto) e desinibição.

"A Cabra" foi falar com três dos escolhidos deste ano, o Carlos Silva, a Ilda Teixeira e o Nuno Couceiro. Trabalharam em ateliers de Voz, Dramaturgia, História do Teatro, Malabarismo, Preparação de Actor, Yoga/Tai–chi–chuan/Aikido, Expressão Corporal, uma performance de rua e o exercício final atrás referido. Segundo os próprios, o curso proporcionou–lhes uma consciência muito maior do seu corpo, despertada especificamente pelos ateliers de Expressão Corporal e de Yoga, através do controle da respiração (técnica base). Afirmam que os libertou de preconceitos mundanos, suscitando uma visão renovada das coisas e, consequentemente, uma disponibilidade para a exteriorização livre. Enfim, confessaram ter ficado profundamente marcados pela globalidade da experiência. A integração no grupo foi imediata e facilitada pelo óptimo ambiente de convívio dos membros, que "A Cabra" teve prazer em testemunhar.

" Inquietudes", de Rui Pisco, recriou as vivências de Antero de Quental em Coimbra, com a participação criativa dos "caloiros". Foi uma peça concebida fora dos parâmetros clássicos, onde se pôde presenciar desde ambientes de obscuridade, expectativa e vagueação, proporcionados pelo coro inicial, até uma cena retratando o ritmo metálico e vertiginoso do dia–a–dia pós–revolução industrial. Este ritmo esteve aliás muito bem aludido pelos gestos mecanicamente sucessivos do elenco, todo em movimento, sob o som cavalgante e sugestivo de martelos a bater sobre um bidão e uma barra de um dos andaimes que rodeavam o Teatro–Estúdio do CITAC.



Segundo Elsa Aleluia, o tipo de teatro do CITAC é mais experimental do que, por exemplo, o do TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra). Elsa, membro fixo do CITAC, sente–se atraída pelo palco essencialmente devido ao gosto de comunicar e devido ao altruísmo que se experimenta quando se actua perante várias pessoas. O CITAC, afirma, procura várias abordagens de recriação teatral, recorrendo à supressão parcial da palavra em benefício do realce de outros aspectos cénicos, como a luminotecnia ou a sonoplastia. Assim é o teatro, alega Elsa: uma conjugação de vários elementos que, juntamente com a presença humana, constitui uma reposição mais fiel e completa da vida real do que outras artes.

Para além dos cursos de iniciação, o CITAC tem organizado várias iniciativas, entre as quais figura o "Círculo da Lua em Noites de Poesia", que consiste em sessões que se realizam no Teatro–Estúdio em noites de lua cheia. Juntamente com o TEUC, organizam o "acTUs", encontros de teatro universitário, com o intuito de divulgar o fenómeno teatral. O CITAC efectuou, nos últimos três anos, temporadas no Teatro da Trindade e participou em festivais e encontros internacionais de teatro no Brasil, tendo também organizado eventos culturais sobre vários autores. Estes eventos abarcaram exposições de fotografia e ilustrações, exposições biográficas e bibliográficas, feiras do livro, projecção de filmes e vídeos documentais, colóquios, debates e espectáculos. Em 1994, foi o "Evento Kafka", no qual se integrou a estreia de "Um Processo", a partir da obra (quase) homónima do escritor checo, com encenação de Paulo Lisboa, apresentada em Coimbra e Lisboa. Em 1995, teve lugar o "Evento Vian", abordando–se o universo do escritor, músico e actor francês. Nessa altura apresentou–se a peça "3000 Verecunnia", a partir do romance "Arranca–Corações" de Boris Vian. A encenação esteve a cargo de Carlos Curto, que é precisamente quem está a encenar o próximo espectáculo do CITAC.

Esse espectáculo chama–se "Gog" e é inspirado na obra homónima de Giovanni Pappini, escritor italiano do nosso século, e no "Livro da Revelação" de S. João de Patmos, do Novo Testamento. Integra ideias da própria equipa do CITAC que são reguladas pela mão criadora de Carlos Curto, um homem que se afirma "do show, mas não do bizz". Curto tem encenado no Teatro da Graça, no Teatro de Animação de Setúbal e tem trabalhado com nomes do mundo teatral como José Pedro Gomes, Fernando Gomes ou José Caldas, sendo de esperar nesta peça uma forte componente plástica, uma constante dos seus trabalhos. "Gog", segundo Elsa Aleluia, oferece uma visão sobre as realidades mediáticas, a chuva de informação e a falta de selectividade e de comunicabilidade das pessoas.

O encenador, que aprecia muito o "descomprometimento amador" do CITAC, onde "não há favores políticos", o que dá "mais pujança" e "tesão" à coisa, para além desta peça, está a montar um concerto musical, de sua autoria, com o mesmo nome (Gog) e vai tentar trazê–lo ao TAGV. É uma forma de alargar as suas preferências artísticas para a área da música, designadamente para a composição (a banda sonora da peça teatral é, logicamente, sua).

David Pereira Bastos

GEFAC:Compromissos

A recolha de material etnográfico e a divulgação da cultura tradicional portuguesa são os principais objectivos do Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra (GEFAC). Neste âmbito desenvolvem espectáculos musicais e teatrais, debates e conferências, exposições e ateliers. Organizam bienalmente as Jornadas de Cultura Popular, colaboram com a RUC e pretendem gravar um CD de músicas e canções tradicionais. Durante este ano decorrem as comemorações do seu 30º aniversário.



O GEFAC nasce em 1966. Após o 25 de Abril torna–se um organismo autónomo da AAC e passa a ocupar as actuais instalações (1º piso do edifício da AAC). Este foi o período áureo do GEFAC, devido à vasta recolha de material etnográfico então realizada e ao interesse verificado pela cultura tradicional portuguesa. Desde então o grupo tem mantido um ritmo de evolução mais ou menos estável.

Canto, música, dança, teatro, contos e costumes são as principais manifestações da cultura popular que o GEFAC pesquisa e divulga. Pautam–se por uma abordagem globalizante (patente nos seus espectáculos) e procuram conjugar fidelidade e trabalho criativo, o que distingue o grupo de outros vocacionados para a mesma área. Segundo Pedro Barão, membro da direcção, o número de espectáculos realizados (mais de 600) e o elevado número de sócios confirmam o bom nível de aceitação por parte do público.

Desde Outubro de 96 e durante um ano, o GEFAC assinala os seus trinta anos de existência com um programa especial de actividades. "Páginas de um Percurso", uma exposição ilustrativa da história do grupo, marcou o início das comemorações. A exposição, que esteve patente no TAGV durante o mês de Outubro, será agora apresentada noutros pontos do país, nomeadamente em Évora, Castelo Branco, Guarda, Viseu e Bragança. Acompanham–na vários espectáculos, como a encenação das peças de teatro popular mirandês "A Confissão do Vicente Marujo", "O Eterno Compromisso" e "A Vida do Brioso João Soldado".

Faz também parte do programa comemorativo um ciclo de conversas e debates. Agendada está já, para 23 de Maio, uma "Conversa a Três Tons" (TAGV 18 horas) com José Mário Branco e Pedro Abrunhosa. A 30 de Maio debate–se "A expansão portuguesa: aculturação ou imposição cultural" (TAGV 18 horas).

Outras actividades incluem a realização de ateliers (o último sobre malabarismo); a colaboração com a RUC no programa "Rota das Tormentas", todas as primeiras quartas- feiras de cada mês às 14 horas, onde se debatem temas relacionados com a cultura popular portuguesa e o projecto de gravação de um CD de música tradicional "escolhida de acordo com a ideia de tentar realçar os aspectos em que o mágico e o sagrado se cruzam com o popular nas vivências festivas e quotidianas das nossas gentes".

As Jornadas de Cultura Popular, sob a égide da divulgação do tradicional, têm este ano a sua 9ª edição. Embora ainda estejam em fase de definição, "serão sobre a música e as raízes musicais portuguesas em vários continentes", adiantou Pedro Barão.

Elsa Garcia Fernandes
Carla Paião
Zilda Monteiro

TEUC: Um Regresso Esperado

O Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra encontra–se num período de renovação da sua direcção e em fase de formação intensa de novos actores e técnicos.

Este organismo autónomo da Associação Académica de Coimbra praticamente não deu a ver aos estudantes nenhum trabalho neste último ano, defendendo–se a direcção com "o excesso de trabalho por parte dos que compõem o elenco directivo" e ainda "o peso institucional que pesa sobre a actual direcção", e que mesmo assim "tem feito um investimento intensivo na formação dos que participam no curso que está a decorrer".

Este ano, o curso de formação do TEUC começou em Janeiro e teve diversos ateliers com base na formação de actores e técnicos. O curso de formação será concluído em Maio com a apresentação do exercício final, havendo ainda a hipótese da montagem de uma peça para meados de Novembro e teatro infantil em Dezembro. Em Novembro, numa organização conjunta com o CITAC, preparam os Encontros de Teatro Universitário. Quanto ao texto do exercício final do curso de formação nada se sabe, após ter sido recusada a ideia de "Seis personagens à procura de um autor" de Pirandello.

Carla Fino, porta–voz do TEUC, afirmou à "A Cabra" que "neste curso inscreveram–se 20 estudantes para a preparação de actores e outros 20 para os estágios técnicos". Apesar de algumas desistências, os futuros técnicos ficarão a saber um pouco mais de luz, som, acção e caracterização, enquanto os actores integrarão conhecimentos de movimento, corpo, voz e interpretação. "O TEUC e o encenador José Neves definirão este mês qual o texto a trabalhar", disse ainda Carla Fino.

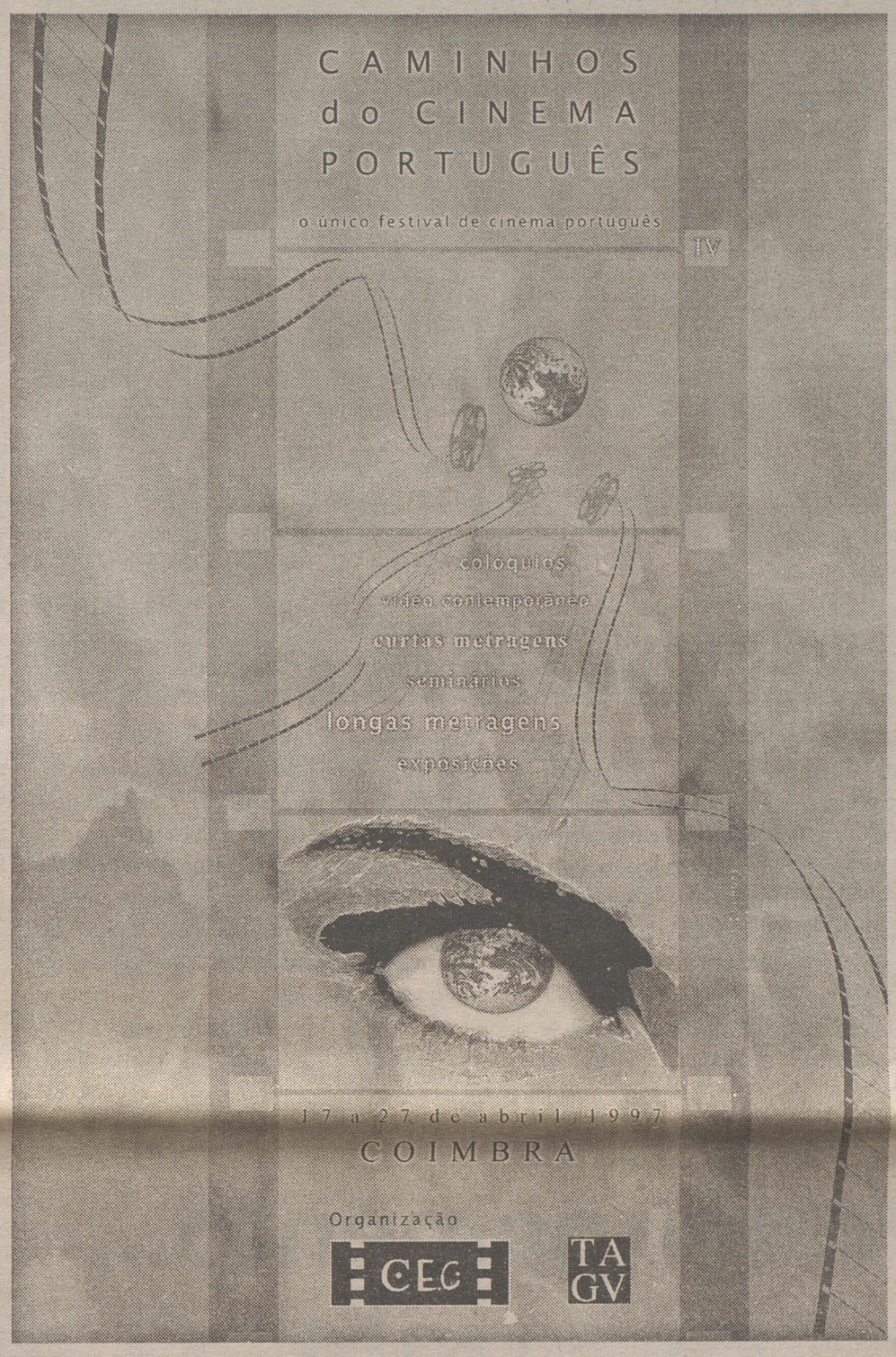
O público universitário fica, portanto, à espera que o Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra regresse e recupere a sua dinâmica de outrora.

Fernando Nunes

Centro de Estudos Cinematográficos

Um Festival Português

O Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), secção da AAC, está a comemorar 40 anos de existência. Manifestação cultural e estética de grande relevo, o cinema parece reencontrar nos estudantes da Academia um público privilegiado para dar à sétima arte uma nova dimensão afectiva, tanto a nível prático como analítico.



Actualmente o Centro de Estudos Cinematográficos atravessa um período de grande actividade e, pode dizer–se, invulgar ao longo de todo o seu historial. De uma secção moribunda num passado recente passou a secção activa e em constante reinvenção. A edição mensal do boletim "Apocalipse", o recente aparecimento da Televisão Experimental da Associação Académica de Coimbra e os já anunciados IV Caminhos do Cinema Português apresentam–nos uma secção que não faz do imobilismo bandeira, pautando–se os seus elementos por um clima de inquietação e paixão pela arte cinematográfica. Apesar da cinefilia ser hoje considerada como algo afectado, passado de moda, snob, elitista, o CEC contraria tudo isso afirmando que o acto de ver filmes poderão ser experiências únicas, irrepetíveis e mágicas. É, no entanto, distraída a relação que o grosso dos estudantes de Coimbra mantém com esta secção, mas neste mês tudo pode acontecer...

"O maior evento cultural de Coimbra"

A direcção do CEC tem grandes espectativas em relação aos IV Caminhos do Cinema Português e a energia por eles depositada no evento tem sido inesgotável. Nélson Zagalo diz mesmo que "este evento só é possível porque metade da direcção do CEC não vai às aulas, não fez absolutamente nada no curso, não foi a um único exame, e é por isso que isto se faz." O objectivo deste ano é consolidar o certame para que este se possa fazer anualmente, pois nada disto existe em Coimbra, muito menos nos restantes festivais existentes em Portugal. Zagalo diz mesmo que "os festivais existentes são todos internacionais, mesmo o Festival da Figueira da Foz só passa um filme português de vez em quando. Por acaso, o ano passado ganhou "Má Sina" de Saguenail, mas não há divulgação suficiente. O nosso é 100% português." Para quem anda alheado do cinema nacional os IV Caminhos do cinema português pretendem mostrar a diversidade existente nesta área em Portugal. "Nos últimos três anos houve uma grande transformação e evolução no cinema português, e essa evolução é porque o público assim o exige. Nós mudamos porque temos de evoluir, as correntes artísticas mudam muitas vezes não é por se esgotarem, mudam porque o público assim o exige", disse ainda Zagalo. O director do CEC foi ainda peremptório ao afirmar que este evento é para dar projecção à cidade de Coimbra, criticando a ausência de apoios do Governo Civil e outras instituições manifestando também o seu desagrado face às más relações existentes entre a Associação Académica de Coimbra e o Teatro Académico Gil Vicente.

Primeiros filmes e outras novidades

Neste mês de Abril, a energia dos membros do CEC vai totalmente para a preparação daquele que eles consideram o único festival de cinema português. Para o evento, foram convidados actores, realizadores, produtores e outras entidades ligadas ao cinema nacional. Durante dez dias, de 17 a 27, o Teatro Académico de Gil Vicente será palco de debates e do visionamento da cinematografia nacional, para além dos seminários de guionismo e de vídeo que irão decorrer ao mesmo tempo no mini–auditório da AAC. Do programa dos filmes a exibir no festival, destacam–se "O Fim do Mundo", de João Mário Grilo, realizador de "Os Olhos da Ásia", filme recentemente estreado nas salas de cinema."Oxalá" de António Pedro Vasconcelos é outro dos filmes aos quais é preciso prestar atenção e curiosidade, pois trata–se do primeiro filme do cineasta que ficaria conhecido mais tarde com "O Lugar do Morto". "Passagem Ou a Meio Caminho" é outro filme em que podemos ver ou rever o percurso inicial de Jorge Silva Melo, o cineasta que, nos últimos tempos, andou pelos palcos teatrais com as peças "António- Um rapaz de Lisboa" e "O Fim ou Tende Misericordia de Nós". A ver com atenção também "Má Sina", de Saguenail, o filme vencedor do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz no ano passado. A presença do público também será necessária para a animação dos debates que terão temas como "O Público Português e o seu Cinema", "O Cinema Português e os seus Realizadores" ou "As Relações entre o cinema e a sociedade portuguesa no Pós 25 de Abril".

Este festival contará com mais de 50 obras de cinema nacional o que permitirá conhecer o que de melhor se tem feito no que toca à longa e à curta–metragem do nosso cinema. Coimbra será palco nestes dias do encontro do público português com o seu cinema, altura mais que oportuna para despir os preconceitos e as reticências a propósito de uma cinematografia que se tem afirmado cá como no estrangeiro pela sua diversidade e pela sua diferença. Pelos 40 anos, pela ousadia e não só, o Centro de Estudos Cinematográficos está de parabéns !

Fernando Nunes
Eduardo Brito

Teatro Académico Gil Vicente

O Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) é a instituição cultural com o programa mais regular de Coimbra. Espaço multifacetado, o TAGV tem na variedade de espectáculos e iniciativas que leva a cabo a justificação para ser um ponto de encontro da arte, em todas as suas formas, na cidade de Coimbra.

Este mês, a programação do TAGV é quase toda dominada pelo festival de cinema português organizado pelo Centro de Estudos Cinematográficos (ver artigo sobre o CEC nesta edição), que decorrerá entre 17 e 27 de Abril. No entanto, haverá ainda lugar para dois espectáculos integrados na Queima Cultural: o "Eterno Compromisso" da responsabilidade do GEFAC (dia 16) e um concerto do grupo Tetvocal a 22 de Abril. Dentro do programa do festival de cinema terá lugar uma série de debates, a realizar entre 19 e 25 deste mês, no café–teatro. Também neste mesmo espaço, no dia 19, mas fora da programação do festival de cinema, acontecerá um debate denominado "A Mulher, a Música e a Tradição", promovido pela tuna académica "As Mondeguinas".

Mais para o fim do mês, no dia 29, a música volta aos palco do TAGV com a actuação do quarteto feminino Gospel Supremes. Espera–se um bom espectáculo com este tipo de música, na qual, a qualidade das vozes dos seus intérpretes é sempre um convite aliciante.

Entretanto, esteve já em cena este mês, um espectáculo com encenação de Paulo de Castro, a partir de um texto de Fernando Arrabal, o "Grande Cerimonial". Esta co–produção com o Centro Cultural de Belém marca a estreia do TAGV nas grandes produções teatrais. A peça pode agora ser vista no auditório do Centro Cultural de Belém.

O espectáculo de homenagem a Adriano Correia de Oliveira, que aconteceu no passado dia 14, foi um dos pontos altos da programação do TAGV para este mês. O imenso público que encheu a sala do Teatro Académico teve a hipótese de ouvir nomes como Vitorino, Né Ladeiras, a Brigada Victor Jara, Janita Salomé, entre outros.

P.G./A.V.P

Casa da Cultura

Multiculturalidades

Do projecto para um novo espaço para a Biblioteca da cidade de Coimbra, nasceu, em 1992, a Casa Municipal da Cultura. Concretizou-se assim o plano mais ambicioso de oferecer um lugar onde se encontrassem diversas áreas do saber e manifestações artísticas.



Entrada da Casa da Cultura

Segundo Teresa Portugal, vereadora do pelouro da cultura da Câmara Municipal de Coimbra, "a biblioteca é o corpo fulcral da Casa da Cultura, mas nesta casa tudo tem uma utilização polivalente". Este espaço dispõe de áreas destinadas a conferências, oferece vários serviços e promove exposições regularmente.

Para além da biblioteca, que conta com mais de 460 mil volumes, dispõe de uma das hemerotecas mais bem apetrechadas do país e conta também com uma área dedicada ao audiovisual, onde se podem ouvir CD's, visionar CDI's e filmes. De referir também a realização mensal de ciclos cinematográficos na Sala Polivalente.

Esta é igualmente a casa do Teatro-Estúdio Bonifrates. A sua existência na Casa da Cultura resulta de um contrato entre a Câmara Municipal e a Associação Cooperativa Bonifrates, companhia de teatro amador que à data da concepção da estrutura, não tinha um espaço próprio. Ainda segundo Teresa Portugal, a cedência de espaços a agentes culturais autónomos é um procedimento comum na Casa da Cultura. Mondeguinas, Tuna Açores, Ad Libitum e o Movimento Artístico de Coimbra (MAC) são alguns dos grupos que desenvolvem as suas actividades no edifício.

No Jardim de Santa Cruz situa-se o Exploratório Infante D. Henrique. "Espaço interactivo de ciência e tecnologia" dirigido por professores do Departamento de Física da Universidade de Coimbra, pretende ensinar por via da experimentação os princípios científicos básicos. Destina-se, juntamente com a Ludoteca e a Quinta do Tritão (atelier de jardinagem situado também no jardim) ao público mais jovem.

A Casa da Cultura apresenta exposições temporárias e espectáculos, organiza conferências e debates e promove o lançamento de publicações.

Nos próximos dois meses poder-se-ão ver reproduções de obras de Almada Negreiros e Vieira da Silva entre outros na exposição "Tapeçarias de Portalegre", patente nas galerias do átrio do jardim de 15 de Abril a 31 de Maio. A Galeria das Doações acolhe uma mostra fotográfica e documental sobre dois autores do mundo do teatro belga francófono — Crommelynck e Ghelderose — entre 10 e 30 de Abril. "O movimento dos camponeses Sem-Terra do Brasil" é o título de uma terceira exposição de cinquenta trabalhos do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado (de 19 de Abril a 4 de Maio no Átrio Superior). Paralelamente a esta última exposição realiza-se no dia 19 deste mês pelas 16 horas uma sessão pública de solidariedade com o movimento dos camponeses Sem-Terra do Brasil, com a presença do escritor José Saramago.

De assinalar ainda que, durante todo o mês de Abril, o Clube de Malabarismo de Coimbra realiza todas as quartas-feiras pelas 21 horas na Sala Polivalente sessões públicas de aprendizagem de técnicas de malabarismo com Pedro Tochas.

Elsa Garcia Fernandes
Carla Paião
Zilda Monteiro

Círculo de Artes Plásticas de Coimbra

Antes do Prolongamento...

"Não houve um artista nos últimos 20, 30 anos, dentro do panorama da arte contemporânea, que por cá não tivesse passado." É assim que Victor Diniz, director do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC), inicia a apresentação de um dos organismos culturais académicos que mais virado está para o país em geral.

Desde há algum tempo a funcionar na Rua Castro Matoso nº18, num edifício remodelado há dois anos ("por iniciativa e investimento próprio"), o CAPC é um organismo em permanente actividade não só em Coimbra mas em todo o país. "A projecção no país e o reconhecimento do nosso trabalho estão patentes na escolha do nosso organismo como representante de Portugal na ARCO, uma feira anual de larga importância em Madrid, no próximo ano" diz Victor Diniz. "Sempre estivemos conotados com as novas produções e temos conseguido impor vários artistas" continua orgulhosamente o director do CAPC.

Têm uma actividade permanente e quotidiana com uma especialização clara na arte contemporânea. A presença actual na II Bienal de Jovens Artistas na Maia e a exposição no Palácio Galvez em Lisboa, assim como a recente exposição realizada em Aveiro são a prova de que essa actividade não se resume às exposições no espaço do Círculo aqui em Coimbra. No entanto, este espaço também não é descurado e neste momento alberga uma exposição de Pedro Sousa Vieira intitulada "Enquanto os guardas dormem".

A grande aposta realizada nos últimos tempos nos espaços físicos vai ser agora culminada com a abertura do Centro de Arte Contemporânea, prevista para daqui a mês e meio, no piso térreo da Casa Municipal da Cultura. Apesar do atraso verificado por prolongamento das obras (a sua abertura estava prevista para Março), há já uma calendarização das exposições e uma série de actividades programadas para este centro.

Assim, podemos contar, num espaço que funcionará das 13 às 21h todos os dias (excepto segunda–feira), com exposições várias, já confirmadas até ao fim de 98, ciclos determinados de cinema e vídeo, visitas guiadas para famílias, pessoas dos 5 aos 15 anos de idade e para o público em geral já a partir de Setembro. De salientar ainda uma série de co–produções com centros de arte franceses, ingleses e belgas, a primeira das quais será uma exposição de Miguel Palma em conjunto com o C.C.C. de Tour (França). O programa "Multiculturalismo e diversidade na arte contemporânea", que realizará dois colóquios por mês sobre o assunto, entre Junho e Dezembro, é uma das grandes realizações já programadas.



Futuras Instalações do Centro de Arte Contemporânea

A consciência de que "é necessário um maior conhecimento do público acerca deste tipo de arte" leva–os a "adoptar um conjunto de iniciativas destinadas a um ensino teórico do público com workshops, debates, e conferências".

Ciente de que o público português deste género de arte "não é muito vasto", Victor Diniz não espera uma grande receptividade a estas actividades. "A oferta, em Portugal, é geralmente nivelada por baixo, para a fazer por cima é preciso acompanhar as actividades pedagogicamente" e por isso as exposições serão acrescidas de leituras sobre arte contemporânea e até mesmo sobre História da Arte quando se justificar. "É melhor um público de qualidade do que um público de quantidade" diz o director do CAPC.

De qualquer modo, "alguém tem de fazer alguma coisa, já que o estado não faz", finaliza Victor Diniz.

Adeodato Valente Pinto

A Escola da Noite

Horário Nocturno

Corria o ano de 1992. Coimbra era Cidade Capital do Teatro. E surgia A Escola da Noite, uma companhia de teatro que em pouco tempo viria a adquirir junto do público o reconhecimento do seu projecto e estatuto profissionais.

O símbolo da companhia (uma lua e um gato sobre um fundo escuro) representa a noite e os seus segredos. O nome do grupo surgiu por analogia com a sociedade inglesa "School of Night" e com os autores da época isabelina inteiramente dados à aventura. Para além desta origem, a designação aparece por oposição à "escola do dia", ensino mecanizado imposto pelas paredes austeras da Universidade. A escola da noite, a outra escola que são as ruelas de Coimbra só iluminadas pela Lua; ensino institucionalizado pela boémia de séculos onde o bafio ainda não poisou.

Em cinco anos de existência, esta companhia teatral produziu 14 espectáculos apresentados em Coimbra (no Teatro Avenida e no TAGV) e em diversos pontos do país. As peças encenadas constituem adaptações para o teatro de obras literárias maioritariamente de autores estrangeiros - Javier Tomeo ("Amado Monstro"), Marivaux ("O Triunfo do Amor"), Nicolau Maquiavel ("Mandrágora"), Frederico Garcia Lorca ("Amores") entre outros.

No que diz respeito a obras de língua portuguesa, a Escola da Noite encenou peças de Gil Vicente, dramaturgo que regressa ciclicamente às salas da companhia.

Constitui um dos projectos da companhia a apresentação de"A Birra do Morto" de Vicente Sanches, outro autor português.

O elenco fixo é constituído por Sofia Lobo, António Jorge, Sílvia Brito, Rosário Romão e até há muito pouco tempo por José Vaz Simão, falecido há cerca de um mês. A perda deste elemento, também responsável pela edição, obrigou ao cancelamento dos espectáculos em cena, à suspensão dos contratos já firmados com diversas câmaras municipais para uma digressão pelo país. A companhia vê-se então obrigado a apostar mais num projecto já existente: a formação de novos actores em vista a uma futura integração no elenco da Escola da Noite. Foram já feitos contactos para uma futura acção de formação com José Caldas (encenador).

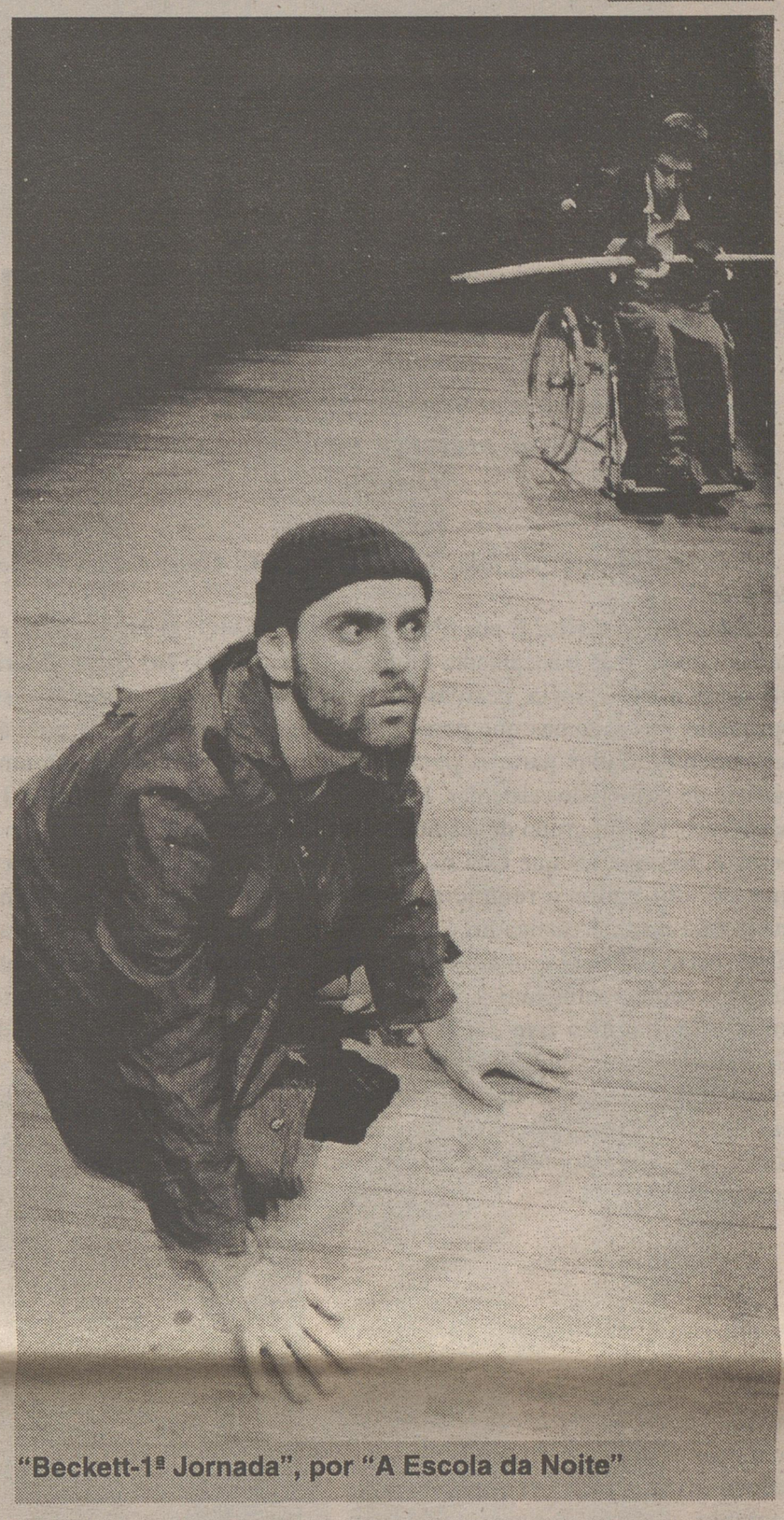
O recomeço das actividades está previsto para Junho com a apresentação de "Bonhard", estreada em 94 fora de Coimbra por falta de instalações na cidade. De facto, a companhia só em 96 conseguiu instalações próprias no Pátio da Inquisição, espaço cedido pela autarquia. Não se trata de um local convencional de teatro mas, segundo Rui Valente, director administrativo, isso possibilita maior liberdade e incentiva a capacidade inventiva do grupo. A fixação da companhia trouxe vantagens como uma maior oferta teatral durante todo o ano, enraizamento do grupo na cidade e a capacidade de sair de Coimbra com um espectáculo mantendo outro em cena.

Coimbra oferece boas médias de espectadores, o que, face à reduzida quantidade de lugares na plateia, conduz a um aumento do número de espectáculos, acrescentou Rui Valente.

A Escola da Noite aderiu ao projecto do Ministério da Cultura para a redução do preço dos bilhetes à quinta–feira, mas mantém–se reticente quanto à aderência imediata do público.

Ainda na opinião de Rui Valente, a cultura em Coimbra peca pela falta de uma política global que defina estratégias e metas a atingir, e, indo mais longe, defendeu que o teatro em Portugal deveria gozar de um programa de promoção, circulação de espectáculos e recuperação de espaços muito mais alargado. Porque, de acordo com uma semióloga teatral, "quanto mais se conhece, mais se ama"

Cristina Gomes
Maria João Borges



"Beckett-1ª Jornada", por "A Escola da Noite"

Grémio Operário

Está registado como Clube Recreativo de Coimbra, mas toda a gente o conhece como Grémio Operário, seu nome original alterado por imposição do regime fascista. É a mais antiga associação cultural da cidade, tendo sido fundada em 1887 por operários com o objectivo de entreter os seus associados, organizando serões e promovendo outras actividades. Ao longo deste século, o seu raio de acção diversificou–se, abrangendo várias actividades desportivas e culturais, tais como a dança, a pesca,e o teatro. A validade do trabalho do clube motivou a atribuição, por parte da Câmara Municipal, da medalha de ouro da cidade.

Actualmente fazem parte do Grémio dois grupos de teatro: o GOTA - Grémio Operário Teatro Amador- e o grupo de iniciação do GOTA, criado este ano. Estes grupos preparam–se para começar a trabalhar em duas peças de teatro, faltando apenas a autorização dos autores das mesmas para que o trabalho avance.

O Grémio Operário, em colaboração com a comissão para a comemoração do 25 de Abril, organizará um café–concerto nas suas instalações, no próximo dia 25. No dia anterior, 24 de Abril, o grupo de iniciação do GOTA levará a cabo uma performance, também nas instalações do Grémio.

Manuel Pereira

O "Morcego" Lança Mais Dois Gritos

O "Teatro do Morcego" vai estrear duas peças no próximo dia 25 de Abril integradas no festival "Fazer a Festa" no Palácio de Cristal, no Porto. "A Amorosa..." e "O Libertino..." são os novos trabalhos de uma companhia que tem conseguido impôr–se pela diferença. Poderão ser vistos em Coimbra no princípio de Maio.



"O Eremita ..." pelo " Teatro do Morcego"

O Teatro do Morcego é um grupo de teatro que prima pela originalidade e ousadia na forma como aborda cada espectáculo. É um grupo numa fase de esperança, agora que recebeu apoio do Ministério da Cultura depois de ter tido vários problemas, o que os levou a criticar sistematicamente a forma como o pouco dinheiro disponível é distribuído. Apesar de toda esta esperança o grupo continua sem casa própria, tendo neste momento de recorrer às instalações do Grémio Operário para poder ensaiar as suas próximas produções.

O morcego desenvolveu uma forma diferente de explorar o espaço; o morcego vê com o grito que lança. Foi a partir daqui que surgiu o nome deste peculiar grupo, que tenta "a pesquisa com o próprio corpo, a força da palavra e a reflexão nelas sustentadas".

"A Amorosa..." completa a triologia iniciada com "O Eremita...", que também foi estreado no Fazer–a–Festa mas em 95, e continuada com "O Dependurado...", este estreado em Janeiro de 96 no TAGV (Coimbra). Tal como nas duas primeiras peças da trilogia o texto e a encenação são de José Abreu Fonseca, que no entanto desta vez não participa como actor. "Nela se cruzam os destinos de três personagens (2 homens e Maria) que se amam, agridem, complementam e interferem entre si", segundo o autor. "Um drama em que verdadeiros, autênticos amigos se juntam e penetram e separam". Pelo meio continuam as interrogações já expressas nas peças anteriores quanto à "natureza mercantil e humana dos lugares e das gentes dos lugares sagrados". Depois da estreia no Porto será apresentada em Coimbra no TAGV nos dias 2,3 e 4 de Maio às 21h45m.

"O Libertino..." tem texto de Luiz Pacheco, adaptado e encenado por Carlos Curto, que também assina o desenho de luz e música. Conta com os actores Alexandra Fonseca e José Abreu Fonseca e com fotografia de Rui Soares e Bruno Carvalho. Deverá ser apresentada nos Claustros da Faculdade de Psicologia em Coimbra nos dias 5,6,7 e 8 de Maio pelas 21h45m.

A avaliar pelo percurso do grupo e pela qualidade demonstrada nos trabalhos anteriores, atestada com críticas muito positivas em toda a comunicação social, são de esperar dois grandes espectáculos.

Manuel Pereira



"Os Olhos da Ásia" de João Mário Grilo

João Mário Grilo, 38 anos, crítico, professor universitário, realizador de "O Processo do Rei", "O Fim do Mundo", dá-nos a ver o seu último filme "Os Olhos da Ásia". O realizador português fechou o ciclo de filmes da sua juventude com mais um olhar sobre a intolerância, desta vez tendo como pano de fundo a nossa presença no Oriente.

A Cabra: De que nos fala "Os Olhos da Ásia"?

João Mário Grilo: É um filme sobre várias coisas, mas basicamente é um filme sobre a intolerância, pessoas que são oprimidas por sistemas que parecem ser unicamente criados para os punir, uma espécie de destino dos sistemas. Portanto, neste caso, há um grupo de jesuítas japoneses e portugueses que está no Japão e que são obrigados a renunciar à fé e, quem não o faz é castigado, é morto. O filme parte daí para construir um certo discurso sobre a intolerância, restaurando um pouco daquilo que o projecto do Griffith fez com "Intolerância", justamente com a ideia de como, na passagem das épocas, o planeamento é o mesmo. Não é um filme sobre nada mas sobre uma ideia.

C: Com actores e não actores?

JMG: Sim. E com uma parte que é documentário e outra que é ficção, uma parte que é no Japão e outra que é em Portugal, uma parte que se passa hoje e outra no passado. É um filme que joga com essa mobilidade de dimensões e, sobretudo, com o papel da montagem que, para mim, é sempre muito importante.

C: Porquê um filme sobre a intolerância?

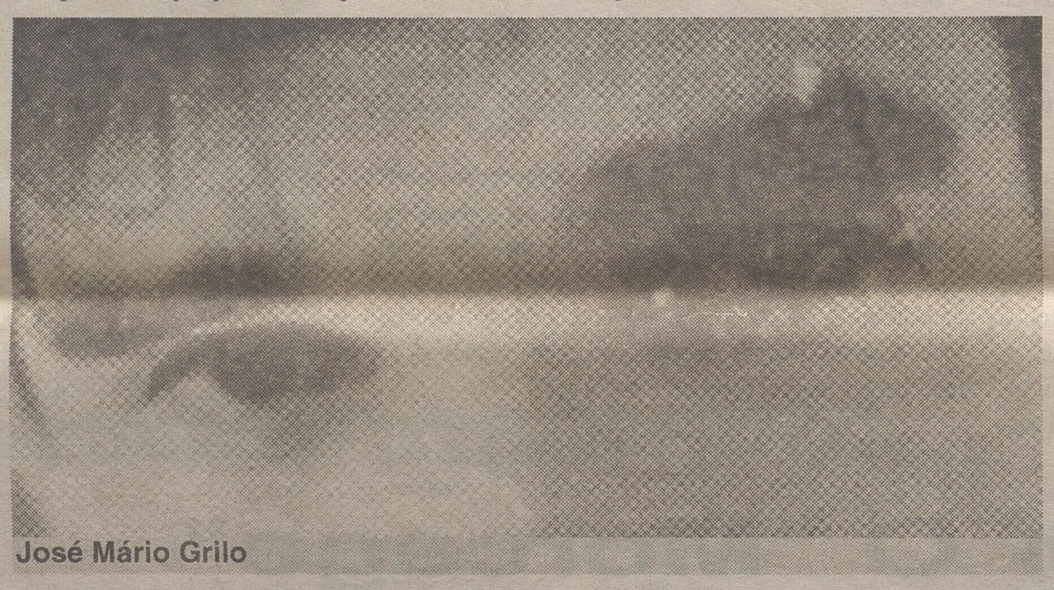
JMG: Desde o meu primeiro filme que as personagens têm a ver com isso, não sei muito bem explicar porquê. São personagens que foram sujeitos a regimes de intolerância - desde o meu avô ao Saramago, passando pelo Afonso VI, o Augusto de "O Fim do Mundo". São pessoas que são esmagadas por sistemas mas que, olhando para a história, parecem ter sido criados para isso. Portanto, o choque de uma pessoa com o sistema é terrível, não damos conta disso e todos os dias isso acontece. Pessoas que vão parar aos hospitais, aos hospícios, às prisões, ao chamado serviço de acolhimento. Uma pessoa que vai parar a uma prisão é um exilado, um desterrado...

C: Porque demorou tanto tempo entre o "O Fim do Mundo" e "Os Olhos da Ásia"?

JMG: Não demorou muito tempo, pois era um filme complicado de montar, com uma parte portuguesa e uma japonesa. Foi uma produção muito complicada, mas isto é a média em Portugal. Aqui, é dificil montar um filme em menos de dois, três anos. Neste momento, tenho um projecto de montar quatro filmes ao mesmo tempo, quatro filmes pequenos e de produção barata, que estão ligados uns aos outros e que se passam todos na prisão.

C: Como é que o Japão aparece neste filme?

JMG: O Japão aparece como o lugar do Outro. No filme "Maria" podia pensar–me no período fascista como lugar onde eu estive mas que já não é mais o meu. Hoje, faltava–me um lugar de alteridade, um sítio como o Japão, um sítio onde se pode pensar como um europeu, e pensar: "Eu sou europeu e sei o que isso significa.". A primeira sensação que tive quando cheguei ao Japão foi: "É daqui que eles vêm?". É, portanto, um lugar de alteridade, de diferença. E também porque o Oriente é um lugar de difícil digestão para nós, já que se diz que nós descobrimos o mundo, e não que o mundo descobriu os portugueses e... nem sempre aceitamos os outros.



José Mário Grilo

C: É daqui que vem a intolerância?

JMG: Sim, a culpa também é nossa, nós não somos nenhuns santos. Nós fomos para o Japão com a ideia de convertê–los ao cristianismo e como aquilo era um mercado, fomos lá por causa do mercado, um mercado de almas, monetário. A Companhia de Jesus no séc.XVI era a IBM dos nossos dias, uma multinacional.

"O Oriente é um lugar de difícil digestão para nós, já que se diz que nós descobrimos o mundo, e não que o mundo descobriu os portugueses e... nem sempre aceitamos os outros."

C: Já que falou em tecnologias, o que é que elas tem a ver com este filme?

JMG: Nada, é um filme completamente rudimentar. Acredito também que o cinema vai ter que se despir da tecnologia e acho que a grande revolução do cinema americano vai ser quando um filme como "Independence Day" perder dinheiro. No dia em que o "Independence Day "perder dinheiro a sério, o cinema americano vai mudar tudo. E vai mudar pelo lado do Cassavettes, pelo lado da improvisação, pelo cinema desprogramado, pelo cinema que não se pode programar. O cinema americano sempre viveu na obsessão de prever os acontecimentos. Os filmes americanos eram escritos, eram desenhados, isto é, o produtor via sempre os filmes antes de estarem feitos, tirando o caso do Cassavettes que é um caso raro no mundo de um cineasta que filmou sem uma linha de diálogos escrita. Havia lá um sentimento e depois... filmava–se.

C: O seu filme também foi feito assim?

JMG: Sim, sobretudo na parte do Japão, no lado documental em que eu tentei libertar–me ao máximo, mas sei o que é estar perdido no meio disso tudo e... é uma festa. O ser capaz de estar sem papéis à frente, e ser capaz de filmar sem segurança nenhuma, ser capaz de inventar filmando todos os dias, com a pressão toda e x metros à frente, isto é uma coisa incrível. Eu invejo cineastas como Rossellini, Kiarostami, Cassavettes. Não é que eu os admire, eu invejo–os. Não invejo o Eisenstein que tinha máquinas para fazer o que queria, mas cineastas que com pequenas máquinas as puseram a funcionar no seu próprio sistema. Isso sim, é uma coisa incrível.

C: É por esse lado criativo e arriscado que continua a gostar de cinema português?

JMG: Eu acho que os cineastas portugueses são muito profissionais no seu trabalho: eu desenho os planos dos filmes, João Botelho também... eu tenho, por outro lado, uma visão pouco criativa e arriscada do cinema português. Ao contrário de cineastas como Paulo Rocha e António Reis que tinham essa dimensão de criação no local, uma coisa bastante arriscada de fazer na qual é preciso ter muita força para dizer: "Hoje, não filmo!". As pessoas que faziam isso eram o António Reis, que já morreu, agora há o Paulo Rocha e o João César Monteiro, que estão nesse registo em que é preciso ter muita, muita força. Muita força política também, para se impor, impor a sua vontade. O César Monteiro pára às vezes uma rodagem durante uma semana e vai pensar para casa, pois não vale a pena filmar sem ideias. O que lá vai ficar é a ausência de ideias. O cinema não mente e porque é que se filma sem ideias? Portanto, mais vale a pena esperar que as ideias venham.

C: Qual pensa que será a relação do público com o seu filme?

JMG: Péssima. É um filme falado em japonês e a relação do público português com o cinema japonês já não é boa, não vejo nenhuma razão para que mude com este filme, mas acho que este filme tem que lutar pelo seu espaço, nada está feito. O filme "O Processo do Rei" era um filme caríssimo e correu bem. Não sei muito bem porquê, talvez por razões que não têm a ver comigo, mas com as pessoas e... ainda bem. Portanto, não é possível prever se um filme corre bem ou mal. Eu, se fosse distribuidor, não metia um tostão no filme. Agora, penso que há a obrigação de fazer isso, de ver se dá e, por exemplo, "A Comédia de Deus", que era um filme muito difícil, funcionou.

C: "Os Olhos da Ásia" poderá também funcionar?

JMG: Claro, há um lado muito emocionante no filme. Em Cannes vi gente a chorar na sala...

C: Está contente com o filme?

JMG: Muito, nem toda a gente faz um filme destes.

C: O tema da intolerância é para continuar ou vai deixá–lo em aberto para os próximos filmes?

JMG: Não, agora vou fazer filmes sobre pessoas que se vingam da intolerância. Nos meus filmes as personagens são dominadas pela intolerância. O final de "Os Olhos da Ásia" é um bocado cínico porque uma pessoa morre, desaparece. Neste caso acaba com uma pessoa que decidiu trair para viver. Até agora os meus filmes acabavam numa alegoria. Em "O Fim do Mundo", o Augusto a subir à montanha é a ascensão ao céu. No próximo não, pois é um tipo que se vai vingar do sistema e vai fazer uma vigarice monumental. Chama–se Pedro Caldeira e é bom. É bom porque é velho, é pobre e está numa prisão. E decide passar por uma mulher de vinte anos que aguenta uma correspondência enorme com um emigrante americano que quer casar com uma portuguesa e (por essa mesma razão) lhe envia imensos dólares à conta disso. É uma história real, fantástica.

Fernando Nunes


DOM
Pinhos

Foi por pouco que as Secções Desportivas não se desligaram da Queima das Fitas 1997

Volta Queima

"Devolver a Queima à Academia" é o novo cavalo de batalha da AAC.

O orçamento inicial de 2900 contos que a CCQF 97 deliberou afectar às secções desportivas entravou o diálogo e as secções estiveram à beira de boicotar o programa da Queima. Mas esta ameaça foi apenas a gota de água. Na sua origem está um problema sério que há muito se vem arrastando: o estatuto que deverá ter a Queima das Fitas. O mote está lançado e a discussão é urgente. Por agora, a tradição vai continuar a ser o que era.

Foi por pouco que, este ano, as secções desportivas da AAC não integraram o programa da QF97. É a velha guerra pelos tostões a que nos habituámos. Desta vez, o braço de ferro ia acabando em boicote ao programa da Queima: as secções desportivas da Académica pretendiam realizar as actividades a que se propunham desde o início, mas no âmbito de uma iniciativa que apelidaram de "Jogos da Academia".

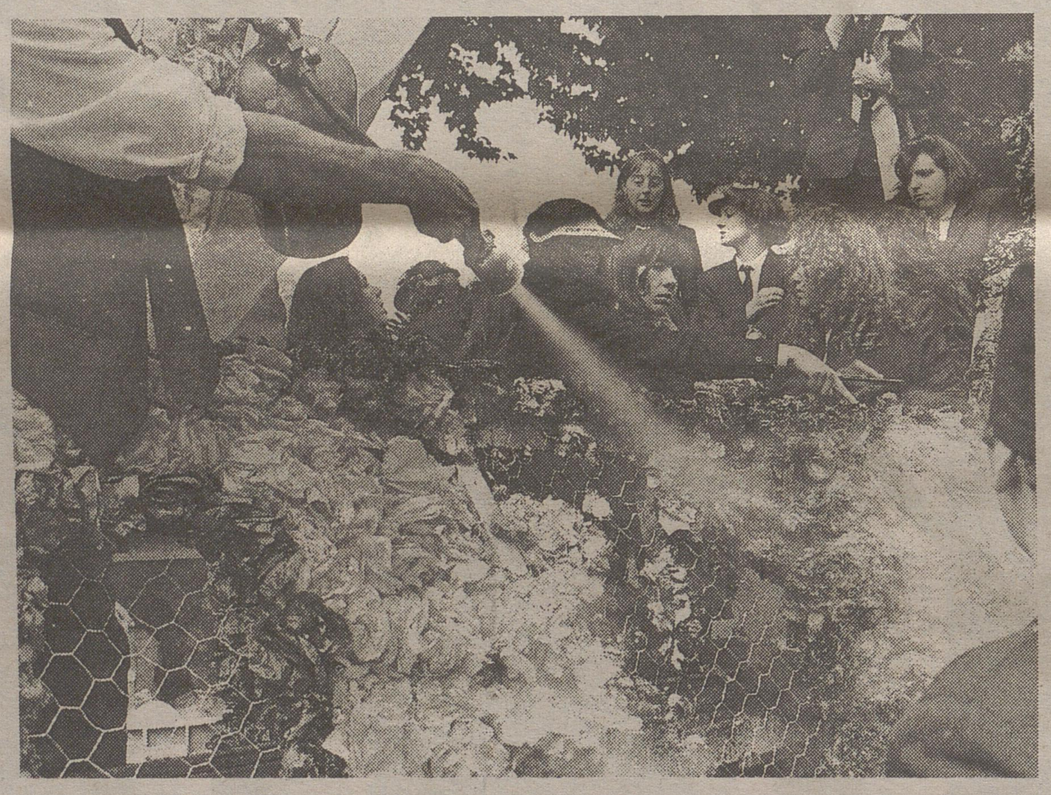
Foram 16 as secções desportivas que apresentaram projectos. A Comissão Central da QF 97 estudou-os e avaliou-os. Dois mil e novecentos contos foi a verba que entenderam afectar ao sector desportivo. Confrontadas com a situação, 15 das 16 secções presentes reagiram de imediato. Apenas a Secção de Halterofilismo, cujo Presidente integra a Comissão Fiscalizadora da QF, adoptou uma posição passiva. Na mesa estiveram ainda algumas propostas de ambas as partes, na tentativa de solucionar o problema. A CCQF 97 sugeriu uma nova redistribuição, desta vez a cargo do Plenário de Secções. Rui Garcia, Presidente da Comissão Central, propôs que uma parte de eventuais lucros da festa fossem escoados para as secções da Casa. No entanto, quaisquer que fossem as propostas apresentadas, a Comissão não cedia nem mais um tostão.

"Intransigente e arrogante", é assim que o Presidente da Secção de Rugby, António Rochete, classificava a postura da Comissária do Desporto. Para as secções, não estavam sequer reunidas condições de base para dialogar, ao passo que, de acordo com a avaliação dos projectos feita pela Comissária do Desporto, Ana Santos, o dinheiro afectado era suficiente para a realização dos projectos entregues. As secções tentaram saber quais os critérios de avaliação mas sem sucesso. Alguns responsáveis pelo sector desportivo confessaram à "A Cabra" a sua dúvida acerca das capacidades da Comissária para a dita avaliação. Confrontada com esta desconfiança, Ana Santos retorquiu: "já pratiquei natação..." Para além disso, a Comissária alegava ter chegado a falar com algumas pessoas entendidas na matéria.

A braços com a impossibilidade de chegar a um consenso, as secções desportivas uniram esforços e avançaram com um processo de reacção liderado pelo Presidente da Secção de Ténis e pelo Vice–Presidente da Secção de Desportos Náuticos. O resultado parecia ser o boicote, comunicado por carta à CCQF 97, no dia 26 de Março, assinado pelas 15 secções insatisfeitas.

"Não houve diálogo", foi o desabafo de alguns responsáveis pela secções desportivas. "No ano passado, foi tudo discutido caso a caso." Em sua opinião, o desporto foi descurado pela CCQF 97. "O processo foi mal conduzido e não houve vontade de incentivar o programa desportivo".

De acordo com os líderes do processo, outros factores contribuiram para esta tomada de posição: a arrogância e má vontade reveladas e a forma como a CCQF 97 actuou relativamente à Pro–Secção dos Desportos Radicais. É que o



projecto por esta apresentado fora preterido em benefício de uma empresa privada que entregara um projecto semelhante, mas com custos inferiores. Em entrevista a "A Cabra", Ana Santos declarou que "Não se trata de uma secção. Provavelmente se o fosse, seria diferente."

A posição de força e arrogância da Comissão Central esteve, na opinião dos seccionistas, particularmente patente numa das cartas enviadas às secções, a qual continha a seguinte afirmação: "Referimos no entanto que este apoio apenas será concedido se se mantiver o programa inicial, em que qualquer alteração ficará sujeita a parecer vinculativo desta Comissão." Rui Garcia acusava as secções de não terem tentado arranjar mais patrocínios "por fora", como sempre fizeram. As secções alegavam a dificuldade de conseguir apoios uma vez integradas no programa da Queima, pois nenhuma instituição que tivesse patrocinado a festa iria patrocinar o seu projecto, individualmente. Para a Secção de Rugby, a Comissão reservara 200 contos."Duzentos contos conseguimos nós só através da Região Centro."

O orçamento apresentado pelas secções foi de 21000 contos. Habitualmente, a Queima não patrocina na íntegra os projectos. No entanto, nos anos anteriores, o montante atribuído às secções desportivas variou entre os 7 e os 10 mil contos. Mudam–se os tempos, mudam–se as vontades... "As secções desportivas estão mal habituadas", referiu a Comissária do Desporto.

O orçamento da Queima 97 está no segredo dos Deuses. Em conferência de imprensa, os representantes da CCQF97 não quiseram adiantar quaisquer números.

Todavia, diversas razões explicam a diminuição de receitas relativamente a anos anteriores. A situação jurídica da Queima das Fitas é diferente. Em Julho de 96, Paulo Brito e Fernando Gama requereram o registo das marcas "Queima das Fitas" e "Queima das Fitas de Coimbra" em seu nome, no intuito de ganhar autonomia relativamente à gestão política da DG/AAC. A Queima subscreve–se, agora, como "Queima das Fitas - Associação". Esta situação, aliada ao facto de se ter espalhado, nos últimos tempos, que "a Queima das Fitas dá lucro", tem sido um verdadeiro entrave na obtenção de patrocínios."Na Gulbenkian disseram–nos que, provavelmente não nos patrocinariam porque nós somos uma empresa", desabafa Rui Garcia. É o afunilar de receitas. Rita Namora, tesoureira, nega, em conferência de imprensa, ter feito cortes orçamentais: "o que fizemos foi racionalizar despesas porque a situação fiscal assim o exige."É que agora, a "Queima das Fitas–Associação" tem o seu próprio nº fiscal. Desta forma, a fuga ao fisco torna–se difícil. As contas têm que estar todas em dia e os recibos lá terão de ser passados. Pela primeira vez, uma boa parte das receitas serão escoadas para o IVA. Rui Garcia aponta um outro factor para a diminuição das receitas: no ano passado, a Sagres quis patrocinar a Queima a qualquer custo. Este ano, foi a Super Bock que apresentou a melhor proposta mas o patrocínio ronda cerca de metade do valor do do ano passado.

Neste contexto, a grande preocupação da Comissão Central parece ser o rigor financeiro, por isso o orçamento foi elaborado antes de apresentados os projectos, diferentemente do que acontecera no ano passado. A acusação de falta de diálogo e incompreensão era mútua. António Rochete lamenta que a CCQF 97 se tenha esquecido da ajuda prestada pelas secções desportivas, em alguns momentos. Só este seccionista se atreveu a comentar a situação: "Não faz sentido que a Queima não tenha um projecto desportivo, senão cada vez mais é uma comissão de festas (...)".

As secções desportivas deixavam no ar a ameaça de negar à CCQF 97 a utilização do autocarro e do Campo de Santa Cruz. "Os bens da AAC são para ser utilizados pela AAC."

Era, como já alguém tinha dito, historicamente, o grande divórcio entre aquela que até aqui era a festa de todos os estudantes da Academia de Coimbra e a própria Academia. Os ânimos agudizavam–se e a tensão entre a Comissão e os estudantes que se apercebiam da situação era cada vez maior. O conflito generalizava–se e a maior festa da Academia caminhava a passos largos para a descredibilização total.

Os tempos são para discutir qual o estatuto que a Academia deseja para a Queima das Fitas, naquele que deve ser um amplo debate entre todos os interessados. Fora de questão deve estar a tomada de decisões definitivas, que podem constituir graves precedentes irreversíveis. Isto mesmo tentou António Silva, Presidente de DG/AAC: demonstrar a ambas as partes, na reunião que decorreu na segunda–feira passada e na qual Rui Garcia pediu para estar presente. "António Silva alertou para algumas situações que podiam descredibilizar a Queima" afirma Miguel Bernardo, Vice–presidente da Secção de Desportos Náuticos.

O braço de ferro por uns tostões foi preterido pelo espírito académico. Com uma postura diferente da assumida em anteriores reuniões, a Comissão Central e as secções desportivas unem esforços na procura de uma solução. Conscientes de que o problema em causa ia muito para além daquela situação pontual e da qual ambas as partes estavam de certa forma a ser vítimas, chegaram finalmente a um consenso, no sentido de voltar a credibilizar a Queima das Fitas.

O esforço foi de parte a parte: a verba afectada ao desporto aumenta de 2900 contos para 4600 e o projecto da Pro–Secção de Desportos Radicais foi aceite. As secções desistem enfim do boicote. Apesar de continuarem a sair prejudicadas, entendem que a Academia merece o sacrifício de ambas as partes. Rui Garcia pretende que, até ao final do seu mandato, sejam aprovados os estatutos, de forma a "devolver a Queima à Academia". É precisamente este o mote da "luta" que se segue. Por esta bandas, a tradição vai continuar a ser o que era.

Filipa Rodrigues

Os Últimos Dias das Noites do Parque

Afinal, não é só o cartaz da Queima que se mantém... Os preços das Noites do Parque continuam altos, o local continua o mesmo. Contudo, algumas inovações constam das Noites do Parque deste ano, as quais quase o deixaram de ser...

Ao mostrar–se reticente em disponibilizar o Parque (tal como o faz todos os anos), a Câmara Municipal de Coimbra optou por propôr o Choupalinho na sua 1ª reunião com a Comissão Central da Queima das Fitas 1997 (CCQF 97). Para esta área está em estudo o projecto do futuro "Queimódromo"(!), e propunha–se que, em dois meses, se reunissem as condições necessárias para a realização das Noites do Parque, na margem sul do Mondego. A CCQF 97 considerou o projecto insuficiente e o próprio arquitecto encarregue do "Queimódromo" acabou por reconhecer a impossibilidade do mesmo. A C.M. concedeu, novamente, para a realização das Noites do Parque, o espaço que lhes dá o nome.

João Baptista, Comissário do Parque, elabora um projecto para o mesmo e apresenta-o à CM. Este é aprovado em reunião camarária. Após uma visita ao Parque, verifica–se a hipótese deste ser vedado a partir da segunda rotunda do jardim, retirando–se assim, por posterior exigência camarária, a parte "morta" do jardim, que "é a mais melindrosa". A questão da eventual falta de espaço acaba, contudo, por não se pôr, dada a concessão, pela primeira vez, da totalidade do espaço do parque de estacionamento (zona onde habitualmente se realizam os concertos do palco 1). No respeitante a esta área, há algumas novidades para este ano: uma entrada pelo parque de estacionamento, de modo a descomprimir o acesso pelo jardim, e a possibilidade da construção de mais uma rampa de ligação do jardim ao local dos concertos. Este projecto está em estudo pela empresa REBEL, para a qual se afigura perfeitamente viável. A viabilidade do mesmo para a CCQF 97 estará, contudo, dependente do interesse financeiro da mesma.

No que diz respeito às condições sanitárias do Parque, J.B. alega um maior investimento nesta área, no sentido de aumentar o nº de "casas de banho" disponíveis no local. Negociações com os Serviços de Higiene da CM estão em curso, não descurando, no entanto, a possibilidade de recurso aos serviços de uma empresa privada, caso este seja mais vantajoso.

A segurança e conservação do Parque são, segundo J.B., duas apostas da CCQF 97. No que concerne à primeira, será assegurada por uma empresa especializada (a mesma do ano passado, aliás...), "no sentido de uma festa sem repressão (!) e sem problemas", nas palavras do Presidente da CCQF 97, Rui Garcia. O sucesso da segunda passará pelo impedimento da circulação de viaturas, no jardim e pelo desvio das barracas da alimentação para a área do parque de estacionamento (isto porque, segundo J.B., estas são as barracas que, por originarem mais sujidade, "são as mais melindrosas para a conservação do jardim." A CM exige, contudo, uma garantia bancária de 2000 contos para reparação de eventuais danos. No entanto, a entidade tem–se mostrado "dialogante e flexível" em todo o processo de negociação, comprometendo–se a só cobrar a garantia em caso de desmazelo da CCQF 97.

O Comissário do Parque realça também, para este ano, uma equilibrada distribuição do espaço no recinto. Seis barracas de comida serão colocadas no parque de estacionamento e as restantes 14 serão distribuídas por dois corredores, na zona do jardim.

Posto isto, passemos aos aspectos práticos da questão, os quais "A Cabra" conseguiu apurar em termos pouco explícitos, dado ser "prematuro adiantar factos concretos quando as coisas ainda não estão totalmente definidas."

O bilhete geral do parque, para estudantes, custará 7500$ (8500$ para não estudantes) e 12500$ se incluir o Baile. Os preços por noite serão variáveis e assemelhar–se–ão aos do ano passado (entre 1000 e 2000$).

Novidade será a atribuição de desconto, no preço dos bilhetes, a estudantes bolseiros, "de modo a estes terem oportunidade de acederem mais facilmente à Queima." O valor do desconto não pôde ainda ser revelado, estando em curso a discussão do mesmo.

E, para aqueles que não são bolseiros, mas que não têm dinheiro, a fantástica inovação deste ano é a não abertura das portas do parque, no final dos concertos. Segundo J.B., esta ideia vingou no sentido de evitar distúrbios.

Por último, a realçar que o parque abrirá as portas mais cedo, com animação no palco 2, a partir da meia noite. O dito palco estará, este ano, mais bem dotado tecnicamente, de modo a possibilitar uma actuação digna das bandas que lá vão actuar.

Não, "A Cabra" não se esqueceu de sondar quais as bandas convidadas... Lamentavelmente, J.B. não quis adiantar nomes até ter, em mão, as garantias contratuais de actuação. Afirma, contudo, que "está tudo encaminhado" e que actuarão em Coimbra, para além de alguns dos melhores grupos portugueses (?), grupos estrangeiros...Amiguinho,hã?!

N.E.

Programa Cultural da Queima das Fitas

Muita música, coral e popular, algumas conferências, uma exposição sobre música e uma mostra filatélica, uma feira do livro e uma semana gastronómica. Assim será a parte cultral da Queima Das Fitas deste ano.

Musicalmente falando, são de referir as actuções dos consagrados Tetvocal, 22 de Abril no TAGV ou Teresa Salgueiro acompanhando António Chaínho, TAGV no dia 28 de Abril. Está também agendado um recital de música oriental organizado pela secção de Yoga (dia 19 de Abril, na Biblioteca Joanina, às 18 horas), que promete emoções novas. Na área da música coral a oferta é imensa pelo que remetemos o leitor mais interessado para outras fontes de informação - Programa Da Cultura Queima Das Fitas'97, distribuido pela comissão organizadora.

Noutras áreas culturais também há acontecimentos dignos de realce. "Ode Marítima", o poema de Álvaro Campos, será dito por João Grosso no Teatro Paulo Quintela, no dia 28 de Abril às 18 horas, a exposição "As Faces da Música", estará patente no D.Dinis entre 28 de Abril e 5 de Maio e as jornadas gastronómicas, poderão ser saboreadas na cantina A entre os dias 21 de Abril e 9 de Maio.

Entre os dias 19 de Abril e 4 de Maio, o Parque Dr. Manuel Braga será palco da feira do livro, de resto habitual nestas alturas mas na Praça da República. Este ano a feira terá ainda outra novidade, a actuação de grupos musicais.

Quem gosta de ouvir falar e de vez em qundo dar uma opinião, tem muito por onde escolher. Desde a medicina - "Jornadas Médicas", dia 17 no Auditório Principal Dos HUC - à história - II Jornadas de História e Tradição Académica, 3 de Maio no Auditório do IPJ- e ao cinema - IV Caminhos do Cinema Português, 17 a 27 de Abril- à sexualidade - "As controvérsias da Sexualidade", 7 e 8 de Maio às 15 horas no D.Dinis - e à música - "Faces da Música", 7 de Maio às 18 horas no D.Dinis - variedade temática é coisa que não falta.

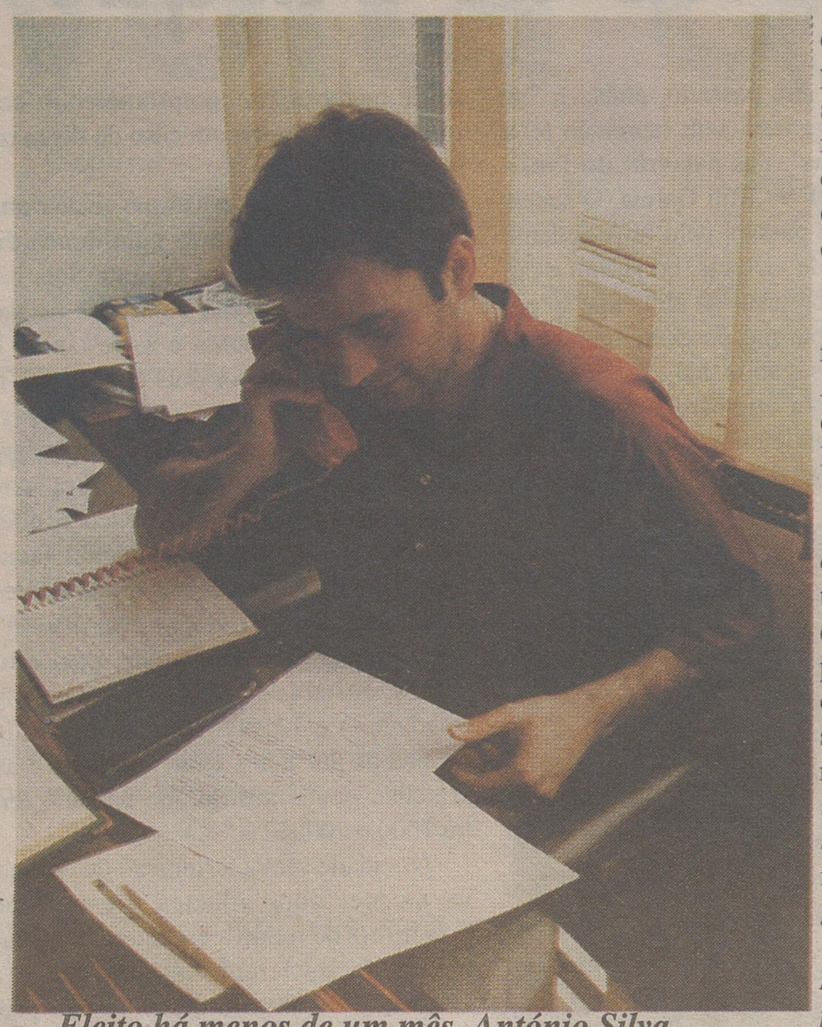
Maio, 9, sexta–feira, 21horas, no TAGV tem ínicio o desfile dos grupos da academia. É o Sarau de Gala, uma oportunidade para ver o que a academia vale em termos de animação musical.

Há ainda todos os cerimoniais que a tradição consagrou: Benção Das Pastas, na Sé Nova no dia 4 de Maio, mesmo dia em que se realiza a Récita dos Quintanistas, este ano no Parque Dr. Manuel Braga. E, claro, a Serenta Monumental, aos primeiros minutos do dia 9 de Maio.

Manuel Pereira

Tó Silva em entrevista a "A Cabra"

Com as Propinas à Cabeça



Eleito há menos de um mês, António Silva, Presidente da Associação Académica de Coimbra, já tem em mãos um dos maiores problemas com que o associativismo se deparou nos últimos anos: Como combater uma propina com a qual a opinião pública parece concordar quase unanimemente? Nesta entrevista, Tó reitera as suas esperanças que os estudantes não venham a pagar propinas e queixa-se do desinteresse do Estado pelo Ensino Superior Público. Diz-nos também como pensa conseguir cumprir as suas promessas, apesar da curta duração desta Direcção-Geral e das lutas externas que tem que enfrentar.

A Cabra: A vitória foi mais folgada do que estavas à espera?

António Silva: Eu diria que foi uma vitória justa e, mais do que isso, um sinal claro daquilo que a Academia pretende para os próximos anos.

C.: Tirando os meses da Queima, exames e férias, a DG/AAC tem dois meses para trabalhar até às eleições de Novembro. Como é que vão cumprir o extenso leque de promessas que fizeram?

A.S.: Uma DG trabalha sempre, aulas ou férias.

C.: Mas como é que vão mobilizar os estudantes para as vossas actividades?

A.S.: As actividades vão ter com os estudantes, são-lhes dadas a conhecer. Obviamente que eu sempre disse que estávamos a criar linhas de acção para o futuro, também. É isso que estamos a fazer. Posso dar o exemplo da empresa multidisciplinar, onde nós estamos a criar as bases, os alicerces para ela se criar e para arrancar precisamente no início das aulas, em Outubro.

C.: A nível interno, vamos ter finalmente a redistribuição de espaços na Académica?

A.S.: Neste preciso momento, o que se passa é que temos um novo projecto de reestruturação deste espaço. Evidentemente que existem algumas salas em relação às quais eu estou a equacionar, dentro do possível, falar com as secções e ver qual é a utilidade que lhes estão a dar. Se não estiverem a dar-lhes a utilidade devida, poderão cedê-las com toda a justiça. Mas visto que o projecto de reestruturação está tão perto, ele próprio irá definir as novas prioridades.

C.: E os subsídios anuais às secções que estão previstos nos Estatutos da AAC? Vão chegar às secções?

A.S.: A questão dos subsídios é a seguinte: As secções desta casa têm que ter a mesma consciência que a própria DG tem da situação financeira da casa. Eu sempre disse que não íamos "sufocar" as secções, mas vamos seguir uma política de contenção financeira. Os projectos vão ser, em princípio, auto-financiados, mas se houver projectos que a DG possa comparticipar, fa-lo-á com todo o gosto.

C.: Mas subsídios ordinários...

A.S.: Subsídios ordinários eu penso que só poderão voltar a haver quando a situação financeira da AAC estiver bem definida, nomeadamente agora com o Plano Mateus, quando houver a garantia absoluta que podemos pagar as prestações.

C.: Núcleos de Faculdade. Quais e quando?

A.S.: Estão a arrancar vários núcleos. Os Núcleos de Faculdade têm todo o apoio da DG. Prometemos divulgá-los e estimulá-los. É esse projecto que vamos empreender e, depois, esperemos que as pessoas tenham convicções e motivações para arrancar com os núcleos. Não há prazos porque os prazos são os alunos das faculdades que os fazem. Nós vamos chegar aos estudantes com a mensagem do que se pretende que sejam os Núcleos e qual a sua utilidade prática. Cumpriremos o nosso papel e esperamos que eles, a seguir, cumpram o deles.

C.: Foi proposto que as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo sejam votadas na Assembleia da República dia 23. Na hipótese disso acontecer, a AAC já tem algumas acções previstas?

A.S.: A questão que se põe aqui é a seguinte: O agendamento da discussão da Lei de Bases saíu de um Encontro Nacional de Dirigentes Associativos que aconteceu antes de eu ser eleito. Nesse ENDA foi decidido que se iria provocar a discussão das alterações na Assembleia da República o mais rapidamente possível, independentemente das posições de cada Associação.

C.: Houve uma manifestação em fins de Novembro por causa destas alterações. Agora que estão quase a ser aprovadas, não vai haver nenhuma forma de pressão por parte da AAC?

A.S.: Neste preciso momento, temos uma Assembleia Magna, dia 29 de Abril, onde pensamos que temos que discutir todos estes assuntos. O que se passa em relação à Lei de Bases, é que se devia promover uma discussão bastante alargada sobre as alterações, com gente do Ministério da Educação a vir às faculdades explicar quais são as suas implicações práticas. E ouvir também da boca dos alunos e do corpo científico quais são as suas posições. Os objectivos que estão inerentes a estas alterações ainda não estão esclarecidos.

C.: As Académicas têm demonstrado alguma concertação em relação a este assunto?

A.S.: Eu julgo que aquilo que foi decido no ENDA, do agendamento, acho que é consensual. As posições em relação à proposta penso que poderão divergir, pois cada Associação defende os seus interesses pontuais. Ou seja, a maioria dos universitários continua a achar que há coisas que lhes poderão ser prejudiciais. Não podemos compactuar que pessoas com formações diferentes tenham as mesmas saídas. Mas isto está esquisito...

C.: A DG/AAC é contra toda a proposta de Lei do Financiamento do Ensino Superior ou só contra a parte das propinas?

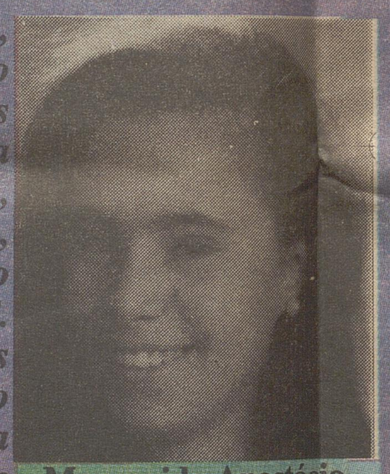
A.S.: A DG recusa-se até em falar em propinas duma forma isolada. Eu tenho lido artigos sobre as propinas nos jornais e há quem considere esta propina como tendo um valor simbólico... A DG recusa-se a falar em propinas porque já há muito tempo que vem afirmando que as famílias portuguesas são efectivamente as mais sobrecarregadas da Europa com os custos do ensino. Há uma lei de financiamento que duma forma geral não me agrada, até porque, a priori, o único garante que nos traz é o pagamento efectivo de uma propina por parte dos alunos. E existe neste momento uma preocupação evidente por toda a lei-quadro de financiamento e por tudo aquilo que fica por esclarecer. Algumas concepções que nos são dadas, são sempre para possibilidade de regulamentação posterior, ou seja, estamos a trabalhar com o amanhã, sendo que o hoje vai ser o pagamento de uma propina. E com isto não podemos compactuar! E depois temos aquela velha questão: que a AAC, neste caso das propinas, tem uma tradição. Os alunos já mostraram a sua opinião, nomeadamente no que diz respeito à desresponsabilização do Estado. É preciso que Portugal saiba que já temos uma percentagem de alunos no Ensino Superior Privado que é qualquer coisa como quarenta por cento dos estudantes.

C.: Havendo essa maior responsabilização, por parte do Estado, em relação ao Ensino Superior, a AAC põe a hipótese de pagar propinas?

A.S.: Neste momento, nem sequer pomos a hipótese de discutir a questão das propinas. A questão das propinas, julgamos até que seria uma questão arredada, visto que tinha sido assumido por este Governo que, a falar de propinas, só se falaria quando houvesse uma reforma do sistema fiscal. Independentemente da posição da Académica sobre as propinas, penso

As Caras

Para além do Presidente, há, em todas as DG´s, um núcleo duro de pessoas que comanda os destinos da AAC. Este ano, a lista X deu a conhecer, logo à partida, quem serão essas pessoas, colocando-as na "Comissão Coordenadora da DG". Com estas mini-entrevistas, os leitores de "A Cabra" poderão ficar a conhecer melhor a personalidade e os objectivos de quem presidirá à sua Associação nos próximos tempos.



Margarida Anastácio
21 anos
Faculdade de Letras

1.Qual é o teu filme favorito?	1. A Lista de Schindler
2.E que género de música preferes?	2. Comercial
3.Por que clube torces?	3. Benfica
4.Quais são as tuas simpatias partidárias?	4. Não simpatizo com nenhum.
5.Há quanto tempo conheces o Tó Silva?	5. Dois meses.
6.Quais são as três principais qualidades que lhe reconheces?	6. É um óptimo ouvinte, superconversador e divertido.
7.E, já agora, os seus três maiores defeitos?	7. Fala muito depressa e é esquecido. Não me lembro de outro.
8.És contra as propinas actuais, de 1200 escudos?	8. Não vejo essa taxa como propina.
9.Qual é a sensação de ser a única rapariga na Comissão Coordenadora?	9. É bom, porque consegui conquistar um espaço entre eles.
10.Qual é o teu principal objectivo, em termos pessoais, para este mandato da DG?	10. Conseguir dinamizar o maior número de núcleos possível.
11.Queres ser presidente da DG para o ano?	11. Não, não ponho essa hipótese.
12.O que é que queres ser quando fores grande?	12. A Edite Estrela é um exemplo para mim. Quero conseguir afirmar-me como ela.

que neste momento essa questão nem se devia estar a pôr.

C.: Mas havendo neste momento uma regulamentação de propinas, qual é a opinião da DG sobre elas?

A.S.: Eu julgo que isso seria entrar no jogo que a opinião pública, muitas vezes, quis que entrássemos, que é o facto de nós dizermos que não pagamos propinas, porque não queremos pagar! Nós, neste momento, estamos a demonstrar que queremos discutir a lei do financiamento e que das propinas nem sequer se devia estar a falar. A esse respeito a DG continua a dizer: Não vamos permitir que as famílias portuguesas sejam ainda mais sobrecarregadas! Num país em que temos os maiores custos de frequência, que são os custos que uma família suporta para ter os filhos no Ensino Superior. Repare–se que uma família com um filho em Coimbra gasta 800 contos por ano. É preciso ver que estes 800 contos, associados ao valor que o Estado gasta com o aluno, são mais de 40%. Isto, se comparado com os outros países da Europa, é simplesmente escandaloso!

C.: Ou seja, a DG é contra estas propinas e, por isso, contra esta Lei de Financiamento?

A.S.: Contra esta Lei de uma forma global e, pode dizer-se, que, pontualmente, contra uma propina.

C.: Na conferência de imprensa de 10 de Abril, Ricardo Almeida, Presidente da Federação Académica do Porto, chamou Marçal Grilo de mentiroso. Concordas?

A.S.: O Ricardo acusou o Marçal Grilo daquilo que nós tínhamos apreendido e visto no movimento associativo.

C.: Concordas que Marçal Grilo mentiu?

A.S.: Julgo que sim. Pelo menos mudou de opinião. Quando era Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Conselho dizia ser injusto e inconcebível que as famílias mais sobrecarregadas da Europa ainda tivessem o Estado a pedir uma propina.

C.: No que toca a protestos, vamos ficar pelos panfletos?

A.S.: No que toca a protestos, temos de fazer uma acção de consciencialização dos alunos da Universidade de Coimbra. Queremos que eles conheçam a Lei–quadro de financiamento e queremos que eles dêem um sinal claro daquilo que pretendem e que tipo de enquadramento julgam mais justo para defender as suas opções. Ou seja, não podemos dizer se vamos ficar pelos panfletos ou se vamos para uma manifestação no dia tal. Interessa sim ter a Academia do nosso lado. A Academia sentir que vale aquilo que sempre valeu.

C.: Estás pronto para "marchar sobre Lisboa"?

A.S.: As pessoas querem manifestações a todo o custo. Não me parece que isso, neste momento, seja o mais importante. O importante é a Academia estar unida e coesa.

C.: O que é que a DG vai propôr na Assembleia Magna?

A.S.: Não direi que isso seja uma surpresa, mas é algo que se poderá ver na própria Assembleia. A DG terá propostas objectivas e claras para fazer aos estudantes.

C.: Achas que há alguma hipótese dos estudantes não virem a pagar propinas?

A.S.: Eu julgo que em relação às antigas leis do PSD também havia a ideia que seriam sem retorno. Houve pessoas que não pagaram e viram os seus diplomas atribuídos. As coisas levaram a volta que levaram e a nossa vitória consagrou–se...

C.: Isso pode repetir-se?

A.S.: ...Simplesmente houve promessas que não vimos cumpridas e achámos lamentável o desinvestimento e o desinteresse tão claro que começa a existir pelo Ensino Superior Público em Portugal.

C.: Achas que os estudantes não vão pagar?

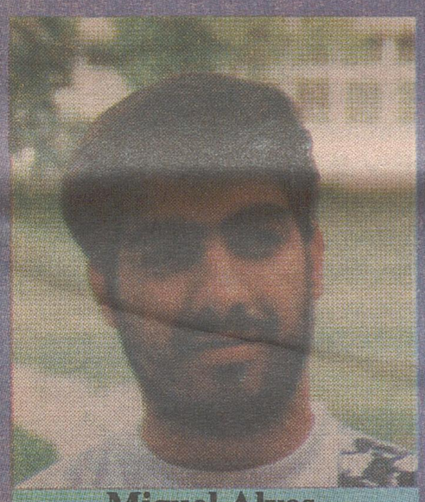
A.S.: Eu julgo que os estudantes deverão e poderão fazer aquilo que acharem em consciência. Se sentirem que não devem pagar propinas, julgo que a DG tem todas as condições para defender essa posição!

C.: Quer dizer, no fundo, com tão pouco tempo, caíram–te um bocado as propinas em cima. Aquilo que tu querias fazer na Académica, corres o risco de não conseguir, de não teres tempo para isso, por causa desta luta...

A.S.: Claro que esta lei... tenho que admitir que as coisas se passaram todas muito rapidamente e foi ganhar as eleições e, nem tinha tomado posse, já estava a trabalhar nisto, com viagens a Lisboa, etc. Claro que há que criar uma prioridade muito grande e esta situação que apareceu agora tem que ser assumida com frontalidade. Coimbra tem as suas responsabilidades e os seus deveres no movimento associativo. Acontece que de forma alguma poderei abdicar de todo um projecto que tem a ambição e a dimensão que este projecto tem. Julgo que a DG tem que continuar a trabalhar, não pode parar ou dar só atenção à política educativa. Tem de ela toda estar atenta, porque, de uma forma geral, a Academia gira à volta da cultura, do desporto e de tudo aquilo que sabemos.

Entrevista por JLQ

dos novos dirigentes



Miguel Alves
21 anos
Faculdade de Direito

1. Clube dos Poetas Mortos

2. Pop Rock, Fado de Coimbra

3. Benfica

4. Social-Democrata, pelo que voto PS.
5. Quatro meses

6. Tem vontade de fazer coisas, capacidade de liderança e espírito académico.
7. Fala muito depressa e exalta-se facilmente. É inexperiente.

8. Em essência sim. Nunca protestei porque a conjuntura nunca o proporcionou.
9. Sou assediado todos os dias.

10. Fazer com que os estudantes conheçam melhor a Academia que têm.

11. ...Nunca pensei nisso. Sou um dos vinte mil que o podem fazer.
12. Profissionalmente, advogado. Politicamente? O tempo o dirá.



João André Silva
23 anos
Faculdade de Medicina

1. Era Uma Vez na América

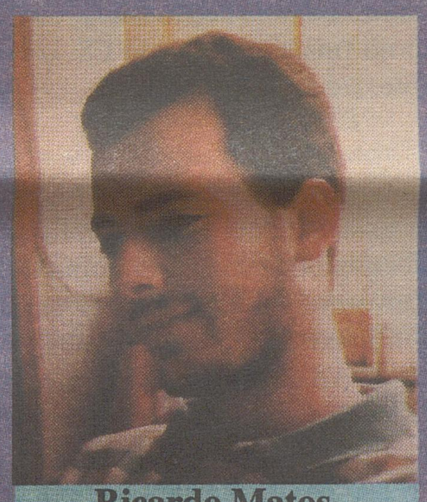
2. Toda, da Clássica ao Rock. Desde que seja boa..
3. Sócio 32.900 do FCP.

4. Sou de Direita.

5. Dois anos.

6. Defende com convicção aquilo em que acredita. É amigo do seu amigo e é bem-disposto.
7. É do Benfica. Falta de pontualidade e tem uns tiques incómodos...
8. Não acho que seja uma propina, mas sim um emolumento.
9. É uma pena, porque passo as reuniões a ver caras de homens feios.
10. Espero ter um bom relacionamento com as Secções. Conto que a empresa multidisciplinar fique preparada.
11. Não, não ponho essa hipótese.

12. Um bom médico.



Ricardo Matos
21 anos
FCTUC

1. Seven

2. Tudo menos martelinhos.

3. Benfica

4. Também simpatizo com o vermelho.
5. Quatro meses.

6. É um gajo porreiro, é benfiquista e é um tipo democrático.

7. Fala muito depressa e é baixo e emotivo

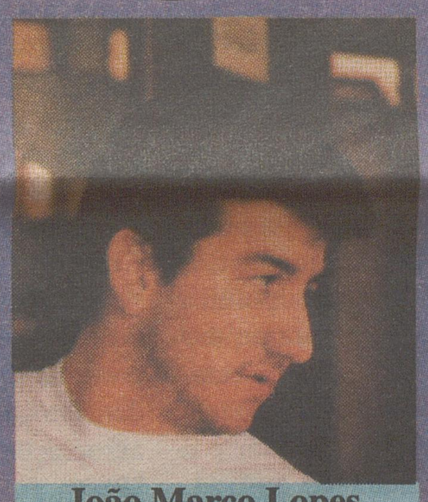
8. Não vejo essa taxa como propina.

9. Não sei, tens de perguntar à Margarida.

10. Conseguir que o Estado assuma as suas responsabilidades no Ensino Superior.

11. Não, não quero ser Presidente da DG/AAC.

12. Engenheiro Informático. Em termos políticos, não quero ser uma pessoa amorfa.



João Marco Lopes
23 anos
FCTUC

1. Platoon

2. Música alternativa

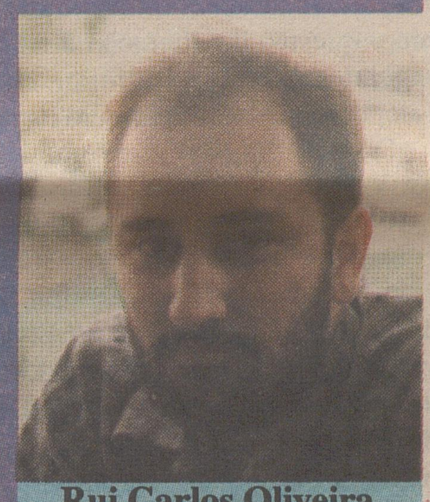
3. Académica. Dos três grandes, o Benfica.
4. Sou de esquerda, mas não radical.
5. Desde que sou caloiro.

6. É directo, tem um bom conhecimento interno da casa e é responsável.
7. É distraído, fala muito rápido e... os outros todos...

8. Se virmos esse montante como propina, sim. Se forem despesas da papelada, não.
9. Eu não sou a única!

10. Quero garantir a construção de cantinas no Pólo II e em Economia.

11. Por ambição própria, não. Mas se as pessoas mo pedissem, poria a hipótese.
12. Engenheiro Mecânico e Pai de filhos!



Rui Carlos Oliveira
23 anos
Faculdade de Economia

1. Star Trek

2. Gosto de tudo um pouco...

3. Benfica

4. Não tenho cor partidária.

5. Cinco meses.

6. Capacidade de liderança; pessoa de confiança; não tem filiação partidária.
7. Não lhe vejo defeitos.

8. Não considero isso uma propina.

9. É estranho.

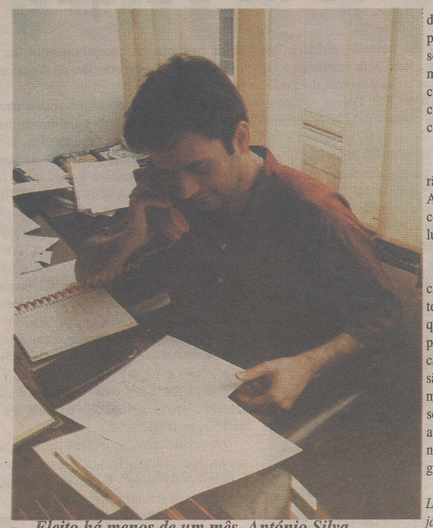
10. A empresa multidisciplinar e a ligação ao mundo empresarial.

11. Não. Ponho a hipótese de fazer parte de uma equipa.

12. Feliz e com saúde.

Tó Silva em entrevista a "A Cabra"

Com as Propinas à Cabeça



Eleito há menos de um mês, António Silva, Presidente da Associação Académica de Coimbra, já tem em mãos um dos maiores problemas com que o associativismo se deparou nos últimos anos: Como combater uma propina com a qual a opinião pública parece concordar quase unanimemente? Nesta entrevista, Tó reitera as suas esperanças que os estudantes não venham a pagar propinas e queixa-se do desinteresse do Estado pelo Ensino Superior Público. Diz-nos também como pensa conseguir cumprir as suas promessas, apesar da curta duração desta Direcção-Geral e das lutas externas que tem que enfrentar.

A Cabra: A vitória foi mais folgada do que estavas à espera?

António Silva: Eu diria que foi uma vitória justa e, mais do que isso, um sinal claro daquilo que a Academia pretende para os próximos anos.

C.: Tirando os meses da Queima, exames e férias, a DG/AAC tem dois meses para trabalhar até às eleições de Novembro. Como é que vão cumprir o extenso leque de promessas que fizeram?

A.S.: Uma DG trabalha sempre, aulas ou férias.

C.: Mas como é que vão mobilizar os estudantes para as vossas actividades?

A.S.: As actividades vão ter com os estudantes, são–lhes dadas a conhecer. Obviamente que eu sempre disse que estávamos a criar linhas de acção para o futuro, também. É isso que estamos a fazer. Posso dar o exemplo da empresa multidisciplinar, onde nós estamos a criar as bases, os alicerces para ela se criar e para arrancar precisamente no início das aulas, em Outubro.

C.: A nível interno, vamos ter finalmente a redistribuição de espaços na Académica?

A.S.: Neste preciso momento, o que se passa é que temos um novo projecto de reestruturação deste espaço. Evidentemente que existem algumas salas em relação às quais eu estou a equacionar, dentro do possível, falar com as secções e ver qual é a utilidade que lhes estão a dar. Se não estiverem a dar–lhes a utilidade devida, poderão cedê–las com toda a justiça. Mas visto que o projecto de reestruturação está tão perto, ele próprio irá definir as novas prioridades.

C.: E os subsídios anuais às secções que estão previstos nos Estatutos da AAC? Vão chegar às secções?

A.S.: A questão dos subsídios é a seguinte: As secções desta casa têm que ter a mesma consciência que a própria DG tem da situação financeira da casa. Eu sempre disse que não íamos "sufocar" as secções, mas vamos seguir uma política de contenção financeira. Os projectos vão ser, em princípio, auto–financiados, mas se houver projectos que a DG possa comparticipar, fa–lo–á com todo o gosto.

C.: Mas subsídios ordinários...

A.S.: Subsídios ordinários eu penso que só poderão voltar a haver quando a situação financeira da AAC estiver bem definida, nomeadamente agora com o Plano Mateus, quando houver a garantia absoluta que podemos pagar as prestações.

C.: Núcleos de Faculdade. Quais e quando?

A.S.: Estão a arrancar vários núcleos. Os Núcleos de Faculdade têm todo o apoio da DG. Prometemos divulgá–los e estimulá–los. É esse projecto que vamos empreender e, depois, esperemos que as pessoas tenham convicções e motivações para arrancar com os núcleos. Não há prazos porque os prazos são os alunos das faculdades que os fazem. Nós vamos chegar aos estudantes com a mensagem do que se pretende que sejam os Núcleos e qual a sua utilidade prática. Cumpriremos o nosso papel e esperamos que eles, a seguir, cumpram o deles.

C.: Foi proposto que as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo sejam votadas na Assembleia da República dia 23. Na hipótese disso acontecer, a AAC já tem algumas acções previstas?

A.S.: A questão que se põe aqui é a seguinte: O agendamento da discussão da Lei de Bases saíu de um Encontro Nacional de Dirigentes Associativos que aconteceu antes de eu ser eleito. Nesse ENDA foi decidido que se iria provocar a discussão das alterações na Assembleia da República o mais rapidamente possível, independentemente das posições de cada Associação.

C.: Houve uma manifestação em fins de Novembro por causa destas alterações. Agora que estão quase a ser aprovadas, não vai haver nenhuma forma de pressão por parte da AAC?

A.S.: Neste preciso momento, temos uma Assembleia Magna, dia 29 de Abril, onde pensamos que temos que discutir todos estes assuntos. O que se passa em relação à Lei de Bases, é que se devia promover uma discussão bastante alargada sobre as alterações, com gente do Ministério da Educação a vir às faculdades explicar quais são as suas implicações práticas. E ouvir também da boca dos alunos e do corpo científico quais são as suas posições. Os objectivos que estão inerentes a estas alterações ainda não estão esclarecidos.

C.: As Académicas têm demonstrado alguma concertação em relação a este assunto?

A.S.: Eu julgo que aquilo que foi decido no ENDA, do agendamento, acho que é consensual. As posições em relação à proposta penso que poderão divergir, pois cada Associação defende os seus interesses pontuais. Ou seja, a maioria dos universitários continua a achar que há coisas que lhes poderão ser prejudiciais. Não podemos compactuar que pessoas com formações diferentes tenham as mesmas saídas. Mas isto está esquisito...

C.: A DG/AAC é contra toda a proposta de Lei do Financiamento do Ensino Superior ou só contra a parte das propinas?

A.S.: A DG recusa–se até em falar em propinas duma forma isolada. Eu tenho lido artigos sobre as propinas nos jornais e há quem considere esta propina como tendo um valor simbólico... A DG recusa–se a falar em propinas porque já há muito tempo que vem afirmando que as famílias portuguesas são efectivamente as mais sobrecarregadas da Europa com os custos do ensino. Há uma lei de financiamento que duma forma geral não me agrada, até porque, a priori, o único garante que nos traz é o pagamento efectivo de uma propina por parte dos alunos. E existe neste momento uma preocupação evidente por toda a lei–quadro de financiamento e por tudo aquilo que fica por esclarecer. Algumas concepções que nos são dadas, são sempre para possibilidade de regulamentação posterior, ou seja, estamos a trabalhar com o amanhã, sendo que o hoje vai ser o pagamento de uma propina. E com isto não podemos compactuar! E depois temos aquela velha questão: que a AAC, neste caso das propinas, tem uma tradição. Os alunos já mostraram a sua opinião, nomeadamente no que diz respeito à desresponsabilização do Estado. É preciso que Portugal saiba que já temos uma percentagem de alunos no Ensino Superior Privado que é qualquer coisa como quarenta por cento dos estudantes.

C.: Havendo essa maior responsabilização, por parte do Estado, em relação ao Ensino Superior, a AAC põe a hipótese de pagar propinas?

A.S.: Neste momento, nem sequer pomos a hipótese de discutir a questão das propinas. A questão das propinas, julgamos até que seria uma questão arredada, visto que tinha sido assumido por este Governo que, a falar de propinas, só se falaria quando houvesse uma reforma do sistema fiscal. Independentemente da posição da Académica sobre as propinas, penso que neste momento essa questão nem se devia estar a pôr.

C.: Mas havendo neste momento uma regulamentação de propinas, qual é a opinião da DG sobre elas?

A.S.: Eu julgo que isso seria entrar no jogo que a opinião pública, muitas vezes, quis que entrássemos, que é o facto de nós dizermos que não pagamos propinas, porque não queremos pagar! Nós, neste momento, estamos a demonstrar que queremos discutir a lei do financiamento e que das propinas nem sequer se devia estar a falar. A esse respeito a DG continua a dizer: Não vamos permitir que as famílias portuguesas sejam ainda mais sobrecarregadas! Num país em que temos os maiores custos de frequência, que são os custos que uma família suporta para ter os filhos no Ensino Superior. Repare–se que uma família com um filho em Coimbra gasta 800 contos por ano. É preciso ver que estes 800 contos, associados ao valor que o Estado gasta com o aluno, são mais de 40%. Isto, se comparado com os outros países da Europa, é simplesmente escandaloso!

C.: Ou seja, a DG é contra estas propinas e, por isso, contra esta Lei de Financiamento?

A.S.: Contra esta Lei de uma forma global e, pode dizer–se, que, pontualmente, contra uma propina.

C.: Na conferência de imprensa de 10 de Abril, Ricardo Almeida, Presidente da Federação Académica do Porto, chamou Marçal Grilo de mentiroso. Concordas?

A.S.: O Ricardo acusou o Marçal Grilo daquilo que nós tínhamos apreendido e visto no movimento associativo.

C.: Concordas que Marçal Grilo mentiu?

A.S.: Julgo que sim. Pelo menos mudou de opinião. Quando era Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Conselho dizia ser injusto e inconcebível que as famílias mais sobrecarregadas da Europa ainda tivessem o Estado a pedir uma propina.

C.: No que toca a protestos, vamos ficar pelos panfletos?

A.S.: No que toca a protestos, temos de fazer uma acção de consciencialização dos alunos da Universidade de Coimbra. Queremos que eles conheçam a Lei–quadro de financiamento e queremos que eles dêem um sinal claro daquilo que pretendem e que tipo de enquadramento julgam mais justo para defender as suas opções. Ou seja, não podemos dizer se vamos ficar pelos panfletos ou se vamos para uma manifestação no dia tal. Interessa sim ter a Academia do nosso lado. A Academia sentir que vale aquilo que sempre valeu.

C.: Estás pronto para "marchar sobre Lisboa"?

A.S.: As pessoas querem manifestações a todo o custo. Não me parece que isso, neste momento, seja o mais importante. O importante é a Academia estar unida e coesa.

C.: O que é que a DG vai propôr na Assembleia Magna?

A.S.: Não direi que isso seja uma surpresa, mas é algo que se poderá ver na própria Assembleia. A DG terá propostas objectivas e claras para fazer aos estudantes.

C.: Achas que há alguma hipótese dos estudantes não virem a pagar propinas?

A.S.: Eu julgo que em relação às antigas leis do PSD também havia a ideia que seriam sem retorno. Houve pessoas que não pagaram e viram os seus diplomas atribuídos. As coisas levaram a volta que levaram e a nossa vitória consagrou–se...

C.: Isso pode repetir-se?

A.S.: ...Simplesmente houve promessas que não vimos cumpridas e achámos lamentável o desinvestimento e o desinteresse tão claro que começa a existir pelo Ensino Superior Público em Portugal.

C.: Achas que os estudantes não vão pagar?

A.S.: Eu julgo que os estudantes deverão e poderão fazer aquilo que acharem em consciência. Se sentirem que não devem pagar propinas, julgo que a DG tem todas as condições para defender essa posição!

C.: Quer dizer, no fundo, com tão pouco tempo, caíram–te um bocado as propinas em cima. Aquilo que tu querias fazer na Académica, corres o risco de não conseguir, de não teres tempo para isso, por causa desta luta...

A.S.: Claro que esta lei... tenho que admitir que as coisas se passaram todas muito rapidamente e foi ganhar as eleições e, nem tinha tomado posse, já estava a trabalhar nisto, com viagens a Lisboa, etc. Claro que há que criar uma prioridade muito grande e esta situação que apareceu agora tem que ser assumida com frontalidade. Coimbra tem as suas responsabilidades e os seus deveres no movimento associativo. Acontece que de forma alguma poderei abdicar de todo um projecto que tem a ambição e a dimensão que este projecto tem. Julgo que a DG tem que continuar a trabalhar, não pode parar ou dar só atenção à política educativa. Tem de ela toda estar atenta, porque, de uma forma geral, a Academia gira à volta da cultura, do desporto e de tudo aquilo que sabemos.

Entrevista por JLQ

As Caras dos novos dirigentes

Para além do Presidente, há, em todas as DG's, um núcleo duro de pessoas que comanda os destinos da AAC. Este ano, a lista X deu a conhecer, logo à partida, quem serão essas pessoas, colocando-as na "Comissão Coordenadora da DG". Com estas mini-entrevistas, os leitores de "A Cabra" poderão ficar a conhecer melhor a personalidade e os objectivos de quem presidirá à sua Associação nos próximos tempos.



Margarida Anastácio
21 anos
Faculdade de Letras

1.Qual é o teu filme favorito?
1. A Lista de Schindler

2.E que género de música preferes?
2. Comercial

3.Por que clube torces?
3. Benfica

4.Quais são as tuas simpatias partidárias?
4. Não simpatizo com nenhum.

5.Há quanto tempo conheces o Tó Silva?
5. Dois meses.

6.Quais são as três principais qualidades que lhe reconheces?
6. É um óptimo ouvinte, superconversador e divertido.

7.E, já agora, os seus três maiores defeitos?
7. Fala muito depressa e é esquecido. Não me lembro de outro.

8.És contra as propinas actuais, de 1200 escudos?
8. Não vejo essa taxa como propina.

9.Qual é a sensação de ser a única rapariga na Comissão Coordenadora?
9. É bom, porque consegui conquistar um espaço entre eles.

10.Qual é o teu principal objectivo, em termos pessoais, para este mandato da DG?
10. Conseguir dinamizar o maior número de núcleos possível.

11.Queres ser presidente da DG para o ano?
11. Não, não ponho essa hipótese.

12.O que é que queres ser quando fores grande?
12. A Edite Estrela é um exemplo para mim. Quero conseguir afirmar-me como ela.



Miguel Alves
21 anos
Faculdade de Direito

1. Clube dos Poetas Mortos

2. Pop Rock, Fado de Coimbra

3. Benfica

4. Social-Democrata, pelo que voto PS.

5. Quatro meses

6. Tem vontade de fazer coisas, capacidade de liderança e espírito académico.

7. Fala muito depressa e exalta-se facilmente. É inexperiente.

8. Em essência sim. Nunca protestei porque a conjuntura nunca o proporcionou.

9. Sou assediado todos os dias.

10. Fazer com que os estudantes conheçam melhor a Academia que têm.

11. ...Nunca pensei nisso. Sou um dos vinte mil que o podem fazer.

12. Profissionalmente, advogado. Politicamente? O tempo o dirá.



João André Silva
23 anos
Faculdade de Medicina

1. Era Uma Vez na América

2. Toda, da Clássica ao Rock. Desde que seja boa..

3. Sócio 32.900 do FCP.

4. Sou de Direita.

5. Dois anos.

6. Defende com convicção aquilo em que acredita. É amigo do seu amigo e é bem-disposto.

7. É do Benfica. Falta de pontualidade e tem uns tiques incómodos...

8. Não acho que seja uma propina, mas sim um emolumento.

9. É uma pena, porque passo as reuniões a ver caras de homens feios.

10. Espero ter um bom relacionamento com as Secções. Conto que a empresa multidisciplinar fique preparada.

11. Não, não ponho essa hipótese.

12. Um bom médico.



Ricardo Matos
21 anos
FCTUC

1. Seven

2. Tudo menos martelinhos.

3. Benfica

4. Também simpatizo com o vermelho.

5. Quatro meses.

6. É um gajo porreiro, é benfiquista e é um tipo democrático.

7. Fala muito depressa e é baixo e emotivo

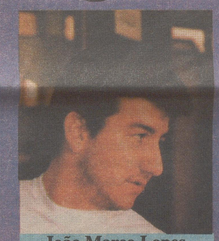
8. Não vejo essa taxa como propina.

9. Não sei, tens de perguntar à Margarida.

10. Conseguir que o Estado assuma as suas responsabilidades no Ensino Superior.

11. Não, não quero ser Presidente da DG/AAC.

12. Engenheiro Informático. Em termos políticos, não quero ser uma pessoa amorfa.



João Marco Lopes
23 anos
FCTUC

1. Platoon

2. Música alternativa

3. Académica. Dos três grandes, o Benfica.

4. Sou de esquerda, mas não radical.

5. Desde que sou caloiro.

6. É directo, tem um bom conhecimento interno da casa e é responsável.

7. É distraído, fala muito rápido e... os outros todos...

8. Se virmos esse montante como propina, sim. Se forem despesas da papelada, não.

9. Eu não sou a única!

10. Quero garantir a construção de cantinas no Pólo II e em Economia.

11. Por ambição própria, não. Mas se as pessoas mo pedissem, poria a hipótese.

12. Engenheiro Mecânico e Pai de filhos!



Rui Carlos Oliveira
23 anos
Faculdade de Economia

1. Star Trek

2. Gosto de tudo um pouco...

3. Benfica

4. Não tenho cor partidária.

5. Cinco meses.

6. Capacidade de liderança; pessoa de confiança; não tem filiação partidária.

7. Não lhe vejo defeitos.

8. Não considero isso uma propina.

9. É estranho.

10. A empresa multidisciplinar e a ligação ao mundo empresarial.

11. Não. Ponho a hipótese de fazer parte de uma equipa.

12. Feliz e com saúde.

Propinas: A I

"Não pagamos!" é a resposta imediata dos estudantes do ensino superior público à nova lei de propinas, que entrou em vigor em Agosto de 1992, pela mão do Ministro Couto dos Santos: assim começa a I Guerra Nacional das propinas, onde "boicotar" é a palavra de ordem.

Firme nas suas posições como nenhuma outra, a AAC foi a grande líder de contestação. De tal sorte que os estudantes da Universidade de Coimbra, que durante três anos consecutivos não pagaram propinas, não sofreram qualquer sanção.

Seguiram–se as maiores manifestações de estudantes do pós 25 de Abril, o auge do movimento associativo.

Conforme promessa eleitoral, o novo Governo suspende a lei em finais de 1995. Agora pretende impor uma propina única, mas a resposta dos estudantes do Ensino Superior Público é a mesma de há quatro anos atrás:"Não pagamos!".

Tapar o sol com a peneira

Um grupo de estudantes ocupa a torre da Universidade para fazer dobrar os sinos e hasteia uma capa negra. Estávamos no dia 27 de Maio de 1992, vésperas do debate na Assembleia da República (AR) sobre a questão da alteração à lei das propinas. No dia seguinte, os estudantes foram à AR interromper o debate, colocando desde início os pontos nos "is".

Durante 19 anos vigorou a lei decretada em 1973 por Veiga Simão, então Ministro da Educação (ME).

A ameaça do aumento substancial das propinas veio pôr em discussão questões que há muito não eram debatidas na praça pública, tais como a política de acção social escolar do Estado, o montante das verbas afectadas ao Orçamento de Educação, o estado de pré–ruptura das universidades públicas, o papel do Estado no financiamento do Ensino Superior e o papel dos estudantes no auto–financiamento do Ensino Superior no quadro da autonomia universitária.

Para discutir estas questões e o projecto–lei em particular, sucederam–se diversos ENDA´s (encontro nacional de dirigentes associativos). Num desses encontros, foi aprovada, por maioria absoluta, uma moção subscrita pela AAC, em que se exigia a revogação do diploma.

Em Agosto do mesmo ano é publicada, no Diário da República, a lei 20/92 : entravam em vigor as alterações à lei das propinas.

Esta lei estabelecia o pagamento, pelos estudantes do Ensino Superior Público, de cerca de 25% do seu custo médio anual, supondo, no entanto, uma aplicação gradual.

Na óptica do ME, um Ensino Superior de qualidade seria incompatível com o princípio da gratuitidade. Em causa estava o princípio de justiça social, no qual a nova lei se inspirava, patente, nomeadamente, na divisão dos estudantes por escalões, consoante o rendimento bruto anual do agregado familiar a que pertenciam, estabelecendo para propina máxima o valor de 93 contos. Para os estudantes, este era um discurso demagógico que" tentava tapar o sol com a peneira": é que bastava pertencer a uma família de 3 pessoas, em que duas tivessem um rendimento ilíquido de 78 contos mensais, para pertencer ao grupo daqueles que o governo entendia estarem em condições de pagar propinas.

Os dados estavam lançados. Era o despoletar da "Guerra Fria" das propinas. Nem o facto da publicação da lei ter ocorrido em plena época de férias enfraqueceu a posição dos estudantes do E.S.

Em Coimbra, todos estavam unidos contra as propinas, assim apontavam os resultados do referendo realizado pela DG/AAC. Mas, não era tudo. De acordo com uma sondagem publicada pelo jornal O PÚBLICO, 63% dos habitantes do continente, universitários ou não, com mais de 18 anos, estavam contra o aumento das propinas.

Rapidamente, as Associações de Estudantes (AE) se apeceberam da imperativa necessidade de se unirem, e o resultado foi um sem fim de reuniões e encontros, que nem sempre resultaram em amplos consensos. Num dos ENDA´s concluiu–se que o aumento do financiamento do ES deveria fazer–se à custa de um aumento das dotações do Orçamento de Estado (OE) para a educação. Algumas associações de estudantes (AAEE) elaboraram um pacote de propostas para uma reforma global do ES público, que contemplava questões como a acção social escolar, o papel do Estado no financiamento do ES, o estatuto da carreira docente, etc...

O Pacto Social

Nem todas as academias conseguiram uma mobilização tão efectiva dos estudantes como a AAC. As pressões do Governo, particularmente com a ameaça de sanções e a inexistência de posições firmes por parte de diversas AAEE, provocaram alguma desordem na contestação. Foi neste contexto que diversas associações realizaram com o Governo o chamado "Pacto Social". A Academia de Coimbra não subscreveu este pacto por considerar que ele viciava a discussão e desviava a atenção relativamente à questão fundamental: a responsabilização do Estado no financiamento das instituições do ES público. Considerou também que este contrato social não era a reforma global que as AAEE exigiam, e para a qual tinham já apresentado propostas bastante concretas. Na panóplia de "AAC informação" e de cartas a que os estudantes da UC se foram habituando, a DG/AAC expunha os fundamentos da sua posição: por um lado, lembravam aos colegas o facto de já pagarem uma parte considerável dos custos do ES- habitação, alimentação, viagens, livros, etc...- e que o Estado gastava, em acção social escolar, um quarto da média europeia. Por outro lado, lembravam os artigos 74º e 75º da Constituição, onde estão consagrados o direito de igualdade de oportunidades, e a tendencial gratuitidade do ensino. Sendo Portugal o país europeu com menor taxa de frequência do ES, e com menor percentagem de licenciados, não compreendiam os estudantes, a razão pela qual se penalizava desta forma quem investia na valorização do capital humano.

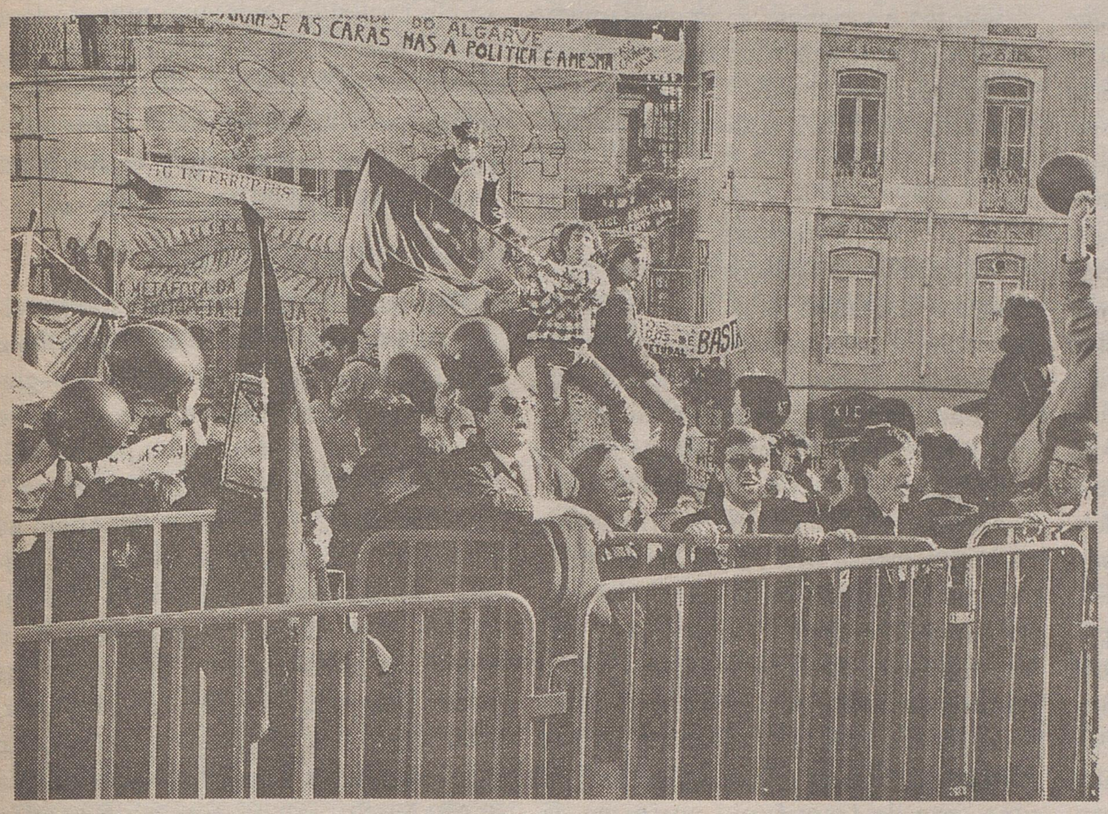
Carga Policial

Nos meses que se seguiram, realizaram–se algumas reuniões entre as AAEE e o Ministro, para as quais a AAC não foi convidada. Apercebendo–se da marginalização de que era alvo por parte do Governo, António Vigário veio a público denunciar a situação: "Somos a única academia do País cuja direcção não é da JSD".

Em Assembleia Magna, realizada em Novembro, a DG/AAC propôs uma manifestação em Lisboa, aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado para 1993, com o objectivo de exigir a clarificação do papel do Estado no financiamento do ES, a suspensão imediata da aplicação da lei e sua revogação. No dia 18 de Novembro, 3000 estudantes da UC deslocam–se a Lisboa, mostrando ao país, e em particular ao Ministro, a enorme capacidade de mobilização da AAC. O Governo não arredava pé das suas posições e em algumas universidades do país já se pagavam propinas. No entanto, em Coimbra, o apelo ao boicote era cada vez mais eficaz. A posição firme da AAC valeu–lhe alguns "mimos", nomeada–mente por parte da imprensa, tais como "AAC Radical". A sua força era tal que começou a influenciar outras universidades do País, que haviam subscrito o pacto



Grande Guerra



social com o Governo. A AAC deixava de estar só. No dia 4 de Maio de 1993, estudantes de todo o país manifestavam–se em frente ao Ministério da Educação - de Coimbra foram 2000 - acenando com lenços para dizer "Adeus, Ó Couto". O principal objectivo, além da revogação da lei 20/92, era precisamente a demissão do Ministro, como sugeriam alguns cartazes. A resposta foi imediata: os bastões das forças policiais não se fizeram rogados. Mas o trágico episódio só veio fortalecer a contestação, e angariar novos aliados. No mês seguinte, a UC e particularmente o Reitor, assumiu em Assembleia, continuar a contestação à aplicação da lei 20/92 por todos os meios ao seu alcance. Aliás, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) já tinha manifestado a sua posição crítica relativamente à lei que, em sua opinião, em nada favorecia o ES público. O apelo ao boicote era agora mais forte do que nunca. Em Novembro seguinte, universidades de todo o País encerravam e multiplicavam–se as manifestações. Enfrentando a carga policial que se adivinhava, os estudantes levaram a cabo a Jornada Nacional de Defesa do ES, aprovada no último ENDA, mostrando ao Ministro que só a revogação da lei criaria condições para dialogar. Em Coimbra, os estudantes concentram–se no pátio da Universidade para inaugurar uma residência, aproveitando para julgar o Ministro, que foi condenado a ser afogado no Mondego. Ao mesmo tempo, era colocada uma venda na estátua de D.Dinis, para "poupá–lo" àquelas vergonhas. A JNDES culminou com a maior manifestação de estudantes do pós-25 de Abril, realizada a 7 de Dezembro, em Lisboa. O movimento associativo estava novamente no auge. Depois da luta pela liberdade, no período Salazarista, a juventude estava de novo unida por uma causa comum: a contestação às propinas no quadro da luta por um ES de qualidade.

Governo orgulhosamente só

No final de 1993, os estudantes ganhavam uma batalha: a demissão do Ministro da Educação. Contudo, a guerra não estava ganha. A Couto dos Santos sucede Manuela Ferreira Leite, a qual, desde o início, António Vigário temia que fosse um "Couto de saias". Em Março de 1994, é aprovada uma nova lei: a 5/94, a qual mantinha no essencial as características da anterior, apostando na receita "mais pagam menos". Se, por um lado, a propina máxima baixava de 93 para 80 contos, por outro lado, diminuia o nº de isentos. Aumentavam as receitas e aumentavam as sanções.De acordo com o espírito desta lei, o Estado considera a isenção como uma bolsa, conseguindo a proeza de se tornar um recordista em investimento em acção social escolar, sem gastar um tostão. A AAC, nesta altura liderada por Tiago Magalhães, reitera as suas posições. Para os dirigentes associativos, caía por terra o já então falso argumento de justiça social. É que, com a nova lei, as receitas deixam de estar afectas à acção social escolar, ficando claro o objectivo de obrigar os estudantes a suportar os sucessivos cortes orçamentais para a educação. As associações de estudantes lamentam a posição do "orgulhosamente sós" do Governo.

Com a lei da Amnistia, em Abril seguinte, os estudantes ganham mais uma batalha: aqueles que não pagaram propinas não sofrem qualquer tipo de sanções, o que constitui um estímulo ao boicote. O mote estava lançado: "cada vez temos mais força".

De novo a polícia

Dois anos de contestação passados, já não era a Academia de Coimbra que estava sozinha, agora, quem estava isolado era o Ministério, particularmente depois do Presidente da República, Mário Soares, ter vetado as alterações à lei das propinas.

A AAC consegue levar a Lisboa 3000 estudantes para nova manifestação nacional. Desta vez, os estudantes foram construir uma residência e perguntar à Ministra por que não fazia o mesmo em Coimbra. A resposta já os estudantes a conheciam de cor: nova carga policial! Por esta altura, a opinião pública estava revoltada com as forças policiais. O conflito entre a liberdade de expressão e de manifestação e a eficácia do Estado, enquanto Estado de Direito, era tema de debate nacional. Cada vez com mais força, e porque "na guerra vale tudo", os estudantes da Academia de Coimbra avançaram com a campanha "Vamos dar um nó no sistema".

Cerca de 16000 estudantes concorrem a isenção/redução, conseguindo um enorme atraso na afixação das listas. Do lado dos estudantes continuava o CRUP, demonstrando-o, ao aceitar o parecer de José Carlos Vieira de Andrade, que sugeria aos reitores considerarem válidas as inscrições dos estudantes boicotantes, bem como os exames por estes realizados.

A promessa cor de rosa

Um ano após Manuela Ferreira Leite ter aceite a pasta da educação, as associações de estudantes realizam mais uma marcha até Lisboa. A AAC aproveita para levar os murais que em Outubro tinham estado na Praça da República, aquando do julgamento da Ministra, para servirem de testemunhos escritos num novo julgamento que aproveitam para fazer.

Em Março de 1995, os SASUP divulgam os resultados de um estudo sobre a origem dos rendimentos dos agregados familiares dos estudantes que se candidataram a bolsa de estudo e a isenção de propinas. Aquilo que consideravam ser a demagogia da justiça social, passou a ser demonstrado com números bem concretos: são os trabalhadores por conta de outrém que mais pagam. As famílias que vivem do comércio, indústria ou profissões liberais, são as que menos pagam. Os estudos comprovam ainda que nenhum estudante independente teve direito a bolsa de estudo. Na mesma altura, o Instituto Superior Técnico divulga um estudo que revela que 63,4% do financiamento do ensino superoir é suportado pelos estudantes.

Em fase final do mandato de Tiago Magalhães, a AAC consegue que, pela 1ª vez, o Senado aprove uma moção onde se defendia a revogação da lei das propinas e um projecto de reformulação das políticas do ensino superior, no qual o senado e a UC se dispõem a colaborar activamente.

O braço de ferro prossegue e desta vez, com uma recolha, à escala nacional, de assinaturas para uma petição à AR, solicitando a revogação das leis 20/92 e 5/94.

Até esta altura, os boicotantes não sofreram qualquer tipo de sanções.

Com o aproximar do período de campanha eleitoral, os dirigentes associativos julgaram ter bons motivos para suspirar de alívio. A DG/AAC, presidida por Zita Henriques desde Abril, pedia audiência aos líderes partidários com assento parlamentar, para um debate onde seriam questionados sobre os seus projectos para a educação e em especial sobre o que pretendiam fazer com a Lei das Propinas, caso viessem a constituir Governo. A suspensão da lei foi uma promessa eleitoral do partido de António Guterres que, em Outubro seguinte, ganha as eleições.

"À terceira é de vez. Boicota." Este foi o slogan para o início do ano lectivo. Desta vez, os prazos para o pagamento de propinas acabariam no dia 10 de Novembro. A AAC apelava mais uma vez ao boicote, *pois só boicotando poderiam exigir a revogação* da Lei das Propinas.

Em Novembro de 1995, a lei é finalmente suspensa e volta a vigorar a legislação de 1973 (que estabelecia para as propinas o valor de 1200$).

A comparação de Grilo

Volta–se, então, à estaca a zero, o que agrada aos dirigentes associativos. O Governo compromete–se publicamente a dialogar com todos os intervenientes na matéria, antes de tomar uma decisão. Os ânimos acalmaram e tudo dava a entender que o fim da guerra se aproximava, dando vitória aos estudantes. O novo Ministro da Educação, Marçal Grilo, confessa–se um grande crítico da lei anterior por "estar indexada aos custos do ensino e relacionada com uma declaração fiscal que não é correcta, não cobre todos os rendimentos das pessoas."

Em maré de calmia, a DG, pela segunda vez presidida por Zita Henriques, realiza em Dezembro, um referendo sobre a questão da afectação do dinheiro das propinas, defendendo que este não deveria ser aplicado no âmbito da acção social escolar, por esta ser uma matéria da exclusiva responsabilidade do Governo. Mas a guerra estava longe de terminar. Iam–se as propinas mas ficava a propina única. No discurso de tomada de posse, Zita dera já o primeiro passo na contestação do novo modelo de financiamento do ES. Pairava no ar a proposta com que o Governo viria a avançar: um novo modelo de financiamento do ensino superior que contempla, por um lado, uma propina única (cujo valor viria a ser indexado ao ordenado mínimo nacional, correspondente, nas palavras do Ministro, "a menos de meio maço de tabaco por dia") e por outro, prevê empréstimos aos estudantes, tentando evitar novas jornadas de contestação. Passados quatro anos, a AAC e a grande maioria das AE mantêm a sua posição inicial. Depois da polémica da LBSE, que gerou divisões, os estudantes do ES público parecem finalmente unir forças na luta contra a propina...até porque nem todos os estudantes fumam!

Filipa Rodrigues

Nova Lei... novas Propinas

A versão de trabalho da proposta de Lei de Financiamento do Ensino Superior foi enviada às Associações Académicas no passado mês de Março pelo Gabinete do Ministro da Educação. Toda ela está elaborada com base num esquema triangular de relacionamento entre os vários agentes: o Estado, as Instituições de Ensino Superior e os Estudantes. Os principais objectivos apontados (art. 2º) são "assegurar o cumprimento das prioridades nacionais em matéria de política educativa definidas para o subsistema", "garantir às instituições de E.S. o apoio necessário ao exercício das atribuições de ensino e da investigação" promovendo "a adequação entre o nível de financiamento concedido e os planos de desenvolvimento das instituições" e "concretizar o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar, pela superação de desigualdades económicas, sociais e culturais". Referem–se também os princípios aos quais se subordina o Financiamento (no art. 3º), entre os quais se destacam o da "responsabilização financeira do Estado" (satisfação dos encargos públicos exigíveis na efectivação do direito ao Ensino; maximização das capacidades existentes; e expansão gradual do sistema público do E.S.) e o da "justiça" ("ao Estado e aos estudantes incumbe o dever de participarem nos custos do financiamento do Ensino Superior Público, como contrapartida quer dos benefícios de ordem social quer dos benefícios de ordem individual a auferir futuramente").

Conceitos

Um dos pontos onde a lei promete gerar mais polémica é na definição dos seus conceitos–base. Assim, introduz–se a noção de "estudante elegível", como sendo aquele que está em condições de concluir o curso até ao final do segundo ano seguinte ao do termo da sua duração normal, haja ou não regime de prescrições na sua Faculdade, e desde que esse seja o primeiro curso que o aluno frequenta "nos termos das regras de acesso ao Ensino Superior, ou nos termos dos regimes de reingresso, mudança de curso e transferência". Note–se que se observa aqui uma evolução em relação à proposta anterior, apresentada às Académicas em Maio de 1996, em que o regime de prescrições nem sequer era referido e em que só se falava em "primeiro curso que o aluno frequenta". Outro dos conceitos que promete ser polémico é o de "estudante deslocado". Para o ser, é necessário ter alojamento fora do local da sua residência habitual, em habitação que não seja própria nem de parentes ou afins até ao 4º grau da linha colateral e estar a estudar num local onde não seja possível efectuar um percurso diário de ida e volta para a cidade de residência habitual. Assim, um estudante de Aveiro, Figueira da Foz ou da Lousã que estude em Coimbra corre o risco de não poder ser considerado "deslocado", face à nova lei, perdendo assim o direito a viver em residências universitárias, pois em menos de uma hora se pode deslocar à sua cidade por meio de um transporte público. Também aqui se revela uma evolução em relação à proposta anterior, em que se acrescentava mais um requisito: "Inexistir no local da sua residência habitual o curso pretendido ou nele não ter sido colocado depois de a ele se ter candidatado". Por último, refira–se também o conceito de " estudante economicamente carenciado", que é aquele cujo agregado familiar revela sensíveis dificuldades na satisfação das suas necessidades básicas (faltando aqui definir o que se entende por "necessidades básicas").

Contratos de desenvolvimento

No campo das relações entre o Estado e as Instituições de E.S. estabelecem–se dois instrumentos de colaboração principais: os contratos de desenvolvimento, em que caberá a cada Instituição definir um plano de desenvolvimento para um mínimo de 5 anos, celebrando depois um contrato com o Estado de modo a assegurar o financiamento necessário ao seu cumprimento; e os contratos–programa, que dizem respeito à prossecução de objectivos concretos num espaço de tempo inferior a 5 anos (como por exemplo: melhoria da qualidade de ensino, projectos de investigação, apoio a novos cursos em fase de arranque e a instituições em crise). Refira–se também que se prevê um "rigoroso e exigente acompanhamento crítico da aplicação dos financiamentos atribuídos às Instituições", a realizar através de avaliações e auditorias especializadas.

Propinas

O capítulo das relações entre os Estudantes e Instituição de E. S. é totalmente preenchido pela questão das propinas. Diz–se que as instituições proporcionam ao estudante "benefícios de ordem individual materializáveis numa futura melhor inserção na vida activa devendo esta circunstância ter como contrapartida uma comparticipação nos custos do ensino". Afirma–se também não haver uma desresponsabilização do Estado, pois as verbas resultantes da comparticipação referida reverterão para o "acréscimo de qualidade no sistema". Estabelece–se, como é sabido, que essa comparticipação será uma taxa de frequência uniforme de montante anual igual ao valor mensal do salário mínimo nacional, e que constituirá receita própria das Instituições.

Acção Social Escolar

A Acção Social Escolar (ASE) é o tema dominante do capítulo das relações entre o Estado e o Estudante. Aí se diz que o Estado "propõe–se melhorar e reforçar a acção social escolar e os apoios educativos, consolidando e expandindo as infra–estruturas físicas, nomeadamente privilegiando a construção de residências e de cantinas". Os apoios concedidos pelo Estado são directos (Bolsas de Estudo e Auxílio de emergência) e indirectos (Acesso à alimentação e alojamento, a serviços de saúde, apoio a actividades culturais e desportivas e acesso a outros apoios educativos), não se excluindo a hipótese de haver apoios especiais a conceder a estudantes deficientes. As bolsas serão atribuídas a estudantes economicamente carenciados ou, por mérito, a estudantes com aproveitamento escolar excepcional, e visam contribuir para custear as despesas de alojamento, alimentação, transporte, material escolar e frequência, sendo atribuídas mediante uma declaração de honra subscrita pelo aluno no processo de candidatura. O auxílio de emergência servirá para acorrer a situações não previstas e de emergência que se enquadrem nos objectivos da ASE.

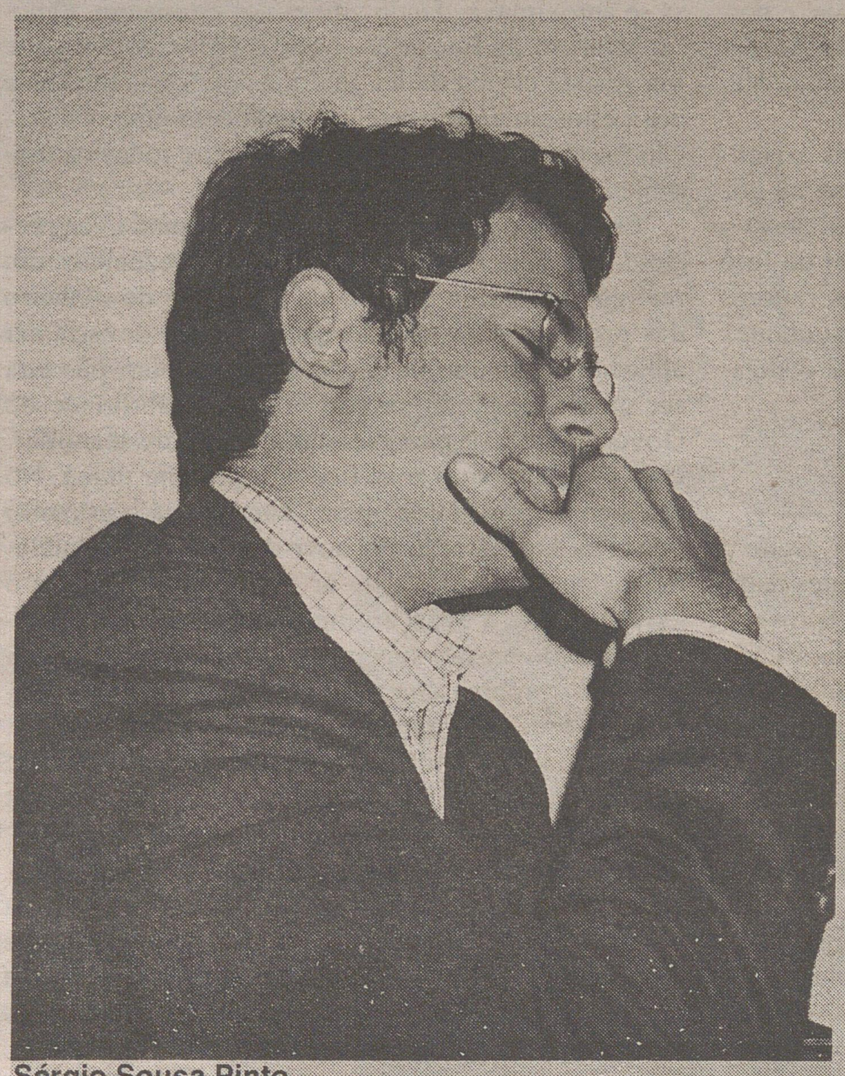
Empréstimos

Na nova lei de financiamento prevê–se também a existência de empréstimos aos Estudantes (incluindo os das pós–graduações), a reembolsar depois do início da vida activa, dentro de um prazo "suficientemente dilatado e a contratualizar". Cria–se também o "Fundo de Apoio ao Estudante", dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e com património próprio, com o objectivo de proceder à afectação das verbas destinadas à ASE e de promover, coordenar e acompanhar o sistema de empréstimos. O Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior (CNASES) passa a ser um órgão consultivo deste Fundo.

Ensino Particular

Diga–se para terminar que a nova lei prevê a possibilidade de celebração de contratos–programa com instituições de Ensino Superior Cooperativo que ministrem cursos considerados de "relevância social" e que estabelece um alargamento gradual ao subsistema privado da ASE e dos empréstimos. Medida esta que se é certo que corresponde a uma reivindicação já antiga do sector privado, também é certo que convém aos responsáveis governamentais enquanto forma de dividir os estudantes. Isto tendo em conta que a lei prevê a sua entrada em vigor no próximo ano lectivo, "na parte directamente exequível", o que, nesta altura, corresponde quase só às propinas...

Filipe César Marques



Sérgio Sousa Pinto

As Reacções das Jotas...

As juventudes partidárias não perderam tempo. Assim que a proposta de lei de Financiamento do Ensino Superior viu a luz do dia, as jotas assumiram as suas posições de guerra. Como se previa, a JS aplaude as ideias de Marçal Grilo. Do outro lado, comunistas, populares e sociais democratas dão voz aos protestos. E prometem, mesmo que a luta não seja feita pelos estudantes nas escadarias da Assembleia, há já uma batalha marcada para as bancadas do parlamento.

A nova proposta de Lei de Financiamento do Ensino Superior, apresentada há cerca de um mês pelo Ministério da Educação (ME), já mereceu respostas das juventudes partidárias. A Juventude Socialista assumiu claramente a sua concordância com o Governo, e promete apoiar a sua votação no Parlamento. Mas, nas estruturas juvenis dos partidos de oposição, a recusa das ideias expressas nesta proposta parece ser comum. E a taxa única é um alvo a abater.

Fazendo os gastos na defesa do executivo rosa, Sérgio Sousa Pinto, líder da JS, afirma que esta lei vem "finalmente introduzir justiça no sistema". Ao fazer uso do conceito de taxa única, esta lei prescinde do recurso ao sistema fiscal, um dos cavalos de batalha mais utilizados para criticar as "leis das propinas" feitas durante o magistério cavaquista. Sousa Pinto defende a necessidade de participação dos estudantes nos custos do Ensino Superior (ES), tendo em conta os benefícios individuais que irão obter devido à sua frequência. E avisa, "o ES continua a ser um bem escasso", assim é preciso recorrer aos 12 milhões de contos que as propinas poderão gerar, para aumentar a rede escolar. E possivelmente, num futuro próximo, acabar com os "numerus clausus".

Do lado social–democrata, as águas apresentam–se um pouco mais turvas. O PSD ainda não definiu a sua posição em relação à proposta do Governo, embora tudo aponte para a abstenção, no momento da votação parlamentar. Mas a JSD foi clara: está contra. Moreira da Silva, presidente da "jota" laranja, aponta a taxa única como calcanhar de Aquiles da proposta de Marçal

Académicas reagem em conjunto

"Propinas não são solução!"

As Associações Académicas contam espingardas e sondam o "inimigo", em vésperas de mais uma luta das propinas. Em conferência de imprensa realizada no dia 10 de Abril, na Associação Académica de Lisboa (AAL), fizeram a sua análise da proposta de Lei Quadro de Financiamento do Ensino Superior, recentemente apresentada pelo Ministério da Educação.

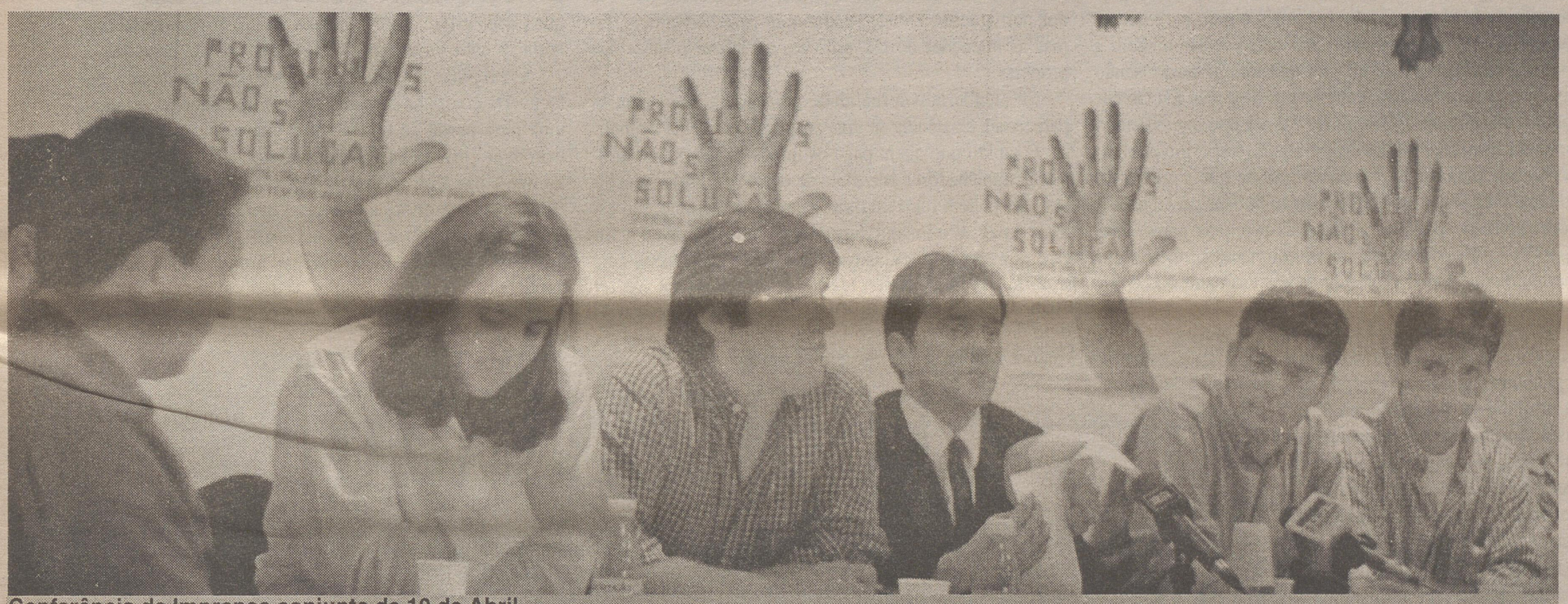
Num documento lido pelo presidente da AAC, as Académicas presentes afirmaram mais uma vez a sua total recusa às propinas e teceram duras críticas aos responsáveis governamentais, acusando–os de hipocrisia e de falta de linha orientadora da sua política de ensino. Criticam Marçal Grilo por ter elaborado um documento onde as propinas são o "ponto de partida" e não o de chegada, como tinha prometido, e onde nada mais de concreto se diz, a não ser no capítulo que trata do aumento da comparticipação dos estudantes no financiamento do Ensino. Dizem–se desiludidos com o não aumento do Orçamento para a Educação e criticam os analistas que pressionam o Governo através dos "media" para criar a propina sem se preocuparem com as "reais preocupações dos estudantes".

O que mais criticam na nova lei são os conceitos de "estudante deslocado" e de "estudante elegível", que dizem estar "desajustados de uma realidade como é a nossa" e dizem não perceber como é que se pode apresentar uma lei deste tipo, tudo se deixando para regulamentação posterior, excepto o que diz respeito às propinas. Lançaram também o "folheto oficial" da campanha, intitulado "Propinas não são a solução". Nele apresentam gráficos representativos da sua posição, tais como análises comparativas da taxa de licenciados por população activa de vários países europeus, o peso no orçamento de cada família das despesas de frequência do Ensino Superior e a variação real do Orçamento de Estado para a Acção Social Escolar no Ensino Superior Público. Acompanham estes gráficos da sua análise do estado do Ensino Superior: falam da desresponsabilização financeira do Estado, do aumento de 4600% do valor das propinas ("as mais altas da Europa"), de Portugal ser "o último do pelotão" quanto à aposta na educação e da Acção Social Escolar andar sempre "de cinto apertado". No seu manifesto, as Académicas afirmam que em Portugal "ainda se considera a Educação um mau investimento", o que leva a que se aproxime uma situação de "ruptura total". Quanto às promessas eleitorais de Marçal Grilo, Ricardo Almeida (da FAP) foi bastante explícito: "Mentiu!"

Mas não reservam as suas críticas ao Governo. Lançam um apelo aos partidos da oposição para que não se mantenham aparte de toda esta discussão e criticam o PSD por pôr a hipótese de se abster num debate desta importância. Quanto aos Reitores, mostram–se bastante cautelosos, criticando apenas o Reitor da Universidade do Minho pelas declarações a favor da nova lei e por ter falado em nome dos estudantes da sua Universidade, o que cabe exclusivamente à Associação Académica.

Quanto a futuras formas de luta, afirmam não pôr de lado a hipótese de fazer manifestações mas dizem ser prematuro falar nisso nesta altura.

César Marques



Conferência de Imprensa conjunta de 10 de Abril

Grilo, e diz que apenas uma propina escalonada é coerente com valores de justiça social. O líder social–democrata acusa o ME de "diálogo de mercearia", visto que a promessa de definir a propina apenas "no fim da linha"(uma frase de Guterres) foi esquecida pelo executivo socialista, e a reforma que o sistema de ES tanto reclama nunca saiu da gaveta. Mesmo assumindo as "culpas" do passado laranja na questão das propinas, Moreira da Silva faz notar que "mais uma vez estamos num impasse; só se fala de propinas". E "um erro, quando repetido, é mais grave".

A Juventude Comunista (JCP) é mais ousada nas suas críticas. Bernardino Soares, dirigente da JCP acusa o Governo de praticar "um atentado ao desenvolvimento do país". Esta proposta do ME vem, na opinião dos jovens comunistas, criar ainda maiores entraves no acesso ao ES, cujos custos são já em grande parte suportados pelas famílias dos estudantes. Mais. Bernardino Soares diz que "a ideia que esta lei não se baseia no sistema tributário é falsa", pois o esquema criado para o funcionamento da Acção Social Escolar (ASE) continua a recorrer a critérios de tributação. O PCP compromete–se pois, a votar contra.

Também os jovens populares prometem marchar contra a proposta de Marçal Grilo. Apesar do sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes, defendido pela Juventude Centrista, ter sido adoptado pelo executivo rosa, as críticas ainda se fazem ouvir. Mota Soares, presidente das Gerações Populares ironiza, "as boas ideias não têm direitos de autor", mas ao que parece não chegam para tornar válida esta lei. Também aqui a taxa única está sob ataque dos populares, por não respeitar a autonomia das instituições. Mota Soares defende que cada escola deveria estabelecer a sua propina de acordo com limites estabelecidos pelo ME. E o sistema de acção social escolar indirecto, isto é, cantinas e residências, deveria ser também prestado aos estudantes do ES privado. E, por isso, dizem ao governo que não conte com os votos do PP.

Uma coisa é certa, se o movimento associativo sair à rua pode contar com o apoio da JCP...e da "jota" laranja. Moreira da Silva invoca o "direito à indignação", aplaude o "discurso interessante do movimento associativo, que já não é simplesmente bater o pé", embora deixe claro que os sociais democratas não incitarão ninguém a fazer manifestações. Os populares são mais cautelosos, e esperam por uma definição mais clara dos argumentos dos dirigentes estudantis. Já nos horizontes rosas, as manifestações frente à Assembleia são coisas de outros tempos. A JS estará "obviamente contra".

Com ou sem estudantes nas escadarias da Assembleia, a verdade é que se aproxima uma das batalhas parlamentares que marcará este ano. Agora, resta ao Governo socialista fazer contas aos votos, ou confiar na vantajosa abstenção da bancada laranja. A ver vamos.

Ana Drago

(Ainda) Não pagamos?

Um dos pontos que não ficou suficientemente esclarecido no manifesto das Associações foi o de saber se o actual protesto é contra as propinas nos moldes actuais ou se é contra as propinas por princípio. Edgar Medina, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), não hesita em afirmar que são contra as propinas por princípio, não as aceitando de modo algum. Já Rui Morais, da Associação Académica de Lisboa (AAL), se mostra mais evasivo quando confrontado com a pergunta. Afirma ser contra "o aumento da comparticipação dos estudantes no Financiamento do Ensino Superior", dizendo que "essa questão dos princípios não é essencial", mas logo a seguir diz que "o princípio das propinas é um princípio de segunda linha, que depois de vermos discutidos os primeiros, aí sim, poderemos eventualmente falar sobre ele".

Outra das questões que poderá ser levantada é a de saber se a posição dos Politécnicos se manterá inalterada quando confrontados com a nova proposta de Lei de Bases do Sistema Educativo. O representante do Instituto Politécnico da Guarda diz tratar–se de dois assuntos completamente distintos, sem que haja qualquer ligação entre eles, mas afirma ainda não haver nenhuma posição concertada entre todos os Politécnicos quanto ao tema.

Relembra, no entanto, que uma luta vem de há dois meses enquanto que a outra vem de há quase um ano.

C.M.



Opinion makers

Propinas Sim!

Mal se ouviram os primeiros rumores sobre a nova Lei de Financiamento do Ensino Superior, as listas candidatas à DG da AAC apressaram–se a espalhar o slogan "Propinas Não" por toda a Universidade. E porque foi nesta posição redutora que o problema foi colocado é que aqui se vai defender não a globalidade da proposta de Lei do Financiamento, mas apenas o seu ponto mais controverso: "Propinas Sim!".

São vários os argumentos usados para justificar a não existência de propinas. Desde logo, invoca–se a lei fundamental. O certo é que antes da Constituição de 76 já existiam propinas, depois dela continuaram a existir e mesmo a controversa lei das propinas da era PSD não foi declarada inconstitucional pelo TC.

É também no Estado Social e no seu interesse em que a educação seja um bem acessível a todos, que aqueles que gritam contra as propinas fundam a sua posição. É óbvio que qualquer sociedade actual e, em especial, a portuguesa tem todos os motivos e mais algum para querer que os jovens que aprendem nas suas escolas tenham a melhor instrução possível. Daí que não se possa senão concluir que a educação tenha de ser vista pelo Estado como um investimento. É inegável e é por isso que o Estado financia a quase totalidade do ensino superior público português. Mas estender o raciocínio de que a aposta na educação é prioritária -uma condição indispensável para o bom futuro do país- para negar as propinas parece–me abusivo. E se a educação é um investimento também é um serviço que o Estado proporciona aos estudantes. E é um serviço muito caro.

A nova proposta de Lei do Financiamento do E.S. veio dar outro argumento àqueles que contestam as propinas: a propina única. É injusto, dizem, que um estudante pobre pague o mesmo que um estudante rico. Só que a propina não é um imposto, que deve atender às desigualdades entre contribuintes, mas sim uma taxa, um preço pago por um serviço prestado.E se o serviço, dentro de cada escola, é igual para todos, também o preço a pagar por ele deve ser igual para todos. E se se pretendesse realizar uma verdadeira igualdade haveria que estabelecer propinas diferenciadas conforme os custos de cada curso. Pelo que quase se pode dizer que a propina única peca é por defeito. Naturalmente se coloca o problema daqueles que não podem pagar propinas, devido aos baixos rendimentos económicos das suas famílias. Problema que é bem resolvido com a possibilidade dada a estes estudantes de pagar as propinas depois de findo o curso e quando tiverem condições económicas para o fazer.

Mas, como se costuma dizer, todos estes argumentos para que não se paguem propinas são só para "inglês ver". E são–no, porque é por razões bem mais pragmáticas que se diz não às propinas: pelo dinheiro. Ninguém gosta de pagar o que quer que seja. As pessoas podem organizar as "manifs" que quiserem, podem empunhar as bandeiras e gritarem os slogans que quiserem, que uma luta contra as propinas só terá sucesso porque está dinheiro em jogo. E se não é assim, basta pensar na contestação e no número de manifestações contra as propinas de 1200$00: zero!

Chegados aqui, só falta responder à pergunta: "porque é que se devem pagar propinas ?". E a resposta é muito simples: porque é justo.

Afinal, quem beneficia do Ensino Superior? Primeiro, os estudantes e as suas famílias; depois, os que recorrem aos serviços dos licenciados; e, por último, a sociedade em geral. E se assim é, porque é haverá de ser só a sociedade na sua globalidade, ou melhor, os que pagam impostos, a financiar o Ensino Superior. Porque é que os estudantes, que são os grandes beneficiados, não hão–de contribuir para o grande esforço financeiro necessário à sua formação ? E são muitos a pensar assim, cerca de 70% dos portugueses. Donde se afiguram perfeitamente legítimas as intenções do Governo em actualizar o valor das propinas.

Se atendermos à realidade portuguesa, mais injusta pareceria a existência de uma propina meramente simbólica. É sabido que quem paga os impostos são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem, ou seja, aqueles que não podem fugir ao fisco. E, por conseguinte, são estes que pagam o Ensino Superior. E o que sucede na prática é que são os trabalhadores por conta de outrem, cuja maioria não tem, nunca teve e se calhar nunca vai ter flhios a estudar na Universidade, que acabam por pagar os estudos dos filhos daqueles que fogem aos impostos. Sem propinas, estes (que são muitos, que representam uma larga percentagem dos estudantes universitários) ganham duas vezes: não pagam impostos e não pagam propinas.

É pertinente a crítica dos que contestam as propinas por já serem muitas as despesas que o estudante tem de suportar ao longo da sua licenciatura. Mas aqui o problema está invertido, pois há que estabelecer prioridades. E se o curso é a razão de ser da frequência na Universidade e nos meios universitários, é natural que a comparticipação nos seus custos seja a despesa nº1, a que deve ser paga antes de todas as outras. E quantos estudantes que frequentam o ensino superior público não estariam dispostos a estudar em Universidades privadas e a pagar as altas propinas que nelas se cobram ? Nestas, os alunos pagam essas elevadas propinas e suportam ainda despesas semelhantes às da generalidade dos estudantes do ensino público. E a desigualdade é chocante quando nos damos conta que pouco difere a proveniência social, as condições económicas entre os alunos das públicas e os das privadas.

As propinas são justas e por isso o começo de uma nova guerra contra as propinas será profundamente errado e uma pura perda de tempo, pois que existem problemas bem mais graves e importantes no nosso Ensino Superior. Porquê empunhar de novo a bandeira das propinas se há tantas outras questões a merecer a atenção dos estudantes, que os podem unir e que a ser resolvidas podem contribuir para aquilo que todos querem: uma melhor Universidade.

Nuno Brandão

Propinas Não!

Ao que tudo indica, nos próximos tempos iremos voltar a assistir à campanha anti–propinas por parte das Académicas. Espero eu bem que ela se não esgote nos argumentos até aqui apresentados e que pouco além iam do "não pagamos". Isto porque a conjuntura desta fase da luta é muito diferente daquela que António Vigário e Tiago Magalhães encararam há alguns anos. Para além das diferenças resultantes dos diplomas em análise e de agora termos um Ministro que é muito melhor "estratega" que os seus antecessores (como tem vindo a provar–nos), os estudantes perderam aquele que foi sem dúvida o seu melhor aliado: a opinião pública. Na realidade, a imagem que agora se tem do estudante universitário é a daquele "filhinho de papá" que sempre teve tudo o que queria e que só quer "beber uns copos" e "fazer manif's". E, parecendo que não, será esta opinião pública que, se calhar, ditará o desfecho de mais este "embate".

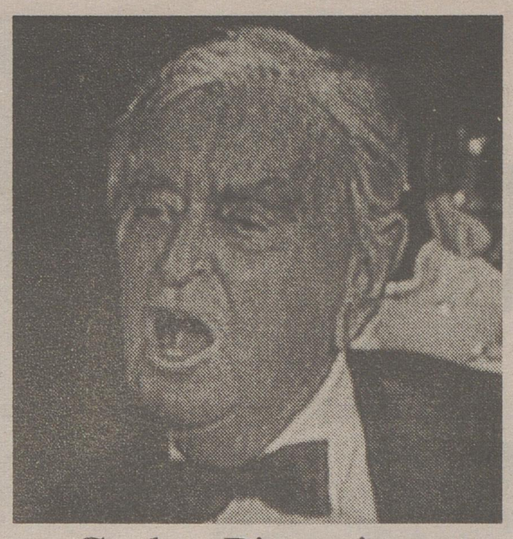
Isto tudo para dizer que se está em riscos de perder uma luta (em minha opinião justa) que é a de defender um Ensino Superior Gratuito. Aquilo que pretendo aqui apresentar não são os argumentos tradicionais dos últimos anos. Pretendo aqui negar as propinas por princípio e não relacionando essa negação com as especificidades desta ou daquela lei em particular.

Acho que se tem de analisar o problema sob dois ângulos distintos: em primeiro lugar, o dos estudantes carenciados (amplamente abordado até aqui e ao qual, portanto, não dispensarei atenção); em segundo lugar, por um prisma que muitas vezes não é levado em conta, que é o daqueles que têm recursos económicos. Vejamos a seguinte situação: um casal aufere rendimentos que o colocam no patamar em que tem de pagar 40% (quase metade) do seu salário ao Estado. Se além disso tem um filho que tem classificações para frequentar uma Universidade Pública, ainda tem que pagar para que ele lá estude. Isto independentemente dos outros gastos (que, como largamente se tem referido, não são nada diminutos) que tem de suportar. Se somarmos a isto o facto de haver outros serviços em que também se vê obrigado a pagar mais, eu pergunto: não será uma injustiça o Estado exigir a este casal que pague para que o seu filho frequente uma das suas Universidades?

Diz–se que Portugal é um país com fracos recursos económicos e que, por isso, nada mais óbvio do que exigir propinas aos "privilegiados dos estudantes". Em meu entender, encerra–se neste raciocínio uma mentira e uma verdade distorcida. A mentira é a de que os estudantes são uns privilegiados. Se de facto há pessoas que por muito valor que tenham nunca dispuseram de recursos para chegar à universidade, também é verdade que temos de nos deixar de raciocínios mesquinhos e demagógicos, próprios de outras épocas da história do nosso país, em que se defendia que "mais vale um país pobre e honrado" e que "os "doutores" só servem para complicar." Portugal sabe que precisa de licenciados e que ainda não os tem em número suficiente. Portugal sabe que tem muitas universidades mas que ainda assim precisa de muita gente com formação superior. Por tudo isto é que Portugal tem de deixar de olhar para os estudantes universitários como "elites" e passar a olhar para eles como pessoas das quais está quase "desesperadamente" necessitado. A verdade distorcida é a de que Portugal é um país com fracos recursos económicos. O facto de o ser só justifica a exigência de que se façam opções realistas, como investir na educação em vez de outros gastos puramente "para encher o olho", e não justifica de modo nenhum a existência de propinas. Há uns dias, um amigo meu, defensor das propinas, dizia–me que "um pai que não tem dinheiro não pode ouvir do filho: recuso–me a ir trabalhar porque é obrigação de um pai sustentar um filho!". A isto eu respondo que o filho já tem toda a legitimidade para dizer ao pai que não gaste o dinheiro todos os dias em copos, enquanto o poderia gastar na sua educação... É mais ou menos isto que eu pretendo que se diga ao Estado nesta nova luta.

Termino dizendo que a minha posição é a do não às propinas, sejam elas de 1200$00 ou de 80 000$00, seja ela única ou variável. Acho que esta luta será uma luta perdida mas que a minha consciência e aquilo que acho mais do que lógico não me permitem defender outra coisa que não seja o Estado prestar um ensino gratuito e de qualidade àqueles que procuram os seus estabelecimentos de ensino.

César Marques



Carlos Picassinos

O querido camaleão!

A apresentação há cerca de um mês em Conselho de Ministros da proposta de lei de financiamento do ensino superior veio desenterrar o debate sobre a qualidade ministrada nos vários sistemas do ensino público e em termos mais redutores, do valor da propina. O ministro da Educação já tinha dito várias vezes que o estabelecimento de propinas era uma questão de princípio e como tal não abdicava da medida. Assim dito não restavam dúvidas que a propina era para ir em frente.

Até aqui nada de novo. Sabia–se que mais tarde ou mais cedo a situação se haveria de colocar e as perspectivas para as academias nunca seriam agradáveis. A celeridade emprestada pelo governo ao processo é, de resto, sintomático da sua determinação. Tudo indica então que até ao Verão o Parlamento tenha a lei aprovada. Justamente na altura em que, por efeitos da sobrecarga de exames nas escolas, a contestação se encontra no seu ponto mínimo.

Ora é neste ponto particular que se poderá encontrar o paralelo entre a actuação do ministro Couto dos Santos em 1992 e do ministro Marçal Grilo em 1997. Na prática, os métodos e os "timmings" são coincidentes. Em tese, porém, as coisas não são assim. O cuidado técnico empregue na estrutura legislativa e os antecedentes teóricos investidos na proposta de lei, são incomparavelmente superiores aos verificados há cinco anos. Acontece que a discussão agora não deverá reservar–se às estritas comparações entre o passado e o presente; entre o paraquedista Coutos dos Santos e o reputado Marçal Grilo — e a jusante o competente Mariano Gago. O valor que deverá ser acrescentado a esta discussão radica agora mais na teoria sustentada pelos ministros antes de serem ministros, ou dito de outra maneira, quando os ministros eram cúmplices dos estudantes.

A este propósito, o parecer do Conselho Nacional de Educação - orgão presidido à época pelo actual ministro - sobre o financiamento do ensino público redigido por Mariano Gago funciona como um verdadeira punhalada no discurso oficial. Como é possível explicar que antes se tenha alertado para os perigos da introdução de uma taxa de frequência no ensino superior público no país da Europa mais carente em doutorados e em que simultaneamente as famílias são as mais oneradas e agora se venha defender exactamente o contrário, ou que simplesmente nada se diga perante o anúncio de tais intenções? Ao abrigo das mais elementares regras de coerência — e não me parece que as estruturas económicas do país se tenham alterado de forma a provocar sequer uma ténue mudança de opinião — as posições manifestadas pelos dois responsáveis do governo sobre esta matéria são inexplicáveis, a não ser pelo critério da mais pura oportunidade político–partidária.

Parece bizarro que o que há cinco anos era proclamado como a mais inimputável das iniquidades seja agora defendido como a medida politicamente mais adequada e tecnicamente mais eficaz. Apesar disso, a oposição não está com os estudantes e nessa medida a estratégia de há cinco anos caducou. Não valerá a pena insistir nesse caminho e por isso o que importa é desenterrar novas estratégias que ultrapassem o mero voluntarismo de uma campanha nacional anti–propinas.

E já agora conviria nesta altura perguntar ao PS se os dirigentes associativos de 92 e seguintes se enganaram quando prontamente aderiram àquela promíscua criatura a que se convencionou chamar "Estados Gerais para uma nova Maioria". A resposta, estou convencido, seria por demais elucidativa.

Cartas dos Leitores

"The Students´ Way"

À medida que venço os degraus das Monumentais, vou esbarrando com cartazes de propaganda eleitoral das várias listas candidatas à Direcção–geral da AAC No cimo, assaltam–me jovens desconhecidos com panfletos e autocolantes: "Vota X! Vota P!"; é sob incómodo que os recuso.

"Mas o que se passa aqui?"- pergunto–me eu. Porque é que me estão a chamar a atenção e a aliciar o voto para uma questão alheia ao meu conhecimento? A quem pergunto, ninguém me sabe responder concretamente (mas, para todos os efeitos, só perguntei a estudantes "normais", meus colegas, e não a alguém ligado à Associação). Mas, ao que parece, o sufrágio abrange todos os alunos da U C. Então, porque é que vêm cheios de slogans e promessas políticas (def.:aquelas que se fazem sem se saber se se vai cumpri–las) para cima de nós (a maioria dos estudantes), que , julgo eu, nem temos uma ideia muito clara de toda a questão eleitoral? Ou serão os trabalhos da Associação tão simples, superficiais, e mediáticos como as campanhas das listas nos fazem transparecer?!

Deverão as nossa ideias basear–se apenas na originalidade dos slogans, na urgência das promessas feitas, nas armas publicitárias mais engenhosas? É assim que exercitamos o nosso dever cívico de votar e de todos os processos inerentes envolvidos? É este o crédito que nos damos a nós próprios enquanto votantes de pressuposta plena consciência?

Os processos de "caça–ao–voto" não divergem muito dos métodos–padrão dos políticos "de verdade", é certo, e, assim como alguma peixeira da praça pode votar num determinado partido só porque o senhor político lhe deu um beijinho e um saquinho de plástico tipo cabaz de Natal, também um estudante universitário pode votar numa determinada lista só porque acha que ela tem os slogans mais "fixes" ou os autocolantes mais bonitos. Pelo menos, parece que é isso que este tipo de campanhas instiga.

Porque que não arranjam meios mais inteligentes, isto é, que provoquem uma reflexão mais profunda e sóbria (ou simplesmente algum tipo de reflexão, pelo menos; acho que não é pedir muito!) por parte dos votantes? Porque é que predomina a função apelativa sobre a função argumentativa da linguagem que, na minha opinião, deveria ser prioritariamente mais válida para ajudar à construção de um veredicto votivo? É que, se houvesse preocupação de prover quem vota de uma base racional para o fazer, estar–se–ia a consolidar o poder, não só de decisão, mas também de reflexão dos estudantes universitários.

E parece–me que é por causa desta falta de reflexão, que tem como consequência um certo desleixe na pertinência das reivindicações estudantis, que se fala em gerações "rasca", ao ver a originalidade de certos slogans ultrapassar os limites do respeito comum, ou ao ver um dos manifestantes exibir ferozmente os orgãos do corpo mais tabus que a mãe lhe deu, ou ainda, um estudante universitário, devidamente trajado, aquando de uma manifestação, não ser capaz de dizer ao repórter nada de mais válido do que "É fixe!" ou "Estamos aqui para reinvindicar os nossos direitos!", num clima de galhofa, ficando quem assiste à transmissão da reportagem na dúvida se o que lhe permitiu proferir tão sábias palavras foi a sua formação académica ou a garrafa de cerveja que ostentava na mão...

E, assim, está descrida a imagem e a palavra dos estudantes, que vêm reivindicar os seus direitos, mas estão felizes da vida a beber no café mais próximo.O problema, penso eu, é que não estamos a conseguir desvincular–nos dos modelos fornecidos pela "res publica" (aquilo que é público) quer na forma de fazer propaganda política, quer ao fazer as manifestações, que já não são proibidas como no tempo do Estado Novo, mas às quais ninguém dá ouvidos.

Só fazemos o que é esperado que façamos, isto é, recorremos aos lugares comuns: nas campanhas eleitorais, ninguém é capaz de sair dos padrões da demogogia; quando estamos descontentes, lá vamos nós "todos lampeiros" fazer uma manifestação/visita de estudo a Lisboa, com a qual já o Governo conta, e depois, é só largar os"cães raivosos" para cima dos manifestantes, que estes ficam todos contentes porque já estiveram em confrontos com a polícia de choque, o que confere à manifestção um clima muito mais revolucionário, tipo Maio de 68. Entretanto, concessões aos estudantes: nada!

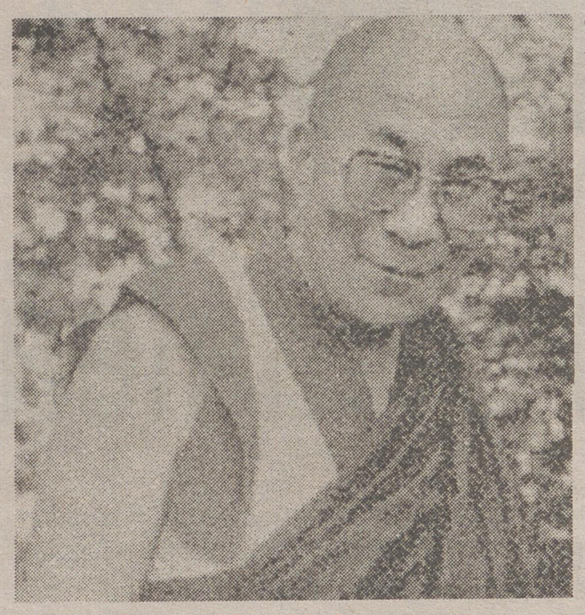
Por isto e para se tentarem novas possibilidades quer de abordagem ao eleitorado quer de problemas aparentemente mais subtis e diversificados do que aquele que atormentava os estudantes portugueses no governo de Salazar, é que eu evoco a reflexão, a auto–crítica, para podermos adquirir uma voz, própria, significativa dentro do sistema, inventando as nossas próprias armas de luta, os nossos meios de intercomunicação, informação e sensibilização, para não sermos apenas mais uns meninos a tentarem fazer como os crescidos, mas uns jovens conscientes dos problemas que os rodeiam, aptos, por isso mesmo, para lutar por aquilo que acreditam.

David Pereira Bastos



Relato de um Genocídio

Pasang era monge em Jokhang, o templo principal do Tibete. Juntamente com outros monges, este jovem de vinte e dois anos foi preso sem saber porquê. Na prisão, Pasang foi agredido de tal forma que não se conseguia levantar e tinha dores fortes nas costas. No Tibete é frequente isto acontecer: monges, freiras, tibetanos que se manifestam a favor da independência são torturados, mortos ou presos. Isto apesar dos chineses afirmarem que essas histórias fazem parte de um passado já longínquo.



Terra recôndita, o Tibete é mais conhecido no ocidente por nele se situar parte da cordilheira mais montanhosa do mundo, os Himalaias. No entanto, é também berço de uma cultura ancestral que os chineses têm tentado apagar. A situação no Tibete é comparável à de Timor. Também aqui se verifica o genocídio de uma raça e da sua identidade muito particular, fundada no budismo.

Também os tibetanos tiveram a alegria de receber o Prémio Nóbel da Paz em 1989 na pessoa de Dalai Lhama, o seu líder incontestado. E nenhum povo merecia mais este reconhecimento, um povo que opõe à opressão chinesa uma resistência não violenta.

O problema tibetano é um problema ancestral. Desde os tempos primordiais do império Chinês, o Tibete foi várias vezes ocupado pela China imperial. Em 1911, com a proclamação da República Chinesa, o Tibete foi libertado, talvez devido à grande confusão política que se vivia na China. No entanto, a China de Mao Tsé Tung voltou a ocupar o Tibete em 1950, sob o pretexto de que "a China tem direitos históricos sobre o Tibete".

Na verdade, não é por acaso que os chineses denominam o Tibete de Xizang, ou seja, recipiente de tesouros. Embora sendo pouco habitado - só tem dois milhões e trezentos mil habitantes, segundo dados actuais, o território tem o tamanho da comunidade europeia. As longas áreas compostas por montanhas inóspitas e o grande êxodo de tibetanos para o exterior justificam a pouca densidade populacional.

No entanto, o Tibete é um território precioso para os chineses, porque 40% dos recursos minerais da China vêm de lá, sustentando, por exemplo, a indústria nuclear chinesa. Além disso, é estrategicamente importante, fazendo fronteira com o Nepal e Índia. Durante a "guerra fria" funcionou como uma espécie de fronteira avançada da China, daí que o Tibete permaneça ainda hoje uma zona extremamente militarizada.

Talvez a cultura única dos tibetanos se deva ao extremo isolamento deste país. Até ao início do século XX, Lhasa, a capital era uma cidade sagrada, proíbida a estrangeiros. O país tinha estruturas medievais e era quase totalmente rural, sem qualquer tipo de indústria. Quase a totalidade da população se dedicava à pastoricia e à agricultura, vivendo miseravelmente em conformidade com a aridez da sua terra. Apoiava–se unicamente na sua religião tradicional, um budismo mágico e místico, de características bastante estranhas e complexas.

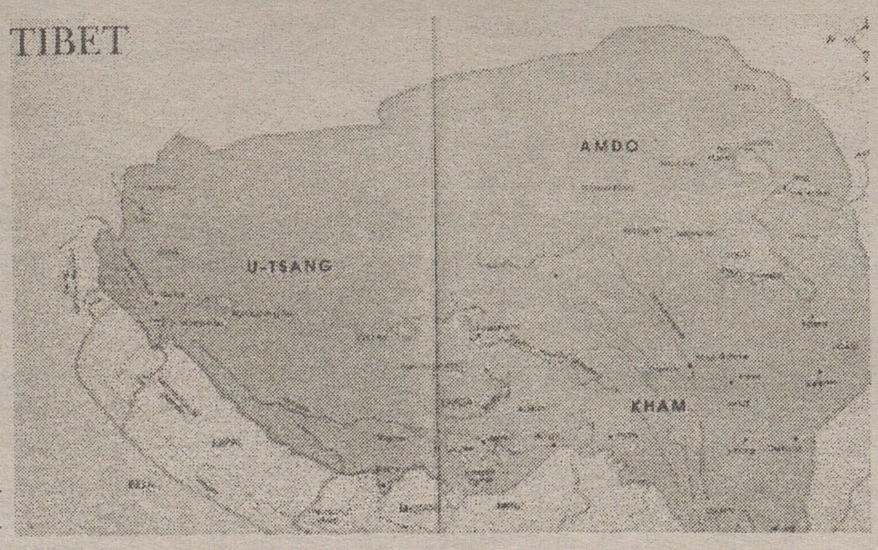
Há mesmo quem tente explicar a génese do budismo nestas adversidades geográficas que, desde sempre, condicionam a vida do homem. Habitando zonas montanhosas onde a rarefacção do ar torna difícil a própria respiração e o alimento é apenas o suficiente para sobreviver, era natural que o Homem formulasse uma filosofia da renúncia, da contenção e da constatação do Vazio. Face à violência do habitat e à própria violência selvática dos homens, que fazia com que a vida de um ser humano valesse (e valha) pouco, opunham–se os valores da compaixão, respeito e amor pelo outro, na promessa de uma reencarnação conforme ao anterior "carma" do indivíduo. É uma espécie de Céu e Inferno cristãos, se o indíviduo tivesse boa conduta, reencarnaria num ser iluminado, se as suas acções na reencarnação anterior fossem condenáveis, teria um mau carma na sua próxima vida.

Como o Tibete não tinha exército, os Chineses ocuparam com facilidade o território. A partir daí, verificou–se um verdadeiro genocídio cultural. Considerando mera superstição a religião tibetana, os chineses destruíram os mosteiros e outros símbolos religiosos. Em 1959 existiam mais de 6 mil mosteiros, em 1980 sobravam apenas 12. Mais de 1 milhão de tibetanos foram torturados e mortos pelos chineses que praticam uma política de aculturação semelhante à dos indonésios ou seja, encorajando chineses a emigrar para o Tibete e reduzindo os tibetanos a uma minoria na sua própria terra. Juntamente com isso levam a cabo acções de limpeza ideológica de carácter "orweliano". Num recente documentário da BBC podiamos ver as ruas de Lhasa repletas de altifalantes debitando propaganda chinesa.

Em 1959 a situação tornou–se insustentável devido a uma revolta popular em grande escala contra o invasor. Em poucos dias, pelas suspeitas gentes chinesas, foram mortas mais de 80 mil pessoas. O Dalai Lama, que os tibetanos acreditam ser a encarnação viva de Buda, teve de fugir incógnito para a Índia, refugiando–se em Dharamsala graças à benevolência do governo indiano.

Actualmente é lá que a cultura tibetana se encontra melhor preservada, com escolas, mosteiros e até com um governo constituido, que representa simbolicamente a resistência tibetana. A Dharamsala ocorrem milhares de refugiados tibetanos, vítimas directas ou indirectas da repressão chinesa.

Apesar das actuais autoridades chinesas terem aliviado a pressão sobre os tibetanos, permitindo cerimónias religiosas, a situação continua num impasse. Mas quem espera encontrar no Dalai Lama um homem rancoroso engana–se muito. Independentemente das convicções religiosas de cada um vale a pena escutar as palavras deste ser que, graças a um conhecimento profundo do budismo, adquiriu uma visível serenidade que lhe ilumina o rosto. Vestido com uma túnica castanho–avermelhada, como todos os monges, o Dalai Lama dedica–se com simplicidade e alegria às tarefas que lhe ocupam o dia. A cultura tibetana assenta na benevolência, respeito e compreensão em relação a todos os seres vivos. Daí que o povo tibetano seja descrito como um povo feliz e jovial pelos visitantes.



O Dalai Lama aponta a paz interior como chave para a felicidade. "Se tiverdes paz interior - diz ele - os problemas externos não afectarão o vosso sentido profundo de paz e tranquilidade. Nesse estado de espírito podeis lidar com as situações com calma e sensatez, enquanto conservais a vossa felicidade interior. Isso é muito importante. Sem paz interior, por muito confortável que seja a vossa vida materialmente, podeis sentir–vos preocupados, perturbados ou infelizes devido às cicunstâncias." Recusando o isolamento, o Dalai Lama mantem–se em diálogo permanente com o ocidente que está muito interessado na sua civilização. Considera um erro dos tibetanos terem descurado completamente o desenvolvimento material como é um erro de alguns ocidentais não procurarem o desenvovimento espiritual. Crê poder aprender muito com outras religiões e com a ciência e filosofia ocidentais. Daí que diga sorrindo que "Se não resistem à experimentação as próprias palavras de Buda têm de ser rejeitadas".

A resistência pacífica funda–se na ideia de que "a cólera não pode ser vencida pela cólera". A longo prazo a violência não traz quaisquer benefícios pois uma acção desfavorável reflecte–se sempre em quem a praticou. Muitos tibetanos guardam grande rancor contra os chineses pelo que eles fizeram às suas famílias e às suas terras. Uma pequena facção ameaça mesmo iniciar uma guerrilha contra os chineses.

Mas o Dalai Lama tem consciência de que esse não é o caminho. Aprender com os chineses a ser mais forte e tolerante. Tentou de todas as formas dialogar, mas eles adoptaram a estratégia de denegri–lo e ignorá–lo. Hoje, a voz dos tibetanos tem mais credibilidade do que a das autoridades chinesas. Já lá vão 8 anos desde que o Dalai Lama foi a Oslo receber o Nobel da Paz e proferir um belo discurso em que se propunha a tentar transformar o Tibete numa zona desmilitarizada de Ahimsa (não violência). Estará a cultura tibetana condenada a extinguir–se no exílio?

Paulo Jorge Barbosa



Nuno Freitas

O cão, a ovelha e outros animais políticos

1. O cão

Ironias do destino. O canto de cisne do movimento de Vigário, Tiago e Zita inspirou derradeiros latidos, independentes e mediáticos, de um brioso cão de 500 estudantes. É já dos ecos desses irreverentes uivos de morte que proponho 3 distantes leituras do momento académico.

A curto prazo, todos estaremos mortos

Há já longo tempo que sabiam percorrer, num ritmo vertiginoso, o caminho final. Esgotado de convicções, pesado pela usura de poder e desertificado de novos valores humanos, adivinhava–se o fecho natural do ciclo independente.

Os principais mentores e actores do *independentismo* dos últimos 4 anos reconheciam no galope moribundo do movimento que forjaram um inexorável fim. No desespero, garantiu–se tão–só, não havendo forças para mais, terra queimada para o futuro. E esperou–se uma altiva discreta saída de cena. Com a pequena alegria de ainda assim contrariar Keynes.

Terão sido não tanto os vícios, que também geraram, como os hábitos praticados que desagradavelmente irromperam para consagrar, sem glória, uma apoplética e atormentada despedida. O incómodo foi óbvio. A candidatura do cão a Presidente da Académica fundamentou–se, desde logo, num dos pilares caros à argumentação tida, criticando a diminuta e decrescente participação dos estudantes na vida académica. É que, durante anos, propalou–se expressamente que, com o afastamento das organizações políticas de juventude e com o poder independente, essa participação cresceria em flecha. Apoiados num truque mediático, substanciados na crítica demagógica e aproveitando da confusão entre irreverência e seriedade, os autores do académico cão devolveram à procedência a amarga receita do sucesso estudantil.

A fragilidade da resposta não só revela da obsolência do que resta como da dificuldade de organizar posições e vontades contra a superficialidade, a vulgaridade, a demagogia e a pose mediática de que, aliás, se tem por aqui vivido.

A verdade é que este cão representa o produto final da condução política recente da AAC. Imediatizando a perspectiva e mediatizando toda a atitude, dessacraliza–se e desvirtua–se, e da amálgama de noções, acções e reacções resultou um caos não criativo e relativamente imbecil.

O cão provocou o sorriso amarelo com que o movimento independente foi a enterrar. Terá perecido de susto perante o espelho. Mas, como Hesse, morreu sem arrependimento.

Uma Académica de convicções

Há muito que inverti a cromática pessoal. Sempre apreciei do preto das nossas capas ser a conjunção de todas as cores. Mas a Académica tem preferido o branco virgem e debutante da ausência de cor. Daí que a polémica



interna seja nula e então exagerada na intendência.

A discussão esperada da vivência comum de, pelo menos, 16 mil almas resume–se, na melhor hipótese testada anualmente, à abstenção de mais de metade dos estudantes.

Assim, os 500 fiéis amigos do cão representam, ao certo, o quê? Um movimento surrealista, uma corrente estética, um corpo de crítica social, um grupo informal unido por uma concepção académica, uns pândegos vaidosos ou simplesmente uns imbecis?

Porque se os primeiros fazem sentido numa Academia viva de pluralidade, de contradição e de debate, os últimos só serão notados em tempo de crise. Este.

A outra face da normalidade

São imprescindíveis as ciências sociais e humanas para o século XXI. Porque o cão também levanta, à sua escala, a questão democrática. Pode a democracia ser intolerante com a intolerância? Quais os limites formais do jogo democrático?

Mais a indiferença individualista que disfarça uma normalidade de processos sem alma e sem projecto. Ficaremos reféns de esporádicos fugachos mediáticos que alertam para os valores comunitários? Habituamo–nos simplesmente à apatia de quase todos?

Ou a organização de interesses fechados em microcosmos, numa democracia de opinião, que pulveriza relações e redunda em tensões e conflitos étnicos, religiosos, políticos e culturais. É já mais o que nos divide?



Belo exemplar de "Pavo cristatus politicus"

2. A ovelha

A influência de Dolly Parton nas nossas vidas era variável. Mas tornou–se, sem aviso e para espanto geral, incontornável para ovinos e humanos do final de século. Sem demora, as elites politicamente correctas advertiram do terrível mundo novo.

Considerar absurdo que entraves legais e burocráticos sejam levantados à investigação científica no mundo ocidental democrático, onde existe opinião pública, liberdade de expressão e imprensa livre, não constitui de todo profissão de fé numa concepção de ciência omnipotente e absoluta. A terapia génica está longe e o Homem não será nunca só património genético. Estaremos em condições de arriscar que os novos desenvolvimentos do conhecimento científico fiquem inibidos entre nós, em qualquer campo, por putativas leis morais ou medos civilizacionais, e à disposição de todos os submundos e de todas as loucuras?

3. O pavão

À primeira vista, Manuel Maria Carrilho parece um homem culto. Estranhamente na pasta certa, num país habituado ao governo de personalidades polivalentes, figuras de carreira e personagens de banda desenhada.

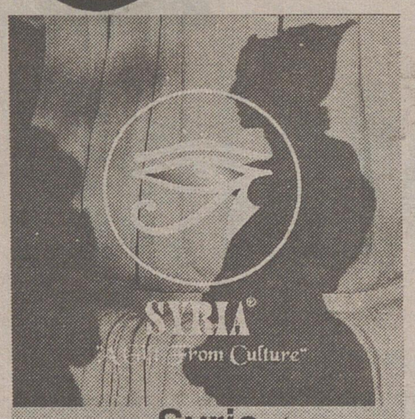
O privilégio de contarmos com um quase platónico filósofo–rei ofuscou as primeiras arrogâncias e patetices. A *inferior massa anónima* esforçou–se por maldizer Nery, entre duas páginas de um qualquer jornal desportivo. Compreendeu, antes e depois das telenovelas, que só no Verão haveria medidas na área da Cultura. E finalmente anuiu, rendida, à evidente alteração de atitude explicada em português corrente pelo punho ministerial.

Abertamente, creio na crescente influência política deste sector. Creio no empenhamento de intelectuais e artistas na construção de uma sociedade mais harmoniosa, solidária e culta. Creio na preservação do património como factor de identidade. Creio na revalorização do ensino artístico. Considero fundamental o apoio às diversas artes, designadamente da criação literária como suporte essencial da difusão da língua portuguesa.

Carrilho comporta–se não como o porta–voz ou o aglutinador de um "projecto cultural nacional" mas como um caceteiro líder de facção, trauliteiro, convencido e queque. Com tiques de um Jorge Coelho snob e autoritário.

Talvez que assim melhor se esconda uma prática política sofrível e discricionária, que visa, explicita ou implicitamente, a subserviência material e ideológica das vanguardas culturais. Talvez que, como diz o povo, a passada seja maior que a perna. Por muito que tal contingência o irrite.

Paulo Antunes



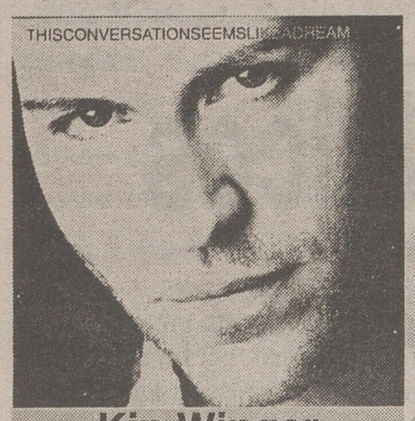
Syria
"A gift from culture"

Repescados à derriére–records, os Syria são a mais recente aposta na fuga à (excessiva) sublimação gótica da Sounds of Delight. É claro que a nova criação de Christian Dorge não é de todo inocente à corrente e que as incursões pela Pop / Wave estão longe de deixar à margem as tendências "Gothic–Rock". Só que, em "A gift from culture", evitaram–se uma série de lugares comuns que foram responsáveis pela "linhagem" gótica ter caído em desuso. Quanto ao secretismo?... Esse, como não podia deixar de ser, continua idolatrado e as fantasias, profecias e pesadelos, persistem em servir as estéticas apocalípticas e tratar os sobreviventes como objectos de um decadente museu.

Talvez por isso mesmo, a grande diferença do projecto, em relação aos demais da editora, acabe por se resumir ao manuseamento das diferentes confluências de estilos que lhes concede uma polidez que os demarca da tradicional sonoridade "Sounds of Delight".

Não quer isto dizer, que se tenha ganho grande coisa com o projecto. O objectivo era mexer com a consciência ou inconsciência das coisas, mas... tudo parece ter ficado igual e a mera razoabilidade atingida pelo todo, mesmo que a performance de algumas temáticas mereça bem mais*, não deixará por certo de ser prova disso mesmo...

* Casos de: "With delicate mad Hands", "Never things", "Sculptures, fruits and tea–partys, part 2" e da versão para "Hey, hey, Helen" dos Abba.

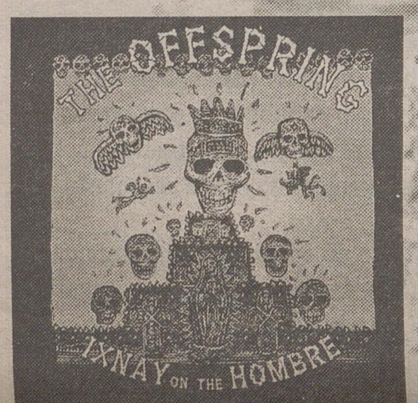


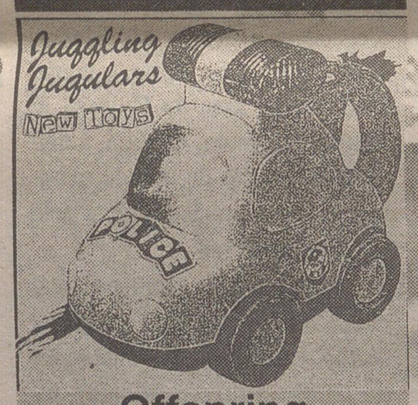
Kip Winger
"This conversation..."

Ganhou algum vedetismo como baixista de Alice Cooper e como responsável pelos, razoavelmente, mediáticos Winger. Só que, perdeu o direito ao uso do nome em tribunal e teve de prosseguir sob a denominação de Kip Winger a sua carreira a solo. O seu verdadeiro nome é Daniel e passou por Lisboa com "This conversation seems like a dream", o primeiro registo desta nova fase.

Com um "look" mais New Age que metálico, Daniel começou por esclarecer que os antigos fãs estavam a reagir bem à mudança sonora e que esta era, aliás, irreversível já que não pretende " repetir o passado com 40 anos". As suas influências são de resto múltiplas e raramente perde a oportunidade de falar de Sting, Thomas Dolby - "que, como eu, produzia os seus próprios trabalhos" - e David Bowie - "Bowie foi sempre brilhante. Esteve sempre no limite e continua soberbo".

As entrevistas, essas, eram individuais e, naturalmente, os argumentos repetiam–se. O grau de exigência deste seu primeiro registo parecia ser o mote de campanha - "Em média, faço cinquenta temas para aproveitar um". As antigas histórias dos Alice Cooper, sempre com muito álcool e droga à mistura, a parte cómica da mesma e o exagero, esse, ficava reservado à necessidade de ter de ouvir três ou quatro vezes o álbum para o compreender, quando afinal me bastou uma para achar "This conversation seems like a NIGHTMARE"...





Offspring
"Ixnay on the hombre"
Juggling Jugulars
"New toys"

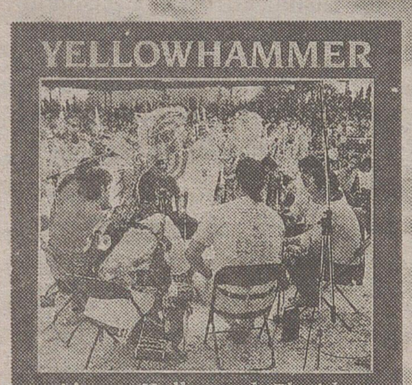
É certo que já não disponho da paciência de outra hora para aturar todo e qualquer "crachá" ferrugento do tipo "Punk's not dead", mas a afectuosidade que nutro pela corrente e o enorme respeito que continuo a ter pela memória de bandas como os Clash, U.K. Subs, Black Flag, Crass ou Sex Pistols* não deixa de me obrigar, por muito inóspito que seja esse relacionamento, a uma atenção muito especial para com os auto–proclamados seguidores do espírito. O problema é que a leviandade com que todos reclamam o "crachá" e o marketing é tal que já nem sequer é estranho comparar o estado dos pobrezecos Juggling Jugulars ao dos milionários Offspring.

Depois de quatro registos e de pouco terem conseguido acrescentar à, por si só, já débil estrutura Hardcore europeia, os Juggling Jugulars reaparecem com mais um razoável alicerce de sublimação Punk. "New toys", assim se chama o novo registo, é a continuação da vertente Anarco–Skate do anterior "Positively fed up". Curiosamente esse "Positively fed up" tinha sido já continuação de "... for humanity, early 90's" que, por sua vez, tinha-o sido já de "My dream" e de "Gun in my heart". Quer isto dizer que os Juggling Jugulars (que persistem em ser um simples complemento de outros movimentos anarcas dos seus elementos) continuam iguais a si próprios e que o AnarcoSkatePunkHardcore, também ele, pouco irá mudar nos tempos mais próximos...

No que respeita aos Offspring, falar da banda é falar de dólares. Cada novo álbum é garantia imediata de mais alguns milhões de CD's vendidos e a Epitaph, consciente que está desse facto, não se poupou a esforços para que "Ixnay on the hombre" seguisse as pisadas do antecessor. E tudo parece correr bem já que o registo é mais um completo "bluff" Offspring. O hit "All I want" é menos mediático que o do anterior "Smash", mas não me parece que daí advenham problemas de maior. O prolongamento dos singles deverá ser feito com "The meaning of life" e a aproximação ao Ska de "Don't pick it up" ficará para a história certamente... como um mero acidente de percurso.

Não quer isto dizer que "Ixnay on the hombre" seja um álbum a evitar. Apesar das coisas estarem, irritantemente, bem feitinhas e sempre no lugar certo, o registo não deixa de ser superior à generalidade das "peças" vendáveis americanas. Só que a razoabilidade atingida é pouco abonatória para quem vinha com pretensões de criar um "Punk of the bone". E curiosamente é o convidado de luxo, Jello Biafra, quem melhor ironiza, na sua intro "Disclaimer", a "porosidade dos ossos" de "Ixnay on the hombre". É que o ex–Dead Kennedys jamais perderia a hipótese de repudiar um álbum dentro do próprio álbum e já se sabe como Biafra é capaz de se tornar digno destas (pre)cisões!...

** Entre outras, claro!...*



Yellowhammer
"Live at Hollywood..."
Rose Hill
"The live Hinckley"

Depois de assistir à lenta destruição da herança espiritual e da própria individualização tribal, a gestão cultural dos nativos da América do Norte vira–se, hoje, para uma identidade intertribal. Em causa está a sobrevivência de uma etnia que só nas duas últimas décadas se viu apoiada pelo governo. Dos dois milhões de nativos existentes na América, mil milhões vivem em reservas protegidas, mas mesmo que se consiga conservar a "alma"... já muito se perdeu.

Hoje, os festivais sucedem–se. A união tribal parece (agora) a única forma de sobrevivência. A música tornou–se uma amalgama de tradição e vida quotidiana. Os Powwows, que outrora referenciavam cerimónias de cura mágica, são agora vistos como manifestações "pantribais" de fortalecimento social e espiritual*. A vertente regional sucumbiu à ocidentalização e a reencarnação do espírito mostra–se difícil... "Quem me dera poder recuar no tempo! Antigamente havia canções para tudo o que uma pessoa fizesse - para quando acordávamos, para quando nos lavávamos, para quando montávamos a cavalo" lamentava um cantor Navajo.

É precisamente dentro desta nova realidade social que aparece a Indian House. A editora, fundada em 1966 por Tony e Ida Isaacs, conta com mais de cem registos editados. Tony recusa–se a gravar em estúdio o que quer que seja, "a realidade é o que se ouve nos Powwows. (...) Existem duas formas de dar a ouvir a música índia, uma é modernizando-a em estúdio para a tornar acessível a uma maior audiência, outra... é deixar que as pessoas descubram onde realmente a música está". Não fica pois difícil de adivinhar que o espólio Indian House assenta, precisamente, na mais fidedigna das realidades. As gravação são feitas no próprio terreno (os Powwows) e a qualidade técnica é a possível numa gravação acústica ao vivo.

É isso que acontece com os os Yellowhammer e os Rose Hill. Os dois agrupamentos, ambos da zona central do estado de Oklahoma, foram registados nos Powwows da Flórida e de Hinckley. Juntando elementos das tribos Otoe e Ponca no primeiro caso, e Otoe e Sac & Fox no segundo, os registos servem como "luva" à demonstração da nova entidade intertribal. Mesmo aos "ouvidos menos experientes" nestas (an)danças, "Live at Hollywood, Florida" e "Live at Hinckley" deixam uma sensação viciante, mas, a falta de um estúdio, parece aniquilar muita da força envolvente. E se é certo que a alma índia estará mais perto daqui do que de qualquer gravação em estúdio, parece–me igualmente certo que hoje... já nada sobrevive sem as "mordomias" técnicas.

** Uma espécie de festivais onde as diferentes tribos cantam e dançam. Estes festivais tem hoje contornos nacionais e não regionais como no passado e o resultado foi uma múltipla influência que fez desaparecer as diferenças regionais, mas que tem conseguido criar uma nova identificação cultural.*

Estudantina em Movimento

A Estudantina Universitária de Coimbra venceu e convenceu nos últimos festivais de tunas. Nos festivais organizados pela TUIST e pela Antúnia, a Estudantina arrecadou nada mais nada menos que 5 prémios.

Formada em 1984, a Estudantina Universitária de Coimbra, desde então encantou inúmeros palcos e aterrorizou outras tantas adegas. Salientam–se as viagens a Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suiça, Itália, Finlândia, Luxemburgo, São Tomé e Príncipe, Porto Rico, Perú e Japão (i.e. fora de Coimbra). Editaram dois trabalhos, a saber, "Estudantina Passa" e "Canto da Noite".

À semelhança do nosso conhecido Festuna, organizado pela Estudantina, existem muitos outros festivais de tunas por este país fora.

Nos dias 21, 22 e 23 de Março, "A Cabra", teve oportunidade de acompanhar este organismo da Secção de Fado, na sua viagem a Lisboa. Após uma viagem animada lá chegamos ao Castelo de S. Jorge. O castelo é muto bonito.

Isto está a parecer uma redacção da escola primária, mas nem sempre se consegue escrever com piada. O espectáculo era destinado a turistas alemães, daqueles com ar de quem detém uma quota substancial da BMW, que adoraram a actuação e conheciam as letras de cor e salteado. Estranho, não usavam calções, não estavam vermelhuscos, não comiam salsichas nem tinham canecas de cerveja. Deviam ser os mouros lá do sítio.

Seguidamente seguiu–se um arraial no IST onde encontramos, entre outros, representantes da Tuna Académica da Universidade Moderna de Espinho, Tuna Universitária de Mafra, Tuna Universitária de Antropologia de Linhares da Beira e Tuna Universitária do Liceu de Eiras, eh, eh, eh ....

Estávamos tão entretidos com as nossas águas das pedras, que algumas coisas nos passaram ao lado, mas o importante foi o combíbio.

No sábado realizou–se o festival propriamente dito, no Coliseu dos Recreios. O espectáculo que a Estudantina apresentou nestes dois festivais começa com excertos de duas "Guitarradas"; Maio de 78 da autoria do Dr. Jorge Gomes, monitor das aulas de Guitarra da Secção e Valsa para um tempo que passou, do infelizmente já falecido Dr. António Portugal, acompanhando versos de Manuel Alegre - De Coimbra fica a Saudade ....

Sempre louvável divulgar a Guitarra de Coimbra.

De seguida, tocaram "Coimbra e "Senhora Lua", um tema, onde ressalta o trabalho da mais recente "aquisição" da Estudantina - Virgílio Caseiro (Antigo maestro do Orfeon) dada a grande componente vocal.

Tocaram também "O Carteiro", de António Mafra, "El Condor Passa", um instrumental que vem da sua recente viagem ao Perú e "Numa Noite".

Nos dias 4, 5 e 6 de Abril realizou–se o Tágides, festival de Tuna Organizado pela Azeituna, onde a Estudantina "limpou" os prémios mais importantes (ver caixa).

Uma constante das viagens da Estudantina são os caloiros, aos quais são cedidos os melhores lugares e com os quais todos se preocupam proporcionando–lhe por exemplo tardes desportivas como no caso da viagem a Almada, na qual se praticou salto ao eixo e corridas a trote e galope, numa aula ministrada pelo Professor Baro. Tudo para promover a boa forma física dos mais novos.

Para um desenvolvimento equilibrado são também propostos aos caloiros jogos mentais e trialaças para cumprir a máxima "Mens Sana Corpore Sanum", não obstante, este processo não é perfeito, nem sempre se portando os caloiros como "verdadeiros Estudantinos". Frequentes são os casos em que alguns deles, mostrando uma clara inadaptação ao ritmo de uma tournée, se perdem como aconteceu na última viagem tendo sido vistos pela última vez 3 dos caloiros em Santarém e os restantes em Aveiras. No entanto, como pombas regressam ao pombal quão longe as deixe a sorte (isto é poesia), eles voltam, por vezes até antes dos restantes. A vida de caloiro tem destas coisas.

A Estudantina, precursora do actual fenómeno das tunas em Portugal, tem evoluído substancialmente nos últimos tempos provando que "velhos são os trapos".

"Viajar sempre a cantar" bem podia ser o seu lema.

Rui Ferreira



Partida da Estudantina.

V TÁGIDES

Melhor Tuna - Estudantina Universitária de Coimbra
Segunda Melhor Tuna - Tuna de Medicina de Pamplona
Terceira Melhor Tuna - Tuna Universitária do Minho
Tuna Mais Tuna - Tuna da Universidade Católica do Porto
Melhor Interpretação Musical - Estudantina Universitária de Coimbra
Melhor Solista - Estudantina Universitária de Coimbra
Melhor Pandeireta - Tuna de Medicina de Pamplona
Melhor Porta–estandarte - Azeituna -Tuna de Ciências da Universidade do Minho
Prémio Publicozinho - Estudantina Universitária de Coimbra

Esteve ainda presente a anTUNIA - Tuna de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, tuna organizadora.

V TUIST

Grande Prémio TUIST - Tuna Universitária do Minho
Segunda Melhor Tuna - Tuna de Ingenieros Industriales de Gijon
Terceira Melhor Tuna - Estudantina Universitária de Coimbra
Tuna Mais Tuna - Tuna de Ingenieros Industriales de Gijon
Melhor Instrumental - Tuna de Ciências de Granada
Melhor Solista - Tuna Universitária do Minho
Melhor Pandeireta - Azeituna -Tuna de Ciências da Universidade do Minho
Melhor Bandeira - Tuna Académica da Universidade Lusíada do Porto

Estiveram ainda presentes a anTUNIA - Tuna de Ciências da Universidade Nova de Lisboa (a concurso), a Tuna Feminina do Instituto Superior Técnico e a Tuna Académica do Liceu de Évora (como tunas convidadas) e a Tuna Universitária do IST.

Frase do Mês:

"Ele mentiu!"

Ricardo Almeida, Presidente da F.A.Porto, àcerca da discrepância de posições de Marçal Grilo enquanto Presidente do CNE e Ministro da Educação na questão das propinas.

Lisboa, 10 de Abril



Tomada de Posse dos novos Orgãos da AAC

A "Academia de Convicções"

Dizem–se cheios de ideias e vontade de trabalhar. Até aqueles que anteriormente estiveram envolvidos nestas andanças se afirmam prontos a "suar a camisola". Eis o que fica da tomada de posse da nova Direcção–Geral, que teve lugar no passdo dia 9, no Anfiteatro de Farmácia.

Como mandam as regras, após a tomada de posse dos novos presidentes da Assembleia Magna, Direcção–Geral e Conselho Fiscal (respectivamente, João André, António Silva e José Coelho), a primeira pessoa a usar da palavra foi a presidente da Direcção–Geral cessante. Zita Henriques optou por fazer um balanço dos dois mandatos em que esteve à frente da Direcção, naquele que era o seu último discurso "oficial" ao fim de quatro anos de participação em DG's. Focou essencialmente as razões que levaram à sua recandidatura no ano passado: a Revisão de Estatutos, a recuperação económica da AAC e a necessidade de definição de uma política global para o Ensino Superior. Quanto à primeira, realçou o facto de ter finalmente chegado ao fim o processo, havendo já novos estatutos que permitiram a eleição separada do Conselho Fiscal, a criação de núcleos de estudantes nas Faculdades e a criação dos Conselhos Cultural e Desportivo. Teceu, quanto ao segundo motivo de recandidatura, fortes críticas à actuação de DG's anteriores "que pensam que a AAC está acima da lei", e que levaram ao seu grande endividamento. Referiu que a AAC se viu envolvida em 22 processos judiciais e com dívidas ao fisco da ordem dos 280 mil contos, dos quais agora apenas deve 75 mil. Quanto à política educativa, Zita Henriques diz sair da DG "frustrada com o poder político", tendo criticado Marçal Grilo e António Guterres por terem desrespeitado as promessas eleitorais após as expectativas criadas.

Antes de terminar, deixando votos de um bom trabalho à nova DG, quis destacar especialmente o trabalho de Rui Mendes e Paulo Coelho na colaboração que sempre lhe prestaram ao longo dos dois mandatos.

Seguiu–se a intervenção do novo presidente da DG, António Silva, que, num discurso empolgado, abordou essencialmente dois temas: aquilo que pretende fazer a nível interno e o que acha que está mal a nível de política de ensino superior do Governo. Afirma que vai nortear a sua actuação por três princípios: o da independência, mantendo a AAC acima de qualquer organização, especialmente política; o da participação renovada, pretendendo criar formas de mobilização de toda a academia; e o da "Academia de convicções", pois diz mais valer "uma verdade defendida com paixão do que uma paixão defendida sem verdade". E, mostrando já serviço, convocou toda a Academia para uma Assembleia Magna no dia 29 de Abril, para "mostrar ao Governo como se lida com uma paixão". Quanto ao Governo, afirmou que apesar das esperanças depositadas nele terem sido "bem fundadas", o que se verificou foi a falta de uma linha de orientação, com a apresentação de diplomas desgarrados, não se vendo a necessária reforma global do Ensino Superior. Acabou garantindo que a AAC continuará "coerente com a sua posição".

Quanto às duas outras intervenções, a do representante do Secretário de Estado da Juventude resumiu–se à apresentação de cumprimentos aos empossados e ao elogio à DG cessante, ao passo que o Reitor, após saudar Zita Henriques, com quem diz ter tido "uma colaboração frequentíssima e constante", preferiu não abordar os assuntos que preocuparão os novos dirigentes, dizendo apenas que "não vêm aí tempos fáceis", mas que o espírito de colaboração entre a Reitoria e a AAC foram sempre a sua linha de orientação e é para manter, e que "disso não podem duvidar os estudantes, e não deve duvidar o Governo".

César Marques



Tó Silva substitui Zita Henriques

SOS-Estudante

24

0808 200 204

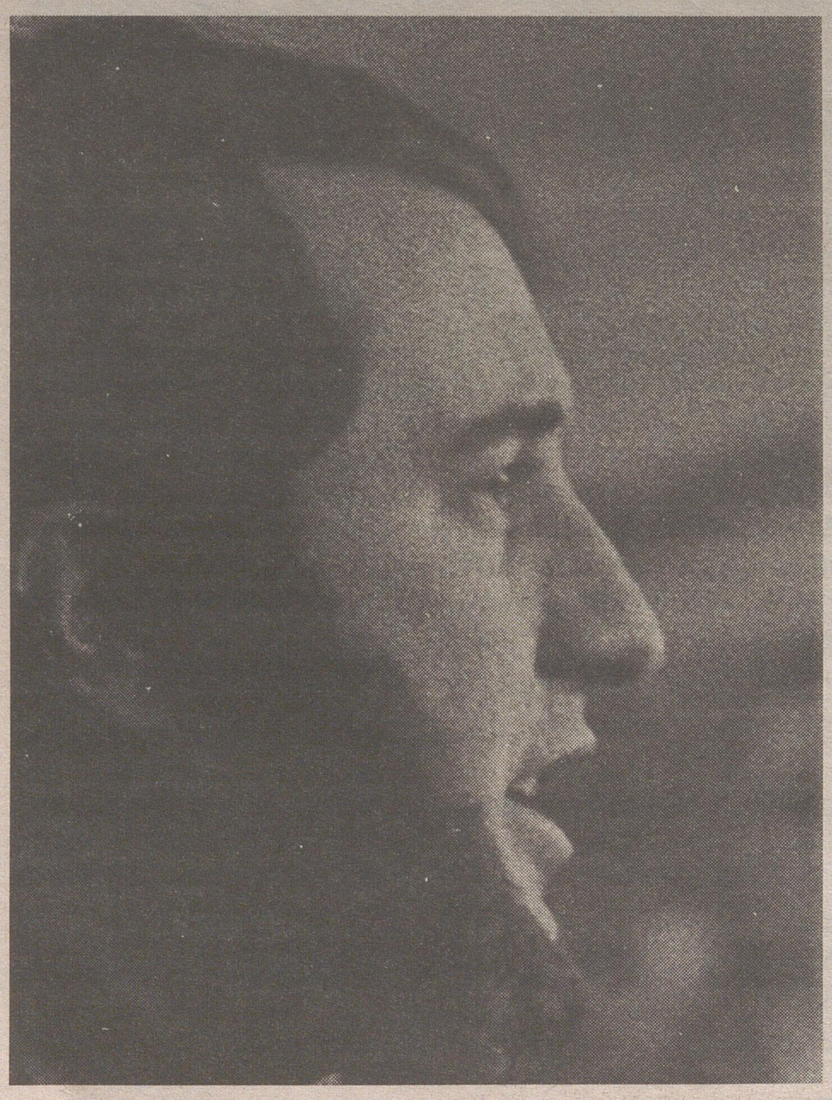
preço de chamada local

Linha de Apoio

Situações de crise, angústia, desamparo

das 20h às 2h

a partir de 17 de Abril



Homenagem a Adriano Correia de Oliveira

Porque viemos para Coimbra? Alguns talvez tenham acreditado na qualidade da Universidade. Outros foi onde calharam entrar. Mas alguns, não tão poucos como isso, vieram para Coimbra para descobrir as suas memórias. Vieram porque ouviram o Zeca, o Adriano, porque os pais contavam histórias dos anos 60, porque a polícia, em plenos anos 90, carregava sobre uns tipos vestidos de preto que diziam ser da Académica de Coimbra.

Lembro–me, quando vim para Coimbra, de ver Assembleias Magnas cheias e de, no fim, os estudantes se dirigirem para a Praça da República e, juntos, cantarem a "Trova do Vento que Passa", a "Capa Negra, Rosa Negra" ou a "Grândola, Vila Morena". Eram tempos diferentes. Santa Cruz estava fresco na nossa memória. As propinas e, sobretudo, as cargas policiais e o autismo do Governo davam–nos uma "causa". Muito simplesmente, éramos incorfomados. Ou talvez esta seja a visão de uma caloiro algo deslumbrado com o que tinha descoberto...

Nos últimos tempos, a Académica tem estado mais calma, mais conformista, mais reverente. Mas, mesmo nesta altura, pode–se sentir a força das memórias que fazem de Coimbra diferente. A homenagem a Adriano Correia de Oliveira, na Segunda–feira, apesar de não ter tido a intensidade da homenagem feita a António Portugal, foi uma demonstração disso mesmo. Que bom foi ver o Teatro Académico Gil Vicente a rebentar pelas costuras para ouvir "A Lira", o "Cantar de Emigração", o "Alegre se Fez Triste" e tantas outras canções que ficaram imortalizadas na Voz de Adriano. Mas toda aquela gente estava ali sobretudo para lembrar o que Adriano representa. O inconformismo, a irreverência, a coragem, a bondade de quem cantou a liberdade, de quem afrontou o regime. Graças, entre muitos outros, ao Adriano, daqui a uns dias comemoram–se 23 anos de liberdade. Mas, como muitos dos "menos novos" lembraram, a mensagem que Adriano fazia passar tem que continuar a ser cantada, a ser ouvida. Numa altura em que no nosso país há quem queira expulsar pessoas das suas terras por causa da sua raça e costumes, é bom pensar que cada um de nós que lá esteve, e cada um de nós que gostava de lá ter estado, continuará a resistir, a dizer, a cantar Não.

JLQ